

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

MATHEUS DE SOUZA RODRIGUES

ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DA FIESP SOBRE AS AÇÕES
ECONÔMICAS NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

CAMPINA GRANDE – PB

2024

MATHEUS DE SOUZA RODRIGUES

**ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DA FIESP SOBRE AS AÇÕES
ECONÔMICAS NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na linha de pesquisa Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Gonzalo Adrián Rojas

CAMPINA GRANDE – PB

2024

R696a

Rodrigues, Matheus de Souza.

Análise do posicionamento da FIESP sobre as ações econômicas no Governo Bolsonaro (2019-2022) / Matheus de Souza Rodrigues. – Campina Grande, 2024.

143 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas".

Referências.

1. Sociologia Política. 2. Governo Jair Bolsonaro. 3. Crise Orgânica. 4. Neoliberalismo. 5. Desindustrialização. 6. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). I. Rojas, Gonzalo Adrián. II. Título.

CDU 316.334.3(043)

MATHEUS DE SOUZA RODRIGUES

**ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DA FIESP SOBRE AS AÇÕES
ECONÔMICAS NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas (PPGCS – UFCG)
(Orientador)

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino Sales Júnior (PPGCS – UFCG)
(Membro interno)

Prof. Dr. Nivalter Aires dos Santos (PPGSS – UEPB)
(Membro externo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CNPJ nº 05.055.128/0001-76
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

CERTIDÃO

Processo nº 23096.009035/2023-92

Certifico que **Matheus de Souza Rodrigues** obteve o título de Mestre em Ciências Sociais, com sua Dissertação intitulada "*Análise do Posicionamento da FIESP sobre a Política Industrial do Governo Bolsonaro (2019-2022)*", cuja defesa ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2024, às 09:00h, em Sala Virtual (Google Meet), com a banca formada pelos professores Dr. Gonzalo Adrián Rojas (PPGCS/UFCG), orientador; Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior (PPGCS/UFCG), examinador interno e Dr. Nivalter Aires dos Santos (PPGSS/UEPB), examinador externo. A Dissertação foi aprovada pela banca examinadora e a defesa foi homologada no dia 28/02/2024 pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, de acordo com o Relatório apresentado pelo professor orientador, Dr. Gonzalo Adrián Rojas, conforme preceitua os Artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande.

Campina Grande, 28 de fevereiro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **GONZALO ADRIAN ROJAS, COORDENADOR(A) ADMINISTRATIVO(A)**, em 28/02/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4240862** e o código CRC **9028F0E6**.

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade
Mãos dadas. In: Sentimento do Mundo

Resumo

Esta dissertação tem como objeto a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em suas relações com as políticas econômicas que impactaram a indústria durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Logo, o que orientou este estudo foi: a) contextualização da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, considerando a crise econômica, a crise política, o *impeachment* e o papel do PT; b) definição do governo Bolsonaro, discutindo categorias como bonapartismo, pré-bonapartismo, fascismo, neofascismo ou proto-fascismo; c) avaliação das políticas relacionadas à indústria durante esse período; d) compreensão dos efeitos do neoliberalismo e da desindustrialização no Brasil; e e) investigação as ações específicas voltadas para a indústria durante o governo Bolsonaro (2019-2022). A metodologia utilizada envolveu a revisão bibliográfica sobre a referida relação e uma análise de conteúdo das notas da FIESP em seu *site* oficial. A ascensão do bolsonarismo reflete uma crise de hegemonia no contexto neoliberal, com elementos autoritários e neofascistas. Notamos que o governo Bolsonaro implementou algumas medidas voltadas à indústria, mas sem uma política industrial particular para o setor. A FIESP demonstrou alinhamento com a agenda neoliberal do governo Bolsonaro/Guedes, sem pressionar por uma política específica de desenvolvimento industrial, ignorando os reflexos do neoliberalismo e da desindustrialização.

Palavras-chave: FIESP; Governo Jair Bolsonaro; Crise orgânica; Neoliberalismo; Desindustrialização

Abstract

The object of this dissertation is the Federation of Industries of the State of São Paulo (FIESP) in its relations with the economic policies that impacted industry during the government of Jair Bolsonaro (2019-2022). Therefore, this study was guided by: a) contextualizing Jair Bolsonaro's rise to the presidency, considering the economic crisis, the political crisis, the impeachment and the role of the PT; b) defining the Bolsonaro government, discussing categories such as bonapartism, pre-bonapartism, fascism, neofascism or proto-fascism; c) evaluating the policies related to industry during this period; d) understanding the effects of neoliberalism and deindustrialization in Brazil; and e) investigating the specific actions aimed at industry during the Bolsonaro government (2019-2022). The methodology used involved a literature review on this relationship and a content analysis of FIESP's notes on its official website. The rise of Bolsonarism reflects a crisis of hegemony in the neoliberal context, with authoritarian and neofascist elements. We note that the Bolsonaro government has implemented some measures aimed at industry, but without a particular industrial policy for the sector. FIESP has shown alignment with the Bolsonaro/Guedes government's neoliberal agenda, without pushing for a specific industrial development policy, ignoring the repercussions of neoliberalism and deindustrialization.

Key-words: FIESP; Jair Bolsonaro Government; Organic Crisis; Neoliberalism; Deindustrialization

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento da economia mundial 1961-2017	20
Gráfico 2 - Média de emprego por setor ao longo do tempo, números absolutos entre membros da OCDE antes de 2000.....	49
Gráfico 3- Fatia no PIB da Indústria da Transformação	98
Gráfico 4 - Composição Setorial (%) dos Desembolsos Financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), períodos selecionados	98
Gráfico 5 - Produção industrial 2019 (acumulada no ano %)	99
Gráfico 6 - Produção industrial de 2020 (acumulada no ano).....	100
Gráfico 7 - Produção industrial de 2021 (acumulada no ano).....	101
Gráfico 8 - Produção industrial de 2022 (acumulada no ano).....	102
Gráfico 9 - Crescimento do PIB acumulado 2019-2022	103

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Frequência de códigos/conteúdos.....	123
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reorganização da Área Econômica	79
Figura 2 - Aumento da Produtividade	80
Figura 3 - Nordeste: potência energética.....	81
Figura 4 - Petróleo e Gás: Desenvolvimento da Competitividade	82
Figura 5 - Transportes	83
Figura 6 - Aprimoramento da Lei de Informática	84
Figura 7 - A abertura do mercado de gás.....	84
Figura 8 - Imposto de importação zero para equipamentos industriais.....	85
Figura 9 - Reforma tributária avança.....	86
Figura 10 - Programa de aprendizagem 4.0.....	86
Figura 11- Medidas para reduzir impactos da pandemia nas micro e pequenas empresas	87
Figura 12 - Novo decreto amplia transparência de medidas compensatórias.....	87
Figura 13 - Brasil reforça importância da parceria estratégica com os EUA	88
Figura 14 - Assegurada isenção de Imposto de Importação para sete tipos de vacinas ..	88
Figura 15 - Atualização de regra de tributação para setor aeronáutico	89

Figura 16 - Parceria com CNI fortalece apoio ao setor produtivo.....	89
Figura 17 - Facilitação dos negócios	90
Figura 18 - Reunião do Conselho de Administração da Suframa aprova R\$ 1,38 bilhão em investimentos	91
Figura 19 - Gecex reduz tarifas de importação de insumos industriais.....	91
Figura 20 - Novo decreto do IPI traz segurança jurídica ao setor produtivo.....	92
Figura 21 - Ministério da Economia e PNUD lançam projeto para apoiar ambiente de negócios do audiovisual	92
Figura 22 - Receita Federal retoma análise dos pedidos de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados	93
Figura 23 - Novo corte do IPI amplia competitividade e deixa produtos mais baratos ..	93
Figura 24 - PARA BAIXAR SELIC, FIESP DEFENDE REFORMAS ESTRUTURAIS E EFICIÊNCIA NO GASTO PÚBLICO	105
Figura 25 - SELIC SE MANTÉM NO MENOR PATAMAR HISTÓRICO, MAS CUSTO DO CRÉDITO CONTINUA ALTO	106
Figura 26 - FECHAMENTO DO CARF PREJUDICA COMPETITIVIDADE DO PAÍS E TRAZ INSEGURANÇA JURÍDICA	107
Figura 27 - NOTA À IMPRENSA SOBRE O PROJETO DA NOVA PREVIDÊNCIA	107
Figura 28 - "O CADE PRECISA TRABALHAR"	108
Figura 29 - A ECONOMIA REENCONTROU O CAMINHO DO CRESCIMENTO, DIZ SKAF	109
Figura 30 - APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É VITÓRIA DO BRASIL, DIZ SKAF	110
Figura 31 - Caminho Certo.....	110
Figura 32 - PIB DEVE CRESCER 1,2% NO ANO, ESTIMA FIESP.....	111
Figura 33 - INFLAÇÃO ABAIXO DA META E CAPACIDADE OCIOSA DAS EMPRESAS PERMITEM NOVOS CORTES DE JUROS	112
Figura 34 - É IMPORTANTE APROVAR A MP 905	113
Figura 35 - RETOMADA DE AGENDA DE REFORMAS É ESSENCIAL PARA MANTER CRESCIMENTO, DIZ SKAF	114
Figura 36 - FIESP: SAÍDA DA FORD É ALERTA PARA O BRASIL	115
Figura 37 - DISCURSO DE BOLSONARO NA CÚPULA DO CLIMA FOI MUITO POSITIVO, DIZ SKAF	116

Figura 38 - ABERTURA DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA É POSITIVA, DIZ FIESP.....	117
Figura 39 - BANCO CENTRAL COLOCA EM RISCO A FRÁGIL RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA AO ACELERAR A SUBIDA DA SELIC.....	117
Figura 40 - FIESP: REFORMA DO IR PRECISA DE MUDANÇAS	118
Figura 41 - FIESP: NOVA ALTA DE JUROS E AUMENTO DE IOF PENALIZAM PESSOAS E EMPRESAS	119
Figura 42 - MUITO MAIS QUE O COPOM.....	120
Figura 43- NOTA OFICIAL: CORTE DE ATÉ 25% NO IPI	121
Figura 44 - FIESP DEFENDE QUE A PRESIDÊNCIA DO SENADO DEVOLVA A MP 1136/2022	122
Figura 45 - Relação de códigos/conteúdos da FIESP (2018-2022).....	123
Figura 46 - Relação de códigos/conteúdos 2018-2019.....	125
Figura 47 - Relação de códigos/conteúdos 2019-2020.....	126
Figura 48 - Relação de códigos/conteúdos 2020-2021.....	126
Figura 49 - Relação de códigos/conteúdos 2021-2022.....	127

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

BC - Banco Central.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS - Grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Camex - Câmara de Comércio Exterior.

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CBS – Contribuição Social sobre Bens e Serviço

CDO - Collateralized Debt Obligations

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética

CNT - Confederação Nacional do Transporte

COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras

Copom - Comitê de Política Monetária

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EUA - Estados Unidos da América

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paul

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI - Fundo Monetário Internacional

Gecex - Grupo Executivo de Comércio Exterior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INA - Indicador de Nível de Atividade

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

IPi - Imposto sobre Produtos Industrializados

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

MEI - Microempreendedor Individual

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONGs - Organizações Não Governamentais

PBM - Plano Brasil Maior

PCD - Pessoas com Deficiência

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PF - Polícia Federal

PIB - Produto Interno Bruto

PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

PiS - Prawo i Sprawiedliwość (Lei e Justiça)

PIS/PASEP - Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

RFB - Receita Federal do Brasil

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UE - União Europeia

ZFM - Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1. COMO CHEGAMOS AO GOVERNO BOLSONARO: UMA ANÁLISE DA CRISE NO BRASIL DE 2008 A 2018	17
1.1 A crise econômica nos EUA: impactos subsequentes na conjuntura política internacional	17
1.2 Crise econômica no Brasil	23
1.3 Crise orgânica, sociedade civil e política em Gramsci.....	30
1.4 Leitura da crise orgânica pós-2008 no Brasil.....	37
1.5 O PT e o golpe: os limites da conciliação de classes	40
1.6 2016 a 2018: a crise da democracia burguesa no mundo	45
1.7 A crise que desemboca no triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro	53
CAPÍTULO 2. O GOVERNO BOLSONARO E DISSONÂNCIAS NO SEGMENTO INDUSTRIAL: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO	60
2.1 Caracterizando o Governo Bolsonaro.....	60
2.1.1 Bonapartismo ou pré-bonapartismo?	60
2.1.2 Autoritarismo: uma derivação bolsonarista?	63
2.1.3 O tal fascismo brasileiro... ..	68
2.1.4 Neofascismo e profascismo: dois debates de neologias.....	73
2.1.5 Considerações sobre o governo Bolsonaro	77
2.2 A política industrial: a proposta de campanha (2018) ao término do governo (2022)	78
2.2.1 As proposições direcionadas à indústria brasileira 2018	78
2.2.2 As ações do governo para a indústria brasileira.....	83
2.2.2.1 As ações voltadas à indústria em 2019	84
2.2.2.2 As ações voltadas à indústria em 2020	85
2.2.2.3 As ações voltadas à indústria em 2021	87
2.2.2.4 As ações voltadas à indústria em 2022	91
2.3 Neoliberalismo no Brasil	94
2.4 A desindustrialização brasileira.....	94
CAPÍTULO 3. A AGENDA POLÍTICA ECONÔMICA DA FIESP: UMA ANÁLISE DE 2019 A 2022	105
3.1 Posições da FIESP sobre as ações da agenda econômica	105
3.1.1 Notas pós-eleição de 2018	105
3.1.2 Notas durante o governo em 2019	106
3.1.3 Notas durante o governo em 2020	112
3.1.4 Notas durante o governo em 2021	115
3.1.5 Notas durante o governo em 2022	120
3.1.6 Os posicionamentos da FIESP e as suas prioridades	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
APÊNDICE A – NOTAS DA FIESP 2018	145
APÊNDICE B – NOTAS DA FIESP 2019.....	145
APÊNDICE C – NOTAS DA FIESP 2020	148
APÊNDICE D – NOTAS DA FIESP 2021	149
APÊNDICE E – NOTAS DA FIESP 2022.....	151

INTRODUÇÃO

“O velho morre e o novo não consegue nascer:
neste interregno, verificam-se os fenômenos
patológicos mais variados”.
(Gramsci, 2017, C13, §34)

Apresentamos uma reflexão nesta dissertação em torno da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), objetivando compreender como ela se posicionou em relação às ações voltadas à economia que, de alguma forma, impactaram o setor industrial paulistano no então governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Dessa forma, o problema que orientou esta dissertação, no processo em que vivemos uma crise orgânica, em termos gramscianos, pode ser definido através da seguinte questão: como a FIESP, principal representante do segmento industrial paulista, se posicionou frente às ações político-econômicas do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)?

Ora, estamos nos referindo a um segmento das classes dominantes que ganha projeção em um determinado momento da história brasileira. Sobre isso, Barbosa (2009) considera que foi com o predomínio do café que o empresariado industrial paulista despontou no Brasil, com uma composição homogênea, formada em sua maioria por imigrantes. Para atender aos interesses exclusivos desse setor, a FIESP foi organizada em 1928, rompendo com a Associação Comercial de São Paulo devido a crescentes antagonismos entre industriais e comerciantes. A Associação Comercial, fundada em 1894, representava as [classes dominantes], mas durante a gestão de Macedo Soares (1923-1924), os interesses do comércio importador se fortaleceram em detrimento dos industriais.

Em 1928, como exemplo, a polarização entre comerciantes e industriais impulsionou a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), que apoiou Júlio Prestes em 1929 e a causa paulista em 1932, posteriormente se adaptando ao governo de Getúlio Vargas. Em 1931, o CIESP tornou-se a FIESP, coexistindo formalmente com a Federação dos Industriais Paulistas (FIP). Em 1939, com o Decreto-lei nº 1402, a FIESP reassumiu o nome CIESP, e a FIP tornou-se FIESP, mantendo diferenças formais, sendo o CIESP um órgão técnico e consultivo do governo federal, a partir de 1941 (Barbosa, 2009).

O porquê de São Paulo se tornar o centro do desenvolvimento industrial brasileiro, é discutido por vários autores, dentre eles Cano (2007), que afirma muitos trabalhos

deixarem uma lacuna significativa, ao focar na dinâmica regional sem investigar as origens da concentração industrial em São Paulo. Entre esses trabalhos, podem ser incluídos os de Celso Furtado e de Paul Singer, por exemplo. Cano (*idem*) diz que alguns abordaram as raízes históricas e a demanda externa de cada região, assim como as relações estruturais de propriedade; outros, por sua vez, ao analisarem as cifras das contas nacionais, concluíram que o atraso de algumas regiões começou em 1939, destacando o período pós-Programa de Metas (1956/1961)¹ como crucial, beneficiando principalmente São Paulo com a introdução de setores industriais mais modernos.

Ainda sobre o destaque de São Paulo em relação às demais regiões, Cano (2007) relata que se deveu ao café, principalmente, os fatores essenciais para expansão concentrada e diversificada da economia paulista, repercutindo em relações capitalistas avançadas, amplo mercado interno e uma agricultura mercantil desenvolvida. Tal fator resultou em sua concentração industrial, com uma estrutura industrial pioneira já antes de 1930, incluindo um setor de bens de produção voltado para o mercado nacional. Desde então, por conta da atividade cafeeira, estabeleceu-se uma forte predominância econômica paulista, gerando uma dinâmica comercial de "centro-periferia" em relação às outras regiões do país. Nesse sentido, Cano relata que

[parece-lhe] claro que efetivamente foi o capital cafeeiro quem promoveu essa primeira expansão industrial, tanto de forma direta como indireta. Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (ou eram investidos na própria constituição de bancos) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital. Não se quer com isso afirmar que apenas os fazendeiros promoveram a implantação de indústrias. As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais, como se vê nos trabalhos de Bandeira e de Dean (Cano, 2007, p. 135).

Entender o empresariado tal como ele é e não como ele deveria ser, marca um passo importante na compreensão da FIESP enquanto um agente mobilizador na sociedade. Essa compreensão encontramos em Bianchi (2010)², que serve de base para a análise que aqui apresentamos. Segundo esse autor, nos últimos 30 anos – em escala

¹ Ocorreu durante o governo de Juscelino Kubitschek, em que se fundamentava em um plano de investimentos composto por trinta metas, distribuídas em cinco setores econômicos distintos: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

² Publicada nos repositórios da Universidade Estadual de Campinas em 2004, sob a orientação do Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz.

latino-americana – até a sua tese de doutoramento, as “associações setoriais, centros de pesquisa e difusão de ideias e até mesmo abrangentes organizações multissetoriais de cúpula surgiram [...], dando um registro vivo de uma nova atitude empresarial” (Bianchi, 2010, p. 49).

Bianchi (2010, p. 49) ainda enfatiza que essa organização empresarial que surgiu, empenhou-se em “participar de novos arranjos políticos e econômicos [...], trazendo à tona uma grande capacidade de negociação e articulação política até então não manifestada plenamente”. Há, assim, destaque para três tendências que explicam as modificações e os interesses pelos quais o empresariado buscou, de alguma forma, se organizar. Entre os objetivos, correntemente, expressava-se na distribuição de benefícios para os associados à representação diante ao Estado e ao sindicalismo trabalhista.

A primeira tendência, como mencionado anteriormente, diz respeito a uma “expansão de organizações formadas para representar interesses setoriais novos ou até então marginalizados” (Bianchi, 2010, p. 49). O destaque aqui são as pequenas e médias empresas, além de associações de médicos, por exemplo. Tinha como novidade, na época, “uma reconfiguração associativa que incorpora indústria, comércio e sistema financeiro, com o objetivo de participar dos novos arranjos institucionais decorrentes da criação de acordos de livre-comércio” (Bianchi, 2010, p. 50).

A segunda tendência, por sua vez, ocorre devido “à difusão de centros de estudos e divulgação da ideologia empresarial” (Bianchi, 2010, p. 50). Destacaram-se nessa tendência ou interesse empresarial, a criação de institutos de promoção e a divulgação do ideário liberal, além, também, de pesquisas em torno de políticas públicas. Bianchi (2010) lembra que os centros se apoiavam/apoiam financeiramente nas agências estatais, não governamentais norte-americanas e, alguns, em grupos econômicos locais.

A terceira tendência é identificada por Bianchi (2010, p. 51) como assinalada pela “criação de novas associações empresariais de cúpula e a renovação de entidades já existentes”. Destaca-se aqui uma convergência para renovação ou criação de “associações multissetoriais de cúpula”. Articuladas, essas associações organizam a atuação do empresariado frente ao Estado, junto aos partidos e outros grupos sociais. Dessa forma, articulam e organizam uma força social a fim de garantir controle sobre importantes recursos.

Uma questão, segundo Bianchi (2010), precisa ser respondida ou refletida: quais foram as razões que levaram empresários a se associarem? Há que se destacar o caráter nacional, ou mesmo, sem apagar as particularidades, os diferentes contextos econômicos-

sociais e políticos nos diferentes países. Em contrapartida, para que essa análise percorra uma escala continental, terá que se basear no que o autor chama de “escala temporal”. Com isso, conseguirá dar conta de uma “situação latino-americana”.

Há destaque para três elementos que repercutem nesse impulso associativo por parte do empresariado, diz Bianchi (2010): o primeiro, corresponde à análise de Durand (1996, p. 141 *apud* Bianchi, 2010, p. 54), diagnosticando o fenômeno em dois movimentos, que separamos aqui da seguinte forma: a) [as] associações de cúpula emergem como reações empresariais coletivas às profundas alterações na economia e nas regras políticas do jogo; b) esse segundo movimento, é consequência de uma “reação [que] foi possível porque uma nova geração de líderes empresariais agarrou a oportunidade de ação coletiva e procurou desenvolver e fortalecer organizações guarda-chuvas”.

O segundo elemento, conforme Bianchi (2010), correspondendo a uma interpretação subsequente, advém da observação de estudiosos que notaram como as empresas e seus líderes desempenharam um papel ativo, influenciando os governos ao invés de meramente se adaptarem passivamente às suas políticas. Esses analistas não tinham dúvidas de que as lideranças empresariais aumentaram significativamente seu poder político e organizacional ao longo das últimas décadas. Argumentam que essa nova influência política do empresariado é, em parte, resultado de profundas transformações econômicas que fortaleceram o poder econômico do setor privado.

O fim dos regimes autoritários e as mudanças econômicas que aconteciam na América Latina, identifica o terceiro fator, que dizem respeito às ameaças que “podem ser econômicas, como a vulnerabilidade à competição internacional fortemente sentida pelos empresários latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990, ou políticas, como o poder discricionário do Estado”, são alguns dos fatores que levam as elites investirem nesse tipo de organização (Shenneider, 1997 *apud* Bianchi, 2010, p. 56).

No que tange às ameaças como um terceiro fator, as organizações empresariais foram construídas a fim de intervir ou negociar com o Estado (Bianchi, 2010). Ainda que alguns autores interpretem focados na relação empresarial e Estado, tais análises incorrem de alguns problemas que remetem à relação Estado e sociedade, Estado e burguesia.

Dessa forma, as interpretações levam a analisar que o Estado fica independente das classes sociais, “monopolizando a política, reduzindo as classes a sua dimensão meramente econômica”. Daí a ideia que o autor chama a atenção do Estado como demiurgo, uma vez que ele só sobriaria a opção de adaptação e o controle da capacidade

de iniciativa política. Trata-se aqui, segundo Bianchi (2010, p. 58), de uma análise paradoxal, entendendo que o Estado manifestaria uma “completa independência diante das forças sociais presentes”. Para além dos paradoxos teóricos para os quais levam essas interpretações, Bianchi (2010) alerta para alguns “problemas empíricos” deixados pelos autores sem explicação.

- 1) “[...] a ação do empresariado latino-americano e o desenvolvimento de suas associações se anteciparam, muitas vezes, seja à mudança de regime político, seja à aplicação de políticas neoliberais por parte dos governos dos países latino-americanos (p. 58)”. Nos governos do Chile, Equador, Peru e Bolívia, o empresariado teria contribuído diretamente para a construção da agenda político-econômica e “na difusão de uma concepção de mundo liberal” (*idem*, p. 58);
- 2) Corresponde à relação dos empresários entre eles mesmos e com as classes subalternas. Nesse ponto, Bianchi (2010) enfatiza a posição de autores que sustentam a interpretação que as relações empresariais com os grupos antagonistas, as classes subalternas, são tão importantes quanto foi uma certa autonomia estatal frente à formulação e adoção de políticas arbitrárias, independente dos grupos sociais. São destacadas as ameaças dos “movimentos de massas, rebeliões nacionais e movimentos guerrilheiros que reivindicam reformas sociais e trabalhistas” (Bianchi, 2010, p. 59). No que compete ao Estado, fica o alerta dos ataques à propriedade privada e programas radicais de distribuição de renda, entre outros;
- 3) Retomando ao primeiro ponto mencionado anteriormente, além da relação governo-empresas, os conflitos internos constituem um ponto que sugere três explicações, destaca Bianchi (2010, p. 59), no que dizem respeito à “organização interna, ao nível de conflito intersetorial e às características das lideranças”. A soma desses fatores, ainda acrescentadas ao período de crise econômica e política no qual a América Latina atravessa nas décadas de 1980 e 1990, convergia e impulsionava o associativismo empresarial.

Tais problemas, diz Bianchi (2010), requerem uma análise do “associativismo empresarial e suas relações com o Estado”. Entender as causas e a pluralidade que elas indicam da gênese e consolidação da ação coletiva empresarial sob um enfoque relacional, com as forças estabelecidas tanto em linhas verticais (classes sociais e formas

institucionais, além do Estado) e a linhas horizontais (entre as frações da mesma classe).

Dessa forma, a análise ou compreensão passa a ser feita não só como uma resposta ao evento ou acontecimento único ou unilateral. A proposta, assim, passa a ser condicionada a outros fatores, como mencionados acima. As crises econômicas impulsionam a busca por alternativas. Bianchi (2010, p. 60), avalia que “situações de crise criam as condições para a emergência de impulsos hegemônicos para a criação e recriação de projetos”. Nas quatro últimas décadas dos anos 2000, forças internas e externas ao Brasil demandaram uma agenda de privatizações das empresas públicas, desmantelamento dos subsídios e ataques à legislação trabalhista pró-sindicalista.

Com base no quadro acima, destacando o peso econômico industrial de São Paulo, propomo-nos aqui a adentrar na reflexão acerca desta entidade que representa uma fração da burguesia brasileira. Esta fração, a partir de 2013, viu a situação mudar. Devido ao baixo crescimento econômico, delineou-se uma oposição ideológica do capital internacional à nova política econômica proposta pelo Ministro Guido Mantega e ao ajuste fiscal proposto no segundo governo Dilma. Nessa nova conjuntura, os “sacrifícios” burgueses que antes garantiam apoio popular ao neodesenvolvimentismo passaram a ser considerados um preço excessivamente alto. Dentro do bloco que reivindicava ataques à classe trabalhadora, evidenciado pela solicitação da reforma da previdência, trabalhista, ajuste fiscal e redução dos gastos sociais, a FIESP se destacou pela atuação no *impeachment* em 2016, com a campanha que tinha como slogan a declaração de que ela “não pagaria o pato”.

A FIESP é um elemento importante da formação do Brasil enquanto um estado-nação dependente³, apresentando uma forte atuação política em momentos decisivos da historiografia brasileira⁴. Estudar a atuação da FIESP é relevante pelos dois pontos que trazemos a seguir:

- 1) Primeiro, porque focaliza o alcance organizativo e a representatividade do setor industrial nacional no qual a FIESP é uma das principais entidades representativas. A federação paulista é “a maior entidade sindical patronal do Brasil, congregando 131 sindicatos e representando 130 mil empresas”

³ Independente em termos de um país capaz de criar suas próprias instituições, ainda que na divisão social do trabalho, como dizia Marini (1973) e descrevia também Fernandes (2020), ficasse subordinado às grandes potências imperialistas.

⁴ Diniz e Boschi (1978) analisaram como a atuação empresarial repercutiu dos anos 30 até meados dos anos 70. Bianchi (2010), sequencialmente, descreve dos anos 80 aos anos 90.

(Perrin, 2020, p. 18). Partindo da FIESP, entendemos a possibilidade de compreender como essa organização/associação representa e articula os interesses das indústrias paulista, assim como analisar suas estratégias de atuação na política econômica nacional, como Teixeira (2019) identificou.

- 2) Segundo, porque, no que tange às relações entre Estado e setor privado, a FIESP mantém diálogo e relação com o Estado brasileiro, tanto em termos de *lobbying* quanto de participação na elaboração de políticas públicas.⁵ Por conseguinte, esta discussão contribui para entender a interação entre o setor privado e o governo, revelando aspectos arregimentados no conceito de “sociedade civil”, conforme a perspectiva gramsciana, em que representa a esfera primordial da atividade política, sendo o cenário onde se destacam as organizações denominadas privadas, tais como sindicatos, partidos e diversas outras entidades.

Desde 2008, após a crise do sistema financeiro, que teve os Estados Unidos da América como epicentro, observa-se uma nova dinâmica mundial do capitalismo (Tonelo, 2021). O impacto da crise supracitada deflagra um cenário “inflexivo” nesta escala, o que significou a falência de instituições financeiras importantes, a exemplo do quarto maior banco de investimentos estadunidense, o Lehman Brothers. Essa crise se desdobra em uma série de fatores políticos e ideológicos. De acordo com Tonelo (*idem*), o cenário inflexivo desencadeado pela Crise de 2008 e suas repercussões são chaves essenciais no desenrolar do cenário políticos, social e econômico dos últimos 15 anos.

A crise econômica e suas implicações no cenário social-econômico, com a queda da taxa de lucro das classes capitalistas, gerou índices altos de desemprego, impactou profundamente as classes trabalhadoras brasileiras, na medida em que as classes dominantes reivindicaram uma escalada de retirada de direitos trabalhistas, e a redução do orçamento das políticas públicas e sociais.

Esse momento político desencadeado desde a crise de 2008, no qual vale citar a vitória eleitoral de um grupo político à extrema-direita, nas eleições de 2018 no Brasil, André Singer (2022) acredita que seja mais prudente definir como autocratismo de viés fascista. Para Miguel (2022), o governo de Jair Bolsonaro tinha como modo de operação

⁵ Mancuso e Prado (2022), por exemplo, constataram sucesso da Confederação Nacional da Indústria, por exemplo, nas tratativas das políticas do ponto de vista legislativo durante o triênio de 2015-2018.

o autoritarismo e também avalia que a democracia esteve nele sob alta pressão. Armando Boito Jr. (2020; 2020a) e Ricci (2022) caracterizam o governo Bolsonaro como neofascista. Tais caracterizações são tratadas no segundo capítulo desta dissertação.

O objetivo geral desta dissertação foi analisar a posição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo acerca das ações econômicas de impacto industrial no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Nossos objetivos específicos, foram: a) colocar em contexto a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da república, tendo em vista a crise econômica, a crise orgânica, o golpe e o papel do PT; b) propor uma caracterização para o governo Bolsonaro, levando em conta as seguintes categorias: bonapartismo; pré-bonapartismo; fascismo; neo-fascismo ou proto-fascismo; c) apresentar as políticas tangente à indústria; d) analisar os reflexos do neoliberalismo e da desindustrialização no Brasil; e e) analisar, como no governo de Bolsonaro (2019-2022), se delinearão no Brasil as ações voltadas à indústria.

O nosso método foi baseado nas contribuições de Marx em seu debate sobre Economia Política, luta de classes, o materialismo-histórico e dialético, destacando-se nelas o desenvolvido pelo autor citado em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011) -, em que Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, disputando o poder na França, golpeia o Estado por dentro, coadunando diversos interesses entre as variadas classes sociais: da grande burguesia (as frações financeiras bancárias e os grandes proprietários de terras) ao lumpemproariado.

Na apropriação do método dialético de Marx, seguimos o que destaca Florestan Fernandes (2008), para quem o método marxista contribui para apreender aquilo que é mais oportuno no método naturalista, que permitia “apanhar o que é geral nas coisas; e o que havia de essencial no ‘método histórico’, captando as coisas em sua singularidade”.

Netto (2011), na descrição do método marxista, diz que a teoria reproduz o ideal do movimento real do objeto, a partir do pesquisador. Neste caso, observamos que a crise orgânica emerge como uma categoria teórica a partir da qual reproduzimos no pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto sob investigação. Isso se faz oportuno ao passo que Marx (2013, p. 129), n’*O Capital: Crítica da Economia Política*, analisa que “o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”.

Para dar conta desta empreitada, nossa metodologia se centrou no que estava disponível e acessível tanto em relação à FIESP quanto em relação aos materiais bibliográficos, isto é, à revisão de literatura. Desta forma, nos três capítulos que

trabalhamos, fizemos uma discussão embasada em textos trabalhados tanto nas disciplinas cursadas durante o mestrado quanto nos textos encontrados no próprio “artesanato” da pesquisa.

O procedimento para analisar a posição da FIESP acerca das ações do governo Bolsonaro em torno dos interesses ou impactos na indústria paulista, deu-se através de uma análise de conteúdo das suas notas sobre as ações que reverberam no segmento industrial paulista em seu *site* oficial. Disto isto, prosseguimos com uma análise em três etapas, como explicadas por Bardin (2010):

- 1) pré-análise, no qual organizamos e selecionamos⁶ o material necessário à pesquisa, isto é, o nosso *corpus*: os que versam sobre as ações da pasta da economia, que porventura atingia o setor industrial paulista;
- 2) a exploração do material, no qual definimos e classificamos as categorias que impactam o setor industrial, ou seja, apontamos os elementos constitutivos: os códigos (conteúdos)⁷ mais repetidos ao longo das notas, por exemplo: no *corpus* após a eleição (novembro a dezembro de 2018), observamos uma preocupação temática relacionada ao emprego, à taxa de juros, reformas estruturais (previdenciária, tributária e administrativa), ambiente de negócios e eficiência no gasto público;
- 3) nessa fase, analisamos o tratamento das categorias levantadas e organizadas, o que nos permitiu, em certa parte, uma avaliação crítica do objeto de pesquisa em questão, sobretudo confrontado com duas questões centrais: o neoliberalismo e a desindustrialização no Brasil.

Estipulado o nosso método e metodologia, passamos a descrever a estruturação do texto da dissertação. No primeiro capítulo, apresentamos uma análise sintética do governo de Jair Bolsonaro. Nele, discorremos sobre algumas questões de ordem teórica e conjunturais que são fundamentais para entender o desencadeamento e a viabilidade da sua candidatura, diante do cenário político-social e econômico brasileiro, sendo fundamental a leitura da crise orgânica, com base em Gramsci.

⁶ Os materiais foram salvos em uma pasta no Google Drive. Os materiais que estamos nos referindo, são prints em formato de PDF do site oficial da FIESP. O material referente ao período do final de 2018 (após a eleição presidencial) a dezembro de 2022, também colocamos em uma tabela ao final, nos elementos pós-textuais, nos Apêndices A-E.

⁷ Fizemos a codificação através do MAXQDA Analytics Pro 24 – na versão demo, liberado por 20 dias.

No segundo capítulo, fizemos uma caracterização do governo de Jair Bolsonaro. Sobre isto, há quem fale em pré-bonapartismo, bonapartismo, autoritarismo, fascismo, neofascismo e profascismo. Diante de tantas categorias com as quais o governo de Jair Bolsonaro foi classificado, foi importante aqui compreender a forma política sob a qual o governo se apresentou. Neste capítulo, também apresentamos a política industrial do governo de Jair Bolsonaro, para que possamos analisá-la à luz dos fenômenos do neoliberalismo e da desindustrialização.

No terceiro capítulo, fizemos uma descrição e análise tanto do neoliberalismo quanto da desindustrialização em sua incidência no contexto brasileiro, apresentando uma análise da atuação da FIESP em relação às políticas econômico-industriais do governo Bolsonaro. Por fim, nas considerações finais, seguimos para as nossas ponderações ao que foi discutido nesta dissertação.

CAPÍTULO 1. COMO CHEGAMOS AO GOVERNO BOLSONARO: UMA ANÁLISE DA CRISE NO BRASIL DE 2008 A 2018

Neste capítulo, apresentamos uma análise da ascensão ao governo de Jair Bolsonaro. Discutimos questões conjunturais e teóricas que consideramos essenciais para compreender o surgimento e a viabilidade de sua candidatura no contexto político, social e econômico do Brasil. Em suma, a compreensão do contexto é fundamental, bem como a leitura da crise orgânica, conforme desenvolvida pelo filósofo sardo Antonio Gramsci, que emerge como um elemento crucial nesse processo, além das leituras contemporâneas atualizando o constructo teórico em torno dos imbróglis que temos passado no mundo e no Brasil. Separamos em sete pontos as discussões que norteiam este primeiro momento, passando por uma descrição da crise econômica mundial e brasileira; a leitura da crise orgânica em Gramsci e a atualização no que tange à realidade brasileira.

1.1 A crise econômica nos EUA: impactos subsequentes na conjuntura política internacional

O fator temporal é essencial para compreender em qual período estamos discutindo. De acordo com Tonelo (2021), o impacto da crise de 2008 resultou em um cenário inflexivo em escala global, incluindo a falência de importantes instituições financeiras, como o Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos. Ainda segundo Tonelo, o cenário inflexivo desencadeado pela Crise de 2008 e suas repercussões nas camadas subjetivas são elementos cruciais para compreender a evolução do cenário político, social e econômico dos últimos 15 anos.

A crise econômica acentuou a precarização das condições de vida das classes trabalhadoras em todo o mundo, especialmente no Brasil, aumentando o desemprego e as desigualdades sociais. Tal cenário foi propício à retirada de direitos trabalhistas, sociais e do orçamento das políticas públicas por pressão das classes dominantes.

Aqui, por hora, quem nos fornece uma leitura para pensar a nova dinâmica da crise internacional pós-2008, é Tonelo (2021). Ele descreve que este novo processo pode ser compreendido na estrutura da crise dos *subprimes*, nas etapas da crise no interior da década de 2008-2018 e na virada de 2016, que vai do interregno para uma nova dinâmica. Desta forma, procuraremos sintetizar nas próximas páginas a leitura que o autor expõe sobre este tema.

Para Tonelo (2021), o interesse do capital por investimentos “seguros”, convergiu, também, para o setor imobiliário, como resposta a crises anteriores. Durante a década

2008-2018, houve um notável aumento nos preços dos imóveis nos EUA, impulsionando o crescimento do PIB. A queda nas taxas de juros facilitou a concessão de empréstimos, contribuindo para a bolha imobiliária. Esta bolha teve dois principais impulsionadores: a expansão sem precedentes de financiamentos, incluindo empréstimos subprime, e inovações financeiras, como securitização de ativos e seguros.

Sobre a expansão de financiamentos sem precedentes, segundo Tonelo (2021), caracterizou-se pela expansão do mercado imobiliário, incorporando novos segmentos na concessão de créditos e flexibilizando critérios de avaliação e formas de financiamento por parte dos bancos, resultando em um aumento expressivo das hipotecas *subprime*, destinadas a indivíduos sem histórico de crédito ou inadimplentes, conhecidos como "ninjas" (sem renda, sem trabalho, sem ativos). Entre 2001 e 2006, as hipotecas subprime representaram 8,6% das novas hipotecas anuais, correspondendo a 20% do total. Ainda ocorreram mudanças nos pagamentos de financiamentos de longo prazo, com condições híbridas, como os modelos 2/28 ou 3/27, nos quais as prestações eram inicialmente baixas, mas sujeitas a ajustes periódicos conforme as taxas de juros de mercado nos anos subsequentes.

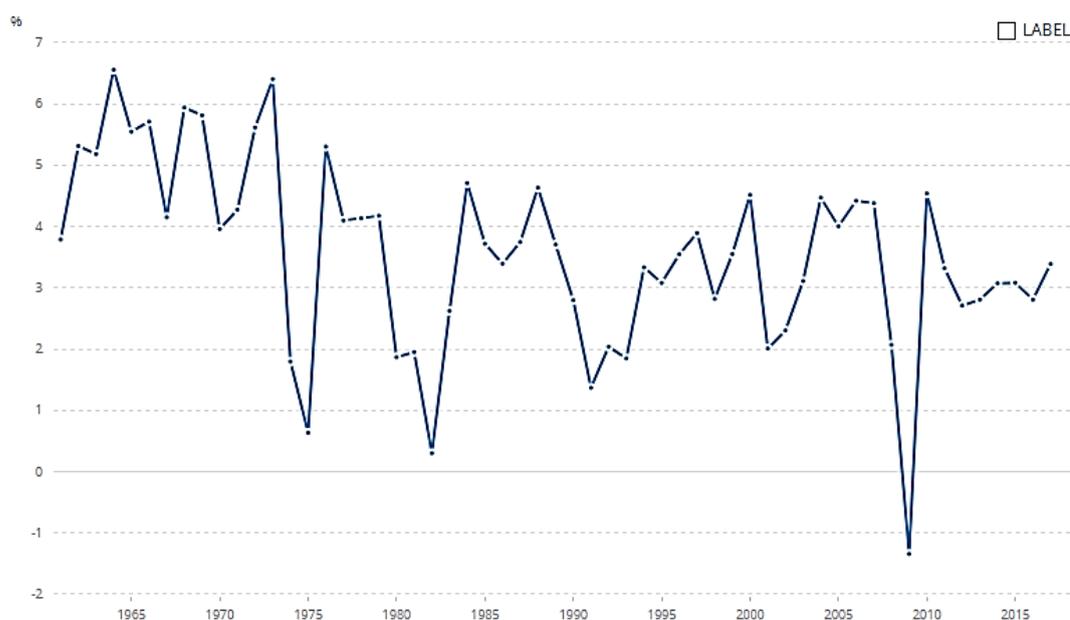
Já em relação às inovações financeiras por meio da securitização de ativos e seguros, de acordo com Tonelo (2021), consistiu em agrupar diversos tipos de passivos financeiros, com diferentes rentabilidades e riscos, transformando-os em títulos padronizados e negociáveis, destacando-se os *Collateralized Debt Obligations* (CDO) na crise de 2008. Os bancos de investimentos classificavam hipotecas com base no risco de inadimplência e rentabilidade, permitindo a criação de produtos financeiros, como o CDO, que incluíam hipotecas de diferentes riscos e ativos de dívidas variados. O objetivo era diluir o risco de inadimplência, tornando os novos ativos mais atrativos para agências de avaliação de risco e investidores.

Tonelo (2021) acrescenta que a crise de 2008 teve origem na crescente inadimplência dos *subprimes*. Quando os pagamentos das hipotecas não eram efetuados, os bancos retomavam as casas e as colocavam à venda. O ciclo em expansão, neste ínterim, resultou em um aumento expressivo de casas disponíveis, levando a uma queda acentuada no interesse dos investidores em adquirir novas hipotecas. Este é o cenário que induziu à explosão da bolha imobiliária: famílias capazes de pagar suas hipotecas desistiram, procurando imóveis mais acessíveis. A consequência foi a desvalorização súbita de muitos pacotes financeiros e títulos imobiliários.

Em relação às etapas da crise no interior da década ou, em outras palavras, para o período 2008 a 2018, Tonelo (2021) expõe que a Grande Recessão teve dois períodos distintos: uma fase inicial recessiva intensa e outra em que os impactos da crise se manifestaram de maneiras diversas, deslocando-se para países avançados mais frágeis, emergentes e o Sul global. Após salvar os bancos e o sistema financeiro, o capital respondeu com iniciativas como planos de austeridade, ajustes fiscais e reformas, resultando em contrapartidas, conflitos no movimento operário e na juventude, além de implicações geopolíticas. A última fase, diz o autor, destacou a disputa pela proeminência tecnológica entre Estados Unidos e China, culminando em uma guerra comercial. Esta interconexão constante entre economia, política e transformações sociais sugere uma longa década de crise econômica internacional, especialmente evidenciada pelo fraco crescimento pós-recessão.

Entre 2007 a 2009, de acordo com Tonelo (2021), caracteriza-se pelo auge da turbulência na economia global e pelos impactos mais pronunciados do colapso, destacando-se a quebra do Lehman Brothers em setembro de 2008 como um ponto emblemático desse período intensificado de crise. Esta dinâmica é evidenciada no gráfico que apresenta o crescimento mundial do PIB de 1961 a 2017, com base nos dados do Banco Mundial, que o autor apresenta no corpo do texto e que disponibilizaremos a seguir no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Crescimento da economia mundial 1961-2017



Fonte: Banco Mundial, GDP growth (annual %) World Bank National Accounts Data, and OECD National Accounts Data Files Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTPKDZG?end=2017&start=1961> > apud Tonelo, 2020, p. 26. acesso em 16 nov. 2023.

Uma década após o início da crise, Tonelo (2021) diz que economistas marxistas e do *mainstream* concordam que é a mais significativa desde 1929. Em contrapartida, o autor afirma que os desdobramentos não podem ser diretamente comparados com os da década de 1930, que envolveu processos revolucionários e ascensão nazifascista. Ao analisar a economia dos EUA, epicentro das crises, a queda catastrófica de 28,6% entre 1929 e 1933, fica visível o contraste quando comparado com a diminuição de apenas 0,3% durante 2008-2010. Uma boa contribuição, destaca Tonelo, é a de Isaac Joshua, em *La Crise de 1929 et l'émergence américaine* [A Crise de 1929 e a emergência americana], na medida em que ajuda a entender a magnitude da queda e o impacto nos países centrais do capitalismo.

Durante os anos de 2010 e 2011, Tonelo (2021) exemplifica que as potências, especialmente os países europeus, coordenaram ações em resposta à crise econômica, marcando um novo estágio. Após as primeiras medidas de "injeção de liquidez" para evitar falências, o segundo período caracterizou-se por políticas fiscais rigorosas, implicando austeridade e a suspensão generalizada de direitos sociais, resultando em uma redução do papel do Estado e um aumento na exploração dos trabalhadores. Desde o início da recessão, os impactos foram evidentes em vários países, com os resgates

trilionários para bancos e empresas elevando as dívidas públicas a níveis que ultrapassam 100% do PIB.

Conforme diz Tonelo (2021), o capital financeiro volta-se à classe trabalhadora após resolver os problemas dos bancos e empresas. O capital financeiro enfrentou desafios na implementação de políticas de austeridade devido à resistência operária. Os ataques neoliberais prévios já haviam exaurido direitos e estabelecido uma dinâmica intensa de exploração, levando à retomada das taxas de lucro das empresas globalmente. Este fator indicava a reciclagem de uma abordagem que já mostrava limitações pré-crise, com efeitos como trabalho precário, desemprego, aumento da desigualdade, endividamento e redução do poder de consumo das famílias.

De 2012 a 2015, Tonelo (2021) destaca como o período em que há estancamento secular e a crise dos emergentes. Acerca do estancamento secular, Tonelo (2021) apresenta que, após a recuperação em 2010, o crescimento do PIB mundial entre 2012 e 2016 foi modesto, variando de 2,5% a 2,8%. Esta tendência indicou os primeiros indícios de estagnação econômica global. Essa fase marcou um contraste significativo com o período pós-guerra, até 1973, quando a economia mundial experimentou índices de crescimento mais substanciais, com mínimos de 4,3% e crescimentos superiores a 6% em alguns anos.

Tonelo (2021) destaca quatro pontos também considerados pelos economistas *mainstream* como impactantes à crise: a) o envelhecimento populacional, que contrasta com os "anos dourados" pós-Segunda Guerra, dificultando investimentos em habitação; b) a queda significativa na produtividade, revelando um ciclo vicioso entre finanças e produção no neoliberalismo, com destaque para o debate sobre a centralidade da produtividade desde 2012; c) a escassez de investimentos, decorrente do colapso em bolhas imobiliárias e baixa produtividade, contribuindo para um ciclo vicioso na crise; d) o crescimento da desigualdade, concentrando capital em bancos e empresas, enquanto planos de austeridade direcionam gastos públicos para a massa trabalhadora e juventude, gerando um ciclo prejudicial de redução na propensão de consumo, aumento de poupanças e diminuição do investimento.

No que tange à crise dos "emergentes", Tonelo (2021) entende que a definição de "emergentes", por si só, carrega uma conotação ideológica, sugerindo que países como os que compõem os BRICS⁸ caminham para se tornarem desenvolvidos e potências

⁸ Um bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

mundiais. Exceto a China, diz ele, os outros "emergentes" têm estruturas econômicas dependentes, sendo vulneráveis às pressões do capital internacional, comércio global e preços das commodities. A crise dos emergentes, surgida principalmente em 2012, para o autor, revelou a dependência desses países em setores como agronegócio, petróleo e mineração. Entre 2012 e 2015, destacaram-se a desaceleração chinesa, mudanças nos fluxos de capitais a partir de 2013 e a queda nos preços das commodities a partir de 2014, transformando os BRICS, inicialmente vistos como promessas econômicas, em pontos frágeis da crise.

Tonelo (2021) relata o caso do Brasil, em que a revista *The Economist* simbolizou a mudança na percepção dos emergentes, durante a crise. Em 2009, a *The Economist* retratou o Cristo Redentor decolando, representando a visão otimista. Todavia, em 2013, a revista, em outra capa, mostrou a falha na "decolagem" brasileira, indicando o país à beira de estragar tudo. Tal questão refletiu a clivagem econômica entre a fase inicial de 2008-2009, quando a crise no Brasil era minimizada, e o período pós-2013, marcado pela recessão e pelas Jornadas de Junho, uma significativa mobilização contra o aumento da passagem do transporte público.⁹

Em 2014, com a queda no preço das *commodities*, expressou o estancamento do crescimento no pós-crise, segundo Tonelo (2021). Este fator influenciou na dinâmica das economias emergentes e da economia mundial como um todo. Não à toa, esta queda contrasta com o ciclo anterior de elevação de preços, resultando em grandes impactos, especialmente para os "emergentes", cuja arquitetura econômica em grande parte ainda se baseia no modelo agroexportador. Diante desta situação, o autor acredita ser relevante considerar a hipótese de que, em algum nível e levando em conta fatores geopolíticos, o óleo de xisto – e a elevação da produção nos EUA – pode ter exercido uma influência mais significativa na queda dos preços do petróleo a partir de meados de 2014.

Os determinantes da crise nos emergentes, a transformação na economia chinesa (que não mencionamos, mas Tonelo [2021] avalia como um fator importante no estancamento) e a queda nos preços das commodities, estão interligados a um terceiro fator: a reversão dos fluxos de capitais e a mudança de tendência pós-2013. Durante os anos 2000 e após a crise de 2008, os BRICS foram valorizados como destinos de investimentos financeiros e estrangeiros diretos. Esta tendência mudou na primeira metade da década seguinte, marcando o fim do "dinheiro fácil" e causando instabilidade

⁹ No caso do Brasil, tratamos do impacto da crise econômica no próximo tópico.

em diversas economias emergentes. Resumidamente, para Tonelo (2021), as economias dos países dependentes com modelo agroexportador se beneficiaram da parceria com a China como "fábrica do mundo", experimentando um amplo ciclo de prosperidade nas commodities e uma significativa entrada de fluxos de capitais. No entanto, entre 2012 e 2015, esses fundamentos desmoronaram, resultando em mudanças significativas, exemplificadas pelo Brasil com o golpe institucional de 2016.

Ao que compete à virada apresentada em 2016, do interregno a uma nova dinâmica do capital, a eleição de Donald Trump em 2016 foi um fenômeno político que refletiu uma transformação na economia mundial. Embora as mudanças na dinâmica do capital internacional possam não ser facilmente perceptíveis, elas são evidenciadas por reconfigurações nos monopólios internacionais, na dinâmica das cadeias de valor e no crescimento ou declínio econômico dos países. A política, geralmente, segue as perspectivas econômicas. Neste sentido, a eleição de Trump foi um sinal claro dessa transformação das ações que se seguiriam. Seguindo Trump, observou-se também aos triunfos eleitorais da extrema-direita, como o caso de Boris Johnson, no Reino Unido e, aqui no Brasil, de Jair Bolsonaro.

Para Tonelo (2021), em 2016, com a eleição de Trump, os EUA tiveram uma fase mais protecionista e agressiva, mirando a China como seu principal adversário global – a Rússia permanece –, desencadeando disputas tecnológicas e uma guerra comercial. Grandes potências como Alemanha, Inglaterra, França e Japão também permanecem importantes neste novo cenário. A ascensão da China, neste cenário, como potência imperialista não segue um padrão geopolítico comum. A singularidade da história chinesa e a ausência de crises econômicas graves ou uma guerra mundial tornam essa ascensão uma novidade geopolítica significativa. Conforme Tonelo (2021), a análise internacional, abordando economia, geopolítica e luta de classes, necessita-se de uma busca a fim de compreender a tensão entre a emergência da China como gigante e os esforços dos Estados Unidos (e outras potências) para evitar este cenário. Este momento político reflete, diz-nos o autor, possivelmente a falência do padrão neoliberal pós-2008, marcando uma nova fase pós-2016, mais conflitiva, com crises econômicas intensificadas e lutas de classes acirradas. A disputa pela proeminência tecnológica e a guerra comercial entre EUA e China ilustram esta nova dinâmica internacional.

1.2 Crise econômica no Brasil

Sobre a crise econômica, Cunha et. al (2015) argumentam que a crise global reflete desafios estruturais insuperáveis para o capital iniciar um novo ciclo de crescimento duradouro. Os períodos de ascensão são agora mais limitados geograficamente, mais curtos e causam destruição em outras regiões. Os autores partem da perspectiva de István Mészáros, na medida em que o pensador húngaro observa que essa dinâmica começou na década de 1970 durante uma crise de superprodução, quando a forma financeira especulativa dominou o processo de valorização do capital. A precarização agressiva do trabalho foi adotada pelas classes dominantes como uma alternativa para enfrentar a persistente queda da taxa média de lucro na economia capitalista global, uma lacuna não resolvida pelo modelo keynesiano até então predominante.

No período de 2003 a 2013, segundo Cunha et. al (2015), o Brasil experimentou um crescimento relativo impulsionado pelo capitalismo chinês e ampliado pelo aumento do mercado interno, influenciado pela elevação real do salário-mínimo, transferências de renda, expansão do crédito ao consumo e investimentos públicos. Esta questão resultou na inclusão de uma grande parcela da população de baixa renda no mercado de bens duráveis e serviços, gerando ganhos de bem-estar e impacto político-eleitoral. No entanto, com aprofundamento da crise global, especialmente na China, e os efeitos do excesso de capital especulativo nos EUA e Europa, o Brasil enfrenta nova instabilidade econômica e política em 2015, resultando na queda do PIB de -3,5%.

Com a análise acima, os autores procuram contextualizar a crise brasileira, destacando sua ligação com o cenário do capitalismo mundial e, inclusive, sugerindo que a conjuntura resulta da interseção de limitações no modelo de desenvolvimento, a submissão do Estado à dívida pública como mecanismo de valorização do capital financeiro especulativo e a desestruturação da hegemonia política petista. Em termos categóricos, compartilho com a visão de Del Roio (2020), isto é, a crise estrutural formulada por Mészáros se apresenta, em certa medida, como uma leitura complementar à crise orgânica de Gramsci: sob o neoliberalismo, o capital procura novas formas de acumulação, difundindo a visão de mundo das classes dominantes como aceitação de maximização da exploração com novas tecnologias.

Cunha et. al (2015) falam que de junho de 2003 a julho de 2008, o Brasil experimentou seu maior ciclo de expansão econômica desde a década de 1980, quando uma crise global levou à insolvência da dívida externa brasileira. Apesar de enfrentar uma crise mundial em 2008 com potencial semelhante à dos anos 1980, o Brasil mitigou seus

impactos por meio de um pacote de estímulo ao consumo, limitando a recessão a seis meses, mas resultando na ausência de crescimento econômico em 2009.

O cenário no início da crise de 2008, conforme a avaliação neoliberal de Cunha et. al (2015), era que as políticas fiscais e monetárias brasileiras, herança do primeiro mandato de Lula (2003-2006), proporcionaram estabilidade econômica notável para um governo petista. Indicadores positivos incluíam inflação controlada, aumento da renda da população, significativa redução da pobreza e aumento dos investimentos, com entrada substancial de capital estrangeiro. Estas melhorias resultaram de políticas que elevaram a renda média do trabalho e promoveram o consumo popular, além da valorização contínua do real em relação ao dólar. Em abril de 2008, o Brasil recebeu o grau de investimento, melhorando sua imagem internacional, enquanto escândalos de corrupção tinham pouco impacto político. Internacionalmente, o presidente Lula foi elogiado, com Barack Obama chamando-o de "o cara".

Em resposta à crise econômica de 2008, o governo Lula adotou medidas keynesianas no Brasil. Uma das medidas incluiu cortes de impostos de R\$ 4,8 bilhões, redução do IPI para montadoras e do IOF para consumo, além de ajustes na tabela do Imposto de Renda. No setor da construção civil, por exemplo, foram liberados R\$ 3 bilhões do FGTS em 2009. Para aumentar a liquidez bancária, o governo reduziu os depósitos compulsórios. O Banco Central começou a reduzir a taxa básica de juros em janeiro de 2009, atingindo 8,75% em julho, o menor nível desde 1996 (Cunha et. al, 2015).

Segundo Cunha et. al (2015), apesar da interrupção do crescimento em 2009 devido à crise global, as medidas anticíclicas adotadas pelo governo Lula permitiram ao Brasil retomar seu ritmo de crescimento nos anos seguintes. Em 2010, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi eleita para um terceiro mandato presidencial do PT sem grandes dificuldades. Mas, ao longo do segundo mandato de Dilma, os impactos da crise mundial se espalharam, afetando também a China, principal parceiro comercial do Brasil, que posteriormente sentiria esses efeitos.

Dilma Rousseff, em 2011, assumiu a presidência em meio a uma crise global. Mantendo parte da estratégia do governo Lula, não antecipou adequadamente a reversão do ciclo econômico mundial expansivo, marcado pelos problemas nos centros dinâmicos do capitalismo global, dizem Cunha et. al (2015). A análise de Oliveira e Herscovici (2022), por sua vez, é mais ampla e detalhista, à medida que descrevem que, para atender a demanda econômica da burguesia industrial, o governo Dilma Rousseff I, apresenta um

conjunto de medidas, nomeado de Nova Matriz Econômica, com o intuito de fortalecer os interesses da fração burguesa industrial. Entre essas medidas, consta:

[...] a redução da taxa básica de juros (SELIC) e dos *spreads* bancários; ampliação das linhas de crédito subsidiado do BNDES para investimentos; desoneração da folha de pagamentos e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para diversos setores produtivos; desvalorização cambial, elevação de alíquotas sobre importados e políticas de conteúdo local; e redução das tarifas de energia elétrica (Oliveira; Herscovici, 2022, p. 3).

Naquele momento, conforme descreve Cunha et. al (2015), o governo buscou acelerar investimentos estatais e manter incentivos ao consumo para se distanciar da crise, mas a demanda global e os preços de produtos de exportação brasileiros, como minério de ferro e petróleo, diminuíram. O resultado foi a redução dos saldos da balança comercial e crescimento do déficit nas transações correntes, afastando investidores e forçando a redução da atividade econômica interna. Apesar dos abalos globais em 2011, a política econômica de Dilma persistiu com medidas expansionistas, como juros baixos, crédito barato e redução de impostos para setores específicos, como automóveis e eletrodomésticos. As turbulências confirmaram a natureza sistêmica da crise, indicando uma mudança para teses liberais, com foco na redução do Estado e ajuste fiscal, em contraste com as ideias keynesianas após 2008.

Sob os efeitos da especulação, neste período 2010 a 2011, para Cunha et. al (2015), a crise global foi transferida para o setor público, resultando em ajustes fiscais, cortes de gastos e serviços públicos em todo o mundo. As classes trabalhadoras, especialmente na Europa e nos EUA, enfrentaram perdas de garantias sociais conquistadas ao longo de décadas, o que levou, também, a protestos e revoltas em países como Grécia, Espanha, França, EUA, Inglaterra e Itália.¹⁰ A ofensiva do capital, na toada, visava extrair recursos dos fundos públicos para sustentar a especulação, impondo a austeridade como resposta. Enquanto a crise sistêmica se desenvolvia globalmente, o Brasil, entre 2010 e 2013, continuou recebendo volumes expressivos de investimentos e manteve elevadas reservas internacionais. O governo Dilma Rousseff adiou, para 2015 e 2016, propostas de ajuste fiscal e reformas como prevenção para dias piores, mantendo uma política favorável ao capital financeiro e permitindo o rápido crescimento da dívida pública.

¹⁰ Tais reações serão tratadas no tópico a seguir, para entendermos melhor o desencadeamento político da Grande Recessão.

Nos anos 2015 e 2016, uma severa recessão impactou a economia, resultando em uma contração do PIB em 3,5% e 3,3%, respectivamente. Segundo Corsi (2018), são dois uns dos motivos principais que explicam a recessão: a) em 2015, o declínio foi impulsionado por uma queda de 14,1% nos investimentos e 5% no consumo global. A taxa de desemprego aumentou de 6,8% em 2014 para 8,5% no quarto trimestre de 2015; b) em 2016, os investimentos diminuíram 10,2%, o consumo das famílias caiu 4,2%, e os gastos do governo reduziram-se em 0,6%. A taxa de desemprego atingiu 11,5% no último trimestre de 2016. A queda no consumo foi impulsionada por altas taxas de desemprego, redução do rendimento médio e endividamento das famílias, enquanto os investimentos foram afetados pela queda da taxa de lucro, altas taxas de juros, endividamento empresarial, concorrência estrangeira e capacidade ociosa. Estes desafios dificultaram uma recuperação sustentável em 2017.

Dentro disto que se caracteriza como crise estrutural, o processo econômico entre os anos de 2003 a 2014, Alves (2018) observou que nos governos de Lula e Dilma (2003-2014), o salário-mínimo teve um aumento de cerca de 70%, e os acordos salariais foram vitórias para os setores organizados. Houve também uma notável redução na taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas. No entanto, ele analisa que essa melhoria econômica foi vista como um obstáculo para a economia política capitalista em meio a uma crise estrutural. Ele ainda interpreta que, a lei do valor, desempenhou um papel fundamental no golpe de 2016, isto é, em um regime de pleno emprego, demissões perderiam seu papel disciplinar, prejudicando a posição social dos patrões e fortalecendo a autoconfiança e a consciência de classe dos trabalhadores, o que poderia resultar em tensões políticas relacionadas a greves por melhores condições de trabalho e aumentos salariais.

A avaliação de Corsi (2018) sobre a recessão em 2015 e 2016, parte da concepção que a economia experimentou uma desaceleração desde 2011, caminhando para a estagnação, sem chegar a uma crise aberta. Em 2011, o PIB cresceu 3,9%, mas declinou nos anos seguintes, com um crescimento médio de 2,1% entre 2011 e 2014, menos da metade do desempenho durante o governo Lula, que teve uma média de 4,3%. Essa tendência à estagnação, relata o autor, foi influenciada por vários fatores, incluindo a persistência da crise internacional, a baixa taxa de investimento, a impossibilidade de o consumo impulsionar o crescimento, o aumento da concorrência com produtos importados, a queda nas taxas de lucro e o baixo aumento da produtividade do trabalho, por exemplo.

Os motivos que Corsi (2018) descreve são alguns fatores que levaram Dilma a adotar a agenda neoliberal, que não compartilhamos, mas sintetizamos aqui da seguinte forma: i) a estreita vitória nas eleições indicou um fortalecimento das forças conservadoras comprometidas com a agenda privatista; ii) o governo enfrentou o enfraquecimento de sua base parlamentar, com crescente pressão da grande imprensa e os avanços da operação Lava Jato; iii) além da intensa pressão das classes médias e a incapacidade do PT de mobilizar os trabalhadores em defesa do governo. A situação tornou-se ainda mais desafiadora após a adoção de uma política econômica contracionista. Diante desse quadro, o autor entende que

A presidente eleita parece ter avaliado que a adoção de uma política econômica afinada com as propostas do mercado financeiro, das agências multilaterais e da grande imprensa asseguraria o seu segundo mandato. Esta decisão, contudo, rapidamente se mostraria um grande equívoco. Não seria possível repetir a política de Lula em 2004, pois os contextos interno e externo eram muito diferentes. A tendência ao baixo crescimento, a queda dos lucros, o acirramento da concorrência e o ensaio, entre 2011 e 2013, de flexibilização da política de metas de inflação (com a adoção do câmbio flexível, dos juros altos e dos superávits primários robustos), política fulcral para a defesa dos interesses do setor financeiro hegemônico, contribuíram para articular uma ampla coalizão de setores de classes dominantes em torno da necessidade imperiosa de controlar diretamente o poder executivo em um contexto de crise e redefinição dos rumos do capitalismo global (Corsi, 2018, p. 34).

Sobre o cenário econômico, Corsi (2018) analisa que a política econômica de Levy foi considerada um fracasso, agravando as contas públicas, aumentando a inflação e levando o país à recessão. Corsi ainda argumenta que Joaquim Levy adotou uma abordagem ortodoxa para controlar a inflação, atribuindo-a ao excesso de demanda e ao descontrole do gasto público. A política recessiva adotada por Levy, envolveu o aumento das taxas de juros, a liberação dos preços controlados pelo Estado e a redução do gasto público. O objetivo era fazer a inflação atingir a meta de 4,5%, diminuir a relação dívida pública/PIB e equilibrar as finanças por meio de aumento de impostos e cortes nos investimentos e gastos. Paralelamente, ele buscava criar condições favoráveis ao financiamento externo, seguindo as orientações dos credores internacionais. A substituição por Nelson Barbosa, embora tenha proposto um ajuste mais gradual, não alterou significativamente a situação, mesmo com a redução das metas de superávits nas contas públicas. Essa falta de mudança contribuiu para a deposição de Dilma Rousseff poucos meses depois.

Ainda em 2016, após a deposição¹¹ de Rousseff, Corsi (2018) descreve que o governo de Michel Temer adotou uma agenda neoliberal com a plataforma *Uma Ponte para o Futuro* (PMDB, 2015), buscando reduzir os gastos sociais, diminuir direitos e encolher o Estado. As principais medidas incluíram:

- 1) emenda constitucional que congelou os gastos públicos reais por vinte anos;
- 2) reforma da previdência;¹²
- 3) reforma trabalhista;
- 4) esvaziamento do BNDES e da Petrobrás;
- 5) retomada das privatizações;
- 6) redefinição das regras e entrega de áreas do pré-sal ao capital estrangeiro;
- 7) redução dos gastos em programas sociais;

Corsi (2018) observa que nos anos 2017 e 2018, a economia teve uma frágil retomada, sendo que, em 2017, o PIB cresceu 1,1% em relação a 2016, atingindo o mesmo nível de 2011. O crescimento foi impulsionado principalmente pela agricultura, que teve um aumento de 12,5%, devido ao aumento das safras de milho e soja. Apesar de representar apenas 5,3% do PIB, a agricultura teve impacto positivo em outros setores, contribuindo com 0,7% do valor adicionado ao PIB.

No entanto, em 2018, o setor agrícola teve um crescimento de apenas 0,1%. O setor de serviços teve uma expansão de 0,5%, com destaque para o comércio e transporte. A indústria ficou estagnada em 2017, com a atividade extrativa crescendo 4,2% e a construção civil recuando 5%. A indústria de transformação não apresentou crescimento. O balanço que Corsi (2018) apresenta, é que a perspectiva de retomada do crescimento econômico em 2017 e sua manutenção em 2018 é considerada frágil, devido a alguns indicadores, tais como: o consumo das famílias afetado por altos índices de desemprego, endividamento e flutuações no rendimento médio, dificultando um crescimento robusto como visto nos governos de Lula da Silva; restrições fiscais impediram que o Estado ampliasse os investimentos, mantendo os gastos congelados em patamares baixos (mesmo com os superávits comerciais, sua capacidade de impulsionar o crescimento é questionável, especialmente diante da instabilidade econômica global); o elevado

¹¹ Sobre a deposição, no tópico 1.5, abordaremos este tema. Corsi (2018) fala em deposição, nós, como já mencionamos na introdução, caracterizamos como golpe.

¹² Sendo aprovada no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

endividamento corporativo, agravado pela desvalorização do real; somado à capacidade ociosa, que conteve o aumento significativo dos investimentos, apesar da redução das taxas de juros.

Avaliação de Corsi (2018) é que a economia brasileira enfrentou um período de baixo crescimento de 2011 a 2016, marcado por recessão nos anos de 2015 e 2016. A política adotada nos governos Dilma e Temer, centrada no desmonte do Estado, com juros altos, corte de crédito, ajuste fiscal, congelamento de gastos, privatizações e redução de direitos sociais, atacou os direitos sociais, salários e empregos. A recuperação em 2017 e 2018 foi frágil devido à baixa taxa de lucro, juros elevados, capacidade ociosa e endividamento das empresas, além do desemprego, queda de rendimento e endividamento das famílias, limitando o consumo. Segundo Corsi, o Estado mostrou-se incapaz de aumentar o investimento público, e desafios como instabilidade internacional e intensa luta política sugerem um baixo crescimento continuado nos próximos anos.

A crise revelou, também, a vulnerabilidade financeira do setor produtivo brasileiro devido à alta exposição a derivativos de câmbio. Isto já era observado desde a adoção do câmbio flutuante em 1999, que permitiu o aumento dos contratos negociados na Bolsa de Valores brasileira, inclusive por investidores estrangeiros. Com o início da crise em setembro de 2008, houve uma fuga de capitais que resultou na queda dos preços das ações na bolsa brasileira, evidenciando a aversão ao risco dos investidores estrangeiros, mesmo com o país tendo obtido o grau de investimento no início daquele ano (Rando, 2018).

1.3 Crise orgânica, sociedade civil e política em Gramsci

Para entender a FIESP, retornamos a Gramsci, no sentido de que é preciso entender os fundamentos que competem às formações sociais e os interesses coletivos, tal como ele trata no C13, §1, V3¹³. Para Gramsci, compreender o que leva à criação e desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular, requer a análise das condições para sua existência. E isso é importante. A leitura de Gramsci, bem mediada, se estende à nossa realidade, isto é, serve-nos para entender a posição de uma fração das classes dominantes, uma investigação histórica e econômica da estrutura social do país em questão revela as tentativas feitas ao longo dos séculos para criar essa vontade e as razões para os sucessivos fracassos. No caso italiano, o autor diz que a falta de uma

¹³ Na terminologia gramsciana, o “C” refere-se ao caderno; o “§” ao parágrafo; “V” representa o volume da obra.

monarquia absoluta na Itália na época de Maquiavel pode ser atribuída a diversos fatores, como a herança do Império Romano, a função das Comunas medievais e o papel do catolicismo.

No C3, §34, V3, Gramsci (2017) analisa que a crise moderna – a crise do seu contexto – estava caracterizada como uma "onda de materialismo", ou seja, estava diretamente relacionada ao que é chamado de "crise de autoridade". Quando a classe dominante perde o consenso e deixa de ser "diretiva" para se tornar apenas "dominante", detentora do poder coercitivo, significa que as grandes massas se afastaram das ideologias tradicionais e não acreditam mais no que acreditavam antes. A crise consiste no fato de que o antigo está morrendo e o novo ainda não pode nascer, o que resulta em uma série de fenômenos patológicos variados durante esse período de transição.

No nosso contexto, Gramsci sublinha alguns pontos que são necessários ao entendimento do momento da luta, isto é, que é preciso entender alguns aspectos no que tange às relações de força. No C13, §2, V3, Gramsci aponta que o estudo da análise de "situações" na ciência e arte política envolve compreender as relações de poder e estabelecer regras práticas de pesquisa. Também é importante entender os conceitos de estratégia, tática, plano estratégico, propaganda e agitação política, assim como a ciência da organização e administração política. Esses conhecimentos são úteis para despertar o interesse pela realidade política e desenvolver intuições políticas mais rigorosas e eficazes.

Tal perspectiva levam-nos a entender um campo importante em que as organizações políticas (partidos, movimentos sociais e sindicatos, por exemplo) atuam, sobretudo, para garantir suas posições nas situações de forças. Com isso, Gramsci (2017) argumenta que, no C13, §17, V3, a avaliação da análise das situações das relações de força tem que ser pensada ao ponto de entender a relação entre estrutura e superestrutura, em outros termos, a exatidão neste processo implica na justa percepção da posição de qualquer organização no período histórico determinado. Para isso, Gramsci entende que é preciso operar com base em dois princípios: 1) que uma sociedade não se propõe a resolver problemas para os quais as condições necessárias e suficientes ainda não existem, ou pelo menos não estão prestes a surgir e se desenvolver; 2) e que uma sociedade não se dissolve e pode ser substituída antes que todas as formas de vida implícitas em suas relações tenham se desenvolvido (verificar a formulação precisa desses princípios).

Isto envolve em pensar, diz-nos o filósofo sardo, os princípios que perpassam o desenvolvimento de uma metodologia histórica. Ora, implica também em entender o

impacto estrutural que uma crise provoca no centro das organizações. Neste sentido, Gramsci (2017), no C13 §17, V3, fala que é essencial distinguir movimentos orgânicos (persistentes) e movimentos de conjuntura (ocasionais). Segundo ele, os movimentos de conjuntura resultam dos orgânicos, mas têm significados históricos limitados, envolvendo críticas políticas cotidianas. Já os movimentos orgânicos geram críticas histórico-sociais, abrangendo grupos maiores. Em períodos históricos, a distinção entre estes movimentos é crucial. Uma crise prolongada indica contradições insolúveis na estrutura. As forças que a defendem tentam resolvê-las dentro de limites, criando um terreno para ações ocasionais. Isso leva a polêmicas ideológicas, religiosas, políticas, etc., que sinalizam a necessidade de mudanças históricas. Ignorar o dever histórico pode aumentar a desordem e levar a catástrofes.

Gramsci (2017) no C13, §17, V3 pontua que, neste processo, o erro comum em análises histórico-políticas é a dificuldade de equilibrar o que é essencial e o que é circunstancial. Isto pode resultar em excesso de importância atribuída a causas imediatas ou a causas mais amplas. Gramsci postula que a distinção entre movimentos orgânicos e eventos de conjuntura deve ser aplicada em diversas situações, não apenas em crises, mas também em momentos de prosperidade ou estagnação. A conexão entre esses movimentos é frequentemente mal compreendida, o que é problemático tanto na historiografia quanto na política. As emoções imediatas às vezes substituem a análise objetiva, levando a equívocos.

O problema recorrente nas formulações históricas é a expressão genérica das "relações de força favoráveis ou desfavoráveis a uma tendência", que, em essência, não fornece uma explicação adequada. Gramsci (2017), no C13 §17, diz que esta abordagem repete o fato em vez de verdadeiramente explicá-lo, apresentando-o como um fato e também como uma lei abstrata, o que é um erro teórico ao considerar um princípio de pesquisa como uma "causa histórica". Por isso, faz-se importante distinguir momentos ou graus na relação de força, que podemos entender em três momentos:

- 1) A relação de forças sociais está intimamente ligada à estrutura social e é objetiva e independente da vontade humana. De acordo com Gramsci, ela é determinada pelo estágio de desenvolvimento das forças de produção, criando diferentes grupos sociais com funções específicas. Esta relação é uma realidade fixa, como o número de empresas e cidades. Isto permite, segundo autor, avaliar se a

sociedade tem condições para se transformar e verificar a viabilidade das ideologias que surgem das contradições em seu desenvolvimento.

- 2) A evolução das forças políticas na sociedade passa por vários estágios, defende Gramsci. No primeiro estágio, há solidariedade dentro de grupos profissionais, mas não entre grupos sociais mais amplos. No segundo estágio, a solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social surge, principalmente no campo econômico e jurídico. O terceiro estágio envolve a consciência de que os interesses corporativos podem se tornar interesses de grupos subordinados e se torna mais politicamente orientado. Neste ponto, ideologias se transformam em partidos, lutando por hegemonia e unidade intelectual e moral. Isso cria a dominação de um grupo social fundamental sobre grupos subordinados, indo além dos interesses econômicos corporativos. Esses estágios se combinam de maneiras complexas e se relacionam com relações internacionais. Ideologias de países mais desenvolvidos podem influenciar países menos desenvolvidos, e as relações internacionais também desempenham um papel. A religião e outras instituições desempenham um papel na combinação dessas forças em nível nacional e internacional, e as relações internas dos estados com diferentes seções territoriais também afetam a dinâmica.
- 3) O terceiro momento na evolução das forças políticas envolve a relação das forças militares, que desempenham um papel decisivo em situações concretas. Este momento pode ser dividido em dois graus: o militar técnico e o político-militar. Para Gramsci (2017), a história é caracterizada por uma variedade de combinações desses graus. Um exemplo extremo é a opressão militar de um Estado sobre uma nação que busca independência. Neste caso, a relação é política-militar, pois a luta pela independência não pode depender apenas de forças militares tradicionais. A nação oprimida inicialmente emprega forças político-militares, desestabilizando a eficácia militar do Estado hegemônico e forçando suas forças a se dispersar. A falta de uma direção política-militar eficaz pode ser prejudicial, como exemplificado no *Risorgimento* italiano, onde a ausência de uma estratégia política-militar clara contribuiu para o fracasso em alcançar a unificação.

Sobre a relação entre crise histórica e crise econômica, Gramsci (2017) diz que as crises econômicas imediatas não determinam, por si mesmas, as crises históricas

fundamentais. Em vez disso, elas criam um ambiente mais propício para a disseminação de certas ideias e abordagens que moldam o curso subsequente da vida estatal. Portanto, as crises econômicas não são a causa direta de eventos fundamentais, mas sim influenciam o pensamento e as respostas às questões que surgem durante esses períodos. De acordo com o autor, é importante evitar julgamentos unilaterais ao considerar os períodos de crise ou prosperidade.

Gramsci (2017), no C13, §17, V3 notifica que qualquer análise concreta das relações de força deve servir como uma base para a ação prática e a iniciativa de vontade. Para ele, estas análises indicam os pontos de menor resistência, estratégias táticas imediatas, linguagem a ser usada na política, e mais. O elemento decisivo em qualquer situação é a força organizada e preparada a longo prazo, que pode ser mobilizada quando a situação é favorável. Neste sentido, a tarefa principal é dedicar-se à formação e desenvolvimento sistemático desta força, tornando-a homogênea, coesa e consciente de seu propósito. Isto fica evidente na história militar, em que os exércitos estavam sempre prontos para a guerra. O autor avalia que os grandes Estados foram bem-sucedidos porque estavam prontos para aproveitar oportunidades favoráveis e, por sua vez, essas oportunidades eram favoráveis quando a capacidade de as aproveitar era real.

O revolucionário sardo, no C13, §23, V3, 2017, fala que as crises orgânicas têm uma natureza delicada e perigosa, que propicia soluções autoritárias e o surgimento de líderes carismáticos. Analisa o contraste entre representantes políticos e a população, refletindo-se em todo o aparato estatal e fortalecendo a influência de burocracia, alta finança e instituições independentes da opinião pública. Gramsci argumenta que, em diferentes países, a crise na liderança política resulta de fracassos em empreendimentos políticos significativos ou da mobilização repentina de massas com reivindicações desorganizadas, caracterizando uma forma de revolução. A "crise de autoridade", para ele, está associada à crise de hegemonia, indicando um declínio na capacidade do Estado como um todo.

Gramsci (1999), no C8 §216, avalia isto num quadro em que, o interesse de escritores como Spirito, foi enfatizado pela proximidade com economistas clássicos, como Einaudi, cujos artigos sobre a crise são frequentemente considerados tolos. Einaudi reproduz ideias de economistas do século passado [XIX] e não reconhece as mudanças no mercado e na produção internacional. De acordo com Gramsci, Einaudi argumenta que crises passadas foram superadas pela expansão global da produção capitalista e aumento do padrão de vida, mas ele não considera que a vida econômica agora gira em torno de

produções em grande escala, as quais enfrentam uma crise orgânica de amplitude e profundidade que torna o controle impossível.

Com isso, na FIESP, também encontraremos esferas diferentes nas disputas, dado o grau do impacto da crise orgânica, como descrito por Gramsci, no seio das classes dominantes. Perrin (2020) explora bem as divergências e disputas internas através do legado de Paulo Skaf. Sobre esses tipos disputas, Gramsci, no C13, §5, V3 destrincha as rivalidades denominando de grande e pequena política. Segundo o filósofo sardo, a grande política, também conhecida como alta política, abrange questões relacionadas à fundação de novos Estados e à luta pela destruição, defesa e conservação de estruturas econômico-sociais. Já a pequena política refere-se às questões parciais e cotidianas que surgem dentro de uma estrutura política estabelecida, resultado de lutas pela predominância entre diferentes frações de uma mesma classe política.

No C7 §80, Gramsci (2017) diz que uma crise orgânica foi vista em torno da discussão sobre a força e o consenso no pós-guerra na Itália. Ele destaca a necessidade de reconstruir o aparelho hegemônico do grupo dominante, desagregado devido a causas mecânicas, como o movimento caótico de grandes massas, a perda de funções das classes médias e a incapacidade das forças antagônicas em organizar a desordem. A reconstrução pós-crise exigia o uso da força, não apenas legal, dada a diversidade das relações sociais em cada Estado. A contribuição das forças ilegais era maior quando lidava com uma massa apolítica, enquanto a preservação do Estado legal era crucial quando lidava com forças politicamente organizadas.

No C13, §27, V3, Gramsci (2017) discorre sobre cesarismo. Neste sentido, podemos aqui, no escopo da crise, encontrar um conflito – que exploraremos melhor no segundo capítulo – referente à instabilidade que se instalou na sociedade brasileira pós-2013. Especificamente, sobre o cesarismo, o autor entende como uma situação em que as forças em luta se equilibram de forma catastrófica, levando à destruição recíproca. Nesta situação, pode acontecer que nem a força progressista A nem a força regressiva B vençam, mas que ambos se debilitem mutuamente. Neste caso, uma terceira força, C, pode intervir de fora e subjugar o que resta de A e B. Na história italiana, após a morte do Magnífico¹⁴, ocorreu exatamente isso, assim como aconteceu no mundo antigo com as invasões bárbaras.

¹⁴ Em notas ao texto, Gramsci (2017) explica que Lourenço de Medici, conhecido como o Magnífico, foi um estadista e mecenas que governou Florença entre 1469 e 1492. Ele, “Magnífico”, liderou a cidade durante o período mais brilhante da signoria da família Medici, que se estendeu entre 1434 e 1537.

Gramsci observa que o cesarismo é uma solução arbitral em uma situação histórico-política em que as forças estão equilibradas de forma catastrófica. Ou seja, pode ser progressista ou regressivo, dependendo de como a intervenção de uma personalidade influencia o triunfo da força progressista ou regressiva. Ele ainda exemplifica que o cesarismo progressista são César e Napoleão I, enquanto Napoleão III e Bismarck representam o cesarismo regressivo. Desta forma, o cesarismo não possui um significado histórico fixo e deve ser analisado dentro do contexto histórico específico. É uma fórmula polêmico-ideológica, não uma interpretação histórica definitiva. Daí o caso do bolsonarismo ou, mais detidamente, o governo Bolsonaro em ação durante os anos 2019-2022.

No mundo moderno, Gramsci é enfático quanto aos fenômenos de cesarismo serem diferentes dos tipos progressistas como César e Napoleão I, assim como do tipo Napoleão III, embora haja certa semelhança com este último. No mundo moderno, diz ele, o equilíbrio com perspectivas catastróficas ocorre entre forças cujo contraste é historicamente insolúvel e se aprofunda com o surgimento de formas cesaristas. No entanto, o cesarismo ainda encontra uma certa margem de ação, dependendo do país e de seu peso na estrutura mundial. Isso ocorre porque uma forma social sempre tem possibilidades marginais de desenvolvimento e organização subsequente, e também pode se beneficiar da fraqueza relativa da força progressista antagonista, especialmente devido à natureza peculiar dessa força. É por isso que afirma que o cesarismo moderno, mais do que militar, é policial.

Outra categoria que nos parece interessante e condiz com a própria posição da FIESP na disputa política, é a categoria de aparelho privado de hegemonia. Sobre este conceito, a concepção gramsciana de "aparelho hegemônico" ou "aparelho privado de hegemonia" está relacionada à visão do autor sobre o "Estado integral". A partir disso, Gramsci (2017) no C6 e C7, §136 e 80, V3, argumenta que o exercício do poder político ocorre por meio da combinação de consenso e coerção, os quais se estruturam e se articulam através das organizações da sociedade civil (os "aparelhos privados de hegemonia") e dos "aparelhos governamentais-coercitivos" da sociedade política (o Estado em sentido estrito), respectivamente. Nesse contexto, o poder político é compreendido como a capacidade que uma classe desenvolve para atuar como uma classe em relação às demais classes.

Para Gramsci, o termo "aparelho hegemônico" refere-se a uma sociedade específica formalmente privada, que assume o papel correspondente ao aparelho

governativo-coercitivo. É neste sentido que podemos compreender a FIESP. Ou seja, dentro desse contexto, a dinâmica de dominação se desdobra em duas metades inseparáveis: a força e o consenso. Essas duas facetas constituem as partes indissociáveis do Centauro maquiaveliano, cada uma desenvolvendo seus próprios "aparelhos". O Estado integral, por sua vez, representa a unidade-distinção entre a sociedade civil e o Estado no sentido tradicional, ou Estado *stricto sensu*.

Liguori e Voza (2017), por exemplo, descrevem que a noção de "aparelho hegemônico" está associada a uma perspectiva inovadora de ideologia. O termo "aparelho" é utilizado para estabelecer um "novo terreno ideológico", promovendo uma "reforma filosófica" que busca instaurar uma "nova consciência do mundo". Nesse sentido, percebemos a intenção da federação paulista – que tratamos na parte três – enquanto um aparelho privado de hegemonia atuante no cenário político-ideológico nacional.

1.4 Leitura da crise orgânica pós-2008 no Brasil

Analisando o quadro de uma crise orgânica no Brasil, Semeraro (2016) argumenta que Gramsci enfatiza que uma crise deve ser analisada como um movimento orgânico, considerando seus diversos componentes e dimensões globais. No contexto brasileiro, é importante levar em conta a reestruturação do capital após a crise de 2008, a desaceleração econômica da China, o declínio dos projetos social-democratas e o desgaste dos governos progressistas na América Latina. Gramsci ressalta a necessidade de investigar questões acumuladas gradualmente, superando a visão limitada da "pequena política" e buscando compreender a "grande política". Convém a ser fundamental olhar além da realidade imediata e considerar o potencial que pode emergir das crises e insurgências tanto no Brasil quanto no mundo.

Semeraro (2016) observa que, no quadro de crise orgânica que se apresenta no Brasil quando avaliado em 2016, retornando a Gramsci, interpretar que tal contexto é expresso quando sintetizado em, ao menos, três fatores : i) quando grandes massas, que antes eram passivas, entram em movimento de maneira caótica e desordenada, sem uma direção clara ou uma vontade política coletiva precisa; ii) as classes médias, mesmo após terem adquirido conhecimento e habilidades, podem ficar desempregadas; iii) as forças antagônicas não conseguem aproveitar essa desordem em seu favor, resultando em uma crise.

Ainda de acordo com Semeraro (2016), Gramsci observa que a crise ocorre devido à separação entre sociedade civil e sociedade política, entre governantes e governados. Essa separação reflete a profunda desigualdade, a falta de acesso aos serviços públicos e à distribuição das riquezas, bem como as injustiças evidentes na segregação urbana e social. Nesse contexto, a luta de classes, embora reprimida e disfarçada, está se intensificando e se tornando mais visível através da escalada da violência em todos os setores da sociedade.

Semeraro (2016) analisa o caso do Partido dos Trabalhadores, tratando-o como melancólico, argumentando que, nos governos do PT, houve um distanciamento progressivo dos compromissos iniciais apoiados pela maioria. Mesmo com as contribuições, o partido não conseguiu impulsionar verdadeiramente a sociedade, focando-se mais em si mesmo e perdendo conexão com as massas. Isso resultou em uma natureza anacrônica e vazia em momentos de crise. Para o autor, há algum tempo, o PT perdeu a capacidade de integrar teoria e prática, intelectuais e massas, assim como governantes e governados. O ex-presidente Lula, em fevereiro de 2015, admitiu que o PT havia deixado de ser um partido das bases para se tornar um partido de gabinetes.¹⁵

Santana (2018) também compartilha da avaliação de Semeraro, embora ela diz que antes mesmo de assumir a Presidência em 2003, o PT já havia abandonado a consideração de classe como fator orientador de suas posições. A submissão aos interesses do mercado começou antes do governo Lula, evidenciando-se ainda mais quando o partido adotou e aprofundou a política neoliberal iniciada nos anos 1990. Sob a pressão do "mercado" antes das eleições, o PT comprometeu-se a honrar todos os contratos com o grande capital, buscando viabilizar a reciclagem do padrão de acumulação durante uma crise aguda.

Partindo de Gramsci, Semeraro (2016) fala que o revolucionário sardo alertou para a importância de não negligenciar os movimentos "espontâneos" das classes subalternas. Há a necessidade de direcioná-los conscientemente, elevando-os a um nível superior e integrando-os na esfera política. De acordo com Semeraro, Gramsci argumentou que ignorar esses movimentos pode resultar em sérias consequências, pois muitas vezes são seguidos por reações reacionárias da classe dominante. Esta dinâmica costuma ocorrer durante crises econômicas, em que o descontentamento nas classes subalternas leva a

¹⁵ Conferir: Semeraro (2016, p. 16).

movimentos espontâneos, enquanto grupos reacionários aproveitam a fragilidade objetiva do governo para tentar golpes de Estado.

Ainda de acordo com Semeraro (2016), o governo do PT, ao formar uma coalizão com partidos ideologicamente diversos, não conseguiu confrontar efetivamente o poder dos bancos, elite econômica, empreiteiras e megaempresas que agem sem considerar os interesses populares. A crise no Brasil foi agravada por renúncias fiscais, empréstimos de baixo retorno, gastos excessivos em eventos esportivos, falta de controle sobre grupos econômicos estrangeiros e desvio de recursos públicos. Com a perda de apoio popular, o governo passou a depender significativamente do financiamento privado para suas campanhas eleitorais, evidenciando uma desconexão entre as lideranças políticas e a população. Em 2014, por exemplo, a contribuição direta dessas empresas influenciou a eleição da maioria dos deputados federais: dos 513 deputados, as empresas privadas “ajudaram” a eleger 360.

Gonzalo Rojas e Shimenny Araújo Wanderley (2021) analisam que há uma crise orgânica, que é preciso diferenciá-la de crise de conjuntura. No governo Bolsonaro, havia uma coalizão que visava resolver a crise orgânica pela extrema direita, buscando alterar a relação de forças entre as classes. Curiosamente, naquele contexto, a aprovação do governo Bolsonaro-Mourão cresceu entre os eleitores do lulismo devido às políticas de ajuda social, principalmente nos estados do Nordeste, e à pandemia. Para os autores, naquele momento, era cedo para determinar se o fenômeno era temporário ou se representa uma construção hegemônica duradoura. Eles ressaltam que estamos enfrentando uma crise orgânica do capitalismo desde 2008, que vai além de uma crise cíclica comum. Esta crise abrange aspectos econômicos, políticos e sociais e afeta tanto os países capitalistas avançados quanto as diferentes formações econômico-sociais. A pandemia da COVID-19 em 2020, por sinal, agravou ainda mais as tendências recessivas presentes no capitalismo mundial.¹⁶

Rojas e Wanderley (2021) ainda dizem que a vitória eleitoral de Bolsonaro foi marcada por uma força política, social e material distinta de outros contextos. Ele obteve apoio das forças repressivas do Estado e das igrejas evangélicas, que pela primeira vez transferiram de maneira homogênea o voto em âmbito nacional. Apesar de ter sido inicialmente considerado um resultado indesejado do golpe, Bolsonaro conseguiu o apoio

¹⁶ Esta questão exploraremos melhor na segunda parte, isto é, no segundo capítulo.

das classes dominantes, do capital financeiro internacional e de todas as instituições que sustentaram o golpe institucional.

De acordo com Souza (2020), diversos teóricos já destacaram a crise orgânica, evidenciando a abalada ordem de produção sob a égide do capital. Esta crise impõe à burguesia a necessidade de reestruturação do trabalho e da produção, além da reconfiguração de seus mecanismos de mediação de conflitos para manter a hegemonia. Nesse contexto, ocorre uma complexificação das relações políticas entre os aparelhos privados de hegemonia e entre o Estado e a sociedade.

Em relação à reestruturação do capital, no quadro da crise orgânica, no Brasil, Sousa (2020) diz que a gestão política sob uma orientação política, que discutiremos mais detidamente no segundo momento, resultou em medidas como o teto de gastos, perda de direitos trabalhistas, retrocesso na Previdência, ataques a organizações civis, congelamento do salário mínimo e do Bolsa Família. Essas ações, centralizadas em travar a renda e o acesso a bens coletivos para a maioria da população, simultaneamente impulsionaram os lucros de bancos e grandes investidores financeiros.

1.5 O PT e o golpe: os limites da conciliação de classes

Sobre o golpe e a postura do PT diante dos interesses das classes dominantes, Braz (2017) diz que Dilma Rousseff, apesar de ter conduzido um governo voltado para os interesses do grande capital, foi removida da presidência em 2016. Mesmo adotando um programa semelhante ao candidato derrotado do PSDB em 2014, ela foi considerada incapaz de atender aos interesses capitalistas. A mudança refletiu a necessidade de um governo burguês, sem concessões aos trabalhadores, que retirasse conquistas anteriores e servisse integralmente ao grande capital. O antigo pacto de classes já não era mais considerado válido.

Braz (2017) diagnosticava que o momento político [do período revelava] traços distintivos das classes dominantes no Brasil ao apoio ao golpe de 2016. De acordo com ele, o judiciário não titubeou em demonstrar sua falta de imparcialidade, os parlamentares expuseram suas posições sem disfarces, revelando a quem serviam. O empresariado, especialmente na Avenida Paulista, refletiu uma militância antidemocrática, remanescente de 1964. A OAB e a grande mídia, em particular a Rede Globo, evidenciaram seu alinhamento com as classes dominantes. O conluio entre Legislativo, Judiciário, PF,

mídia e organizações empresariais, como a FIESP, tornou-se explícito, proporcionando uma exposição das entranhas do poder do capital no país.

Naquele momento, Braz (2017) analisava que o PT foi o mais atingido, sendo derrotado pela sua estratégia de conciliação de classes. Tratava-se de um ataque, das classes dominantes, que atingia todas as esquerdas. Além disso, o golpe em Dilma Rousseff abria espaço à direita, sob um viés mais conservador e reacionário. Segundo o autor, o impeachment de Dilma e do PT foi além de um atentado à democracia; para as classes dominantes, representava a necessidade de uma nova hegemonia. Essa busca por uma nova liderança visava criar condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas em um cenário que substitua a forma hegemônica anterior, considerada agora menos eficaz. A derrubada sinalizava a construção de um novo bloco de poder para estabelecer as condições ideais para o contexto que iria se seguir.

[Havia] evidências de uma crise de hegemonia. Não exatamente aquele momento em que as classes dominantes já não podem governar como antes e tampouco as classes dominadas criaram as condições para se tornar classe dirigente. Pensamos numa crise de hegemonia que, como nos ensina Gramsci, em conjunturas recessivas comporta sempre o risco de impasses e de vácuos que podem levar a um desenlace dramático acompanhado pelo esgarçamento do tecido social e a explosão de particularismos. Nesses momentos, como o que [vivenciamos], de transição entre formas hegemônicas, é comum que formas “bonapartistas” não clássicas sejam úteis. Não uma forma abertamente ditatorial, mas uma forma que conspira contra os avanços democráticos, e não só contra a democracia política, mas também contra os avanços sociais conquistados pela classe trabalhadora. Não exatamente uma forma abertamente fascista — devemos sempre lembrar que o fascismo é o regime político ideal para os monopólios —, mas uma forma que se valha de elementos fascistas, de uma cultura política fascista que ataque as conquistas democráticas (Braz, 2017, p. 94).

Braz (2017) avalia que estava em jogo a construção de uma nova hegemonia, refletida em uma intensa luta intraburguesa pelo controle do novo bloco de poder. Apesar das divergências, havia uma unidade de ação no campo burguês, buscando acelerar a implementação de políticas regressivas que superem obstáculos políticos, econômicos, sociais e ideológicos. Essa agenda, expressa no documento "Uma ponte para o futuro" do PMDB, refletia o consenso burguês na necessidade de promover contrarreformas profundas.

Andrade (2018) acerca da esquerda e a crise, em que houve enfrentamento com os limites do reformismo fraco, o autor diz que a trajetória política dos governos federais do PT, marcada pela concessão e expansão de direitos, mesmo com custos políticos

elevados em termos de conciliação, juntamente com a derrota a partir de 2016, tem desencadeado uma reflexão fundamental sobre as estratégias e táticas adotadas pela esquerda brasileira. Ainda que caminhando para o centro na sua estratégia eleitoral, o PT continuou a enfrentar desconfiança e preconceito por parte das elites empresariais e políticas do Brasil. Após a eleição de Lula da Silva em 2002, o partido experimentou seu primeiro grande revés em 2005, quando foram reveladas denúncias de compra de apoio parlamentar no episódio conhecido como "Mensalão".

A compreensão equivocada da democracia, bem como do Estado, Andrade (2018) atribui à cultura política do petismo como o gerador de ilusões nas possibilidades emancipatórias e reformistas da participação em conselhos de Estado, embora raramente esses espaços permitam ação autônoma e independente. Em geral, diz o autor, esses conselhos são instrumentos sofisticados de cooptação e comprometimento de organizações sindicais e populares com políticas de ajuste econômico e a rotina do Estado. Representam uma perspectiva de "revolucionar por dentro das estruturas," presente na esquerda desde o antigo reformismo alemão. No entanto, sem um horizonte contínuo de luta anticapitalista e flexibilidade tática necessária, a esquerda, seja petista ou não, corre o risco de ser capturada por políticas meramente reformistas e de rendição às instituições.

Andrade (2018) ainda destaca o fato que o PT, representativo de movimentos sociais e parte da classe trabalhadora na luta por direitos, não assinou a Constituição de 1988, considerando-a limitada como referencial de mudança. Para o autor, ainda que os direitos constitucionais não tenham sido plenamente aceitos pela burguesia brasileira, qualquer perspectiva de reformismo forte que defendesse a Constituição de 1988 seria comprometida, ao passo que ela limitou a democracia e preservou elementos autoritários. Um reformismo verdadeiramente forte exigiria um novo processo constituinte para promover a democracia, superando estruturas autoritárias e ampliando os direitos. O PT, por sua vez, desde 2003, optou por explorar as brechas do aparato estatal e as prerrogativas da Constituição sem confrontar diretamente os interesses dos setores dominantes, talvez devido à percepção desfavorável da correlação de forças.

Miguel (2020), sobre a crise do lulismo, argumenta que Lula foi reeleito em 2006 com ampla margem, encerrando seu segundo mandato com alta aprovação. Sua sucessora, Dilma Rousseff, enfrentou uma crise e foi derrubada, apesar de inicialmente ampliar o consenso sobre o lulismo. A resposta para a crise vai além das condições externas

desfavoráveis ou dos ajustes de Dilma. O autor descreve dois elementos que são fundamentais na compreensão do golpe em Rousseff:

- 1) A estratégia de "conciliação" lulista envolvia a inclusão limitada da classe trabalhadora na barganha política, despertando o receio das classes dominantes quanto à instauração de um regime democrático efetivo;
- 2) Mudanças nas expectativas de diferentes setores e a dificuldade do lulismo em reagir a transformações geradas por suas próprias políticas foram centrais nesse processo.

Carvalho e Rodrigues Júnior (2019) analisam que o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff, resultante de um golpe parlamentar, midiático e jurídico, elevou Michel Temer à presidência, marcando uma ofensiva restauradora do neoliberalismo no momento em que a crise no Brasil se aprofunda. Esse evento representa o esgotamento do modelo social-liberal de conciliação de classes adotado pelos governos petistas. Estes mantiveram políticas de ajuste ao capitalismo financeirizado, integrando-as a iniciativas de combate à pobreza e, posteriormente, hibridizando-as com o neodesenvolvimentismo. A queda da presidente sinaliza o colapso da ideologia subjacente ao modelo de ajuste petista, evidenciando a ofensiva das elites na segunda metade da década de 2010.

Dessa forma, a crise contemporânea no Brasil, para Carvalho e Rodrigues Júnior (2019), representa o esgotamento do modelo de ajuste petista, caracterizado pela conciliação de classes nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Esse modelo, presente desde 1990, reflete uma dupla dependência denominada modelo rentista-neoextrativista. Essa configuração orgânica une interesses e formas de acumulação do capital rentista e do capital vinculado ao novo extrativismo mineral e vegetal, com destaque para o agronegócio e a mineração. Ao longo de quase três décadas, o país vivencia o chamado "ajuste estrutural brasileiro" baseado na ideologia neoliberal, com variações que delimitam diferentes ciclos de ajuste. Se seguiu que, longe de confrontar ou tensionar os interesses do capital, o Brasil sob a liderança de Lula, avançou na consolidação de políticas neoliberais, caracterizando um "reformismo sem reformas estruturais". Os autores ainda citam a interpretação de Francisco de Oliveira, em que o mesmo dizia que o país experimentou uma espécie de "hegemonia às avessas" durante o governo de Lula.

Carvalho e Rodrigues (2019) avaliam que a versão petista do modelo rentista-neoextrativista, baseada na conciliação de classes, está esgotada. O Golpe de Estado de

2016, como resposta do capital à crise, resultou no governo de Michel Temer adotando uma versão desse modelo que se apoia na *superexploração da força de trabalho*¹⁷, desmantelando direitos dos trabalhadores. Isso gerou um cenário político de ofensiva neoliberal restauradora, com radicalização das políticas neoliberais, desmonte de direitos sociais, espoliação de riquezas nacionais e desmanche de políticas públicas, impactando fortemente a classe trabalhadora. A FIESP teve um papel preponderante no golpe em 2016. Conforme Perrin (2019), a FIESP anunciou oficialmente seu apoio ao impeachment em dezembro de 2015, citando uma pesquisa que indicou o respaldo de 85,4% das indústrias paulistas. Em janeiro de 2016, a entidade criticou o sistema tributário brasileiro e propôs reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas, alinhando-se com o programa Uma Ponte para o Futuro. A pressão pela renúncia de Rousseff incluiu uma reunião com empresários e anúncios em jornais. A FIESP investiu financeiramente na campanha pelo impeachment, alinhando-se à coalizão produtivista e rentista. Durante a votação na Câmara, a entidade radicalizou seu discurso, associando o impeachment ao fim do PT e do comunismo. O presidente da FIESP, naquele momento, Paulo Skaf, apresentou demandas de curto prazo, coincidentes com as atendidas por Rousseff, evidenciando uma aliança com Temer e a promoção da agenda do governo entre empresários.

Couto (2019), analisando o papel da FIESP na política brasileira, diz que inicialmente ela estava alinhada ao neodesenvolvimentismo, mudando sua postura após a crise de 2008 e o baixo crescimento econômico. As medidas¹⁸ de Dilma Rousseff não foram eficazes, levando à sua exclusão e aproximando a FIESP da fração rentista. A instituição historicamente desempenhou papel na desestabilização de governos, como em 1964 contra João Goulart. Avanços sociais durante outros períodos levaram à união de frações, mas o preconceito de classe pode dividir a sociedade. Nesse sentido, entende-se que a FIESP atuou contra Dilma Rousseff devido aos avanços sociais, usando discursos

¹⁷ Categoria tratada pelos teóricos da teoria da dependência, a exemplo de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio do Santos. Esta categoria explica que, de forma geral, trabalhadores, sobretudo dos países dependentes, são espoliados mais que os dos países centrais,

¹⁸ Sobre as medidas, conforme Couto (2019), o governo Dilma Rousseff buscou manter o ciclo de crescimento e distribuição iniciado durante o governo Lula, com uma nova matriz econômica liderada pelo ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega. As propostas incluíam a desvalorização do câmbio, desoneração dos setores produtivos, medidas protecionistas, aumento de alíquotas de importação e uma política de conteúdo nacional. O governo alterou a política de juros, reduzindo para 7,5% a.a, enfrentando resistência do capital especulativo interno e externo. Utilizou bancos públicos para baixar as taxas de juros, afetando os bancos privados. Além disso, implementou medidas como a redução do IPI para automóveis, desoneração de receitas para mais de quarenta setores e diminuição do preço da energia, além da Proposta Brasil Maior.

anticorrupção para mobilizar as classes médias, funcionalizando valores ideológicos para preservar interesses políticos.

1.6 2016 a 2018: a crise da democracia burguesa no mundo

Qual a importância de descrever a crise política, isto é, a crise da democracia buguesa, diante da postura da FIESP em relação à agenda industrial do governo Bolsonaro? Algo que tem chamado a atenção, no cenário, foi a radicalização de um campo político vinculado à “extrema-direita”¹⁹, o que pois em vista as disputas entre as classes dominantes, haja vista o próprio caráter da crise orgânica em termos gramscianianos, como já, minimamente, descrevemos nos tópicos 1.3 e 1.4. Isto nos leva a tentar entender, também, a experiência da FIESP no contexto neoliberal dos anos pós-2008, tanto a despeito da crise como tratamos nos tópicos 1.3 e 1.4, como o impacto do neoliberalismo, que será abordado no terceiro capítulo.

A crise política e a radicalização da extrema-direita têm um impacto significativo no cenário político e social do país. Descrevendo este contexto, no qual faremos no segundo capítulo como pontuamos anteriormente, abriremos a possibilidade para entender o ambiente no qual a federação está operando, incluindo as pressões e influências internas e externas que podem afetar suas ações e posicionamentos. Não só isso, a dinâmica política conjuntural pressiona para a disputa de grupos políticos e como ela pode analisar e interagir com seus possíveis aliados; além disso, leva-se em conta os interesses econômicos em jogo, numa conjuntura de acirramento.

Acerca da crise da democracia liberal, Castells (2018) é um dos autores proeminentes no debate político mundial que considera que a vitória de Trump nos EUA, o resultado do Brexit no Reino Unido e a fragmentação partidária na França que levou à eleição de Macron como eventos de contraposição à democracia liberal. O autor analisa que uma crise mais profunda está em curso: a desconexão entre governantes e governados. A desconfiança generalizada nas instituições mina a representação política e enfraquece nossa capacidade de enfrentar crises. Isto não se resume a ideologias: é a desintegração de um modelo político estabelecido ao longo de dois séculos de luta: a democracia liberal.

¹⁹ Este campo, assim, é discutido no segundo capítulo desta dissertação, a fim de apreendermos melhor qual movimento

A partir da crise de legitimidade política, Castells (2018) reverbera que a crescente desconfiança na democracia se desenvolve em meio às transformações internas da democracia. Ele argumenta que a democracia evolui com base nas relações de poder social, adaptando-se às mudanças, mas, em tempos de crise, a aceitação de práticas democráticas tradicionais diminui. A crise econômica, social, institucional e moral leva à deslegitimação, com a população percebendo falta de representatividade, corrupção e opressão nos governos.

O caso espanhol é um exemplo. Segundo Castells (2018), à medida que revelou o declínio na confiança nos partidos políticos, no parlamento e no governo ao longo do tempo. A desconfiança popular atinge níveis alarmantes, sugerindo uma crise de legitimidade. Apesar do desejo de acreditar na democracia, as experiências desencantadoras geram comportamentos que moldam as práticas de governança globalmente. Castells (2018) destaca a importância de analisar cuidadosamente esses fenômenos e investigar as causas da crescente separação entre representantes e representados, culminando em uma rejeição generalizada às elites políticas.

Castells (2018) diz que é uma reação contra a globalização, marcada pelo retorno aos símbolos nacionais e oposição à modernidade. Ele destaca a formação de uma nova legitimidade baseada na oposição, criticando amplamente o status quo e prometendo salvação pela ruptura com as estruturas existentes. O autor analisa cinco pontos, incluindo a ascensão de Trump, o Brexit, o Macronismo, os desafios da União Europeia e o impacto das redes sociais na formação de subjetividades. Para Castells, a eleição de Trump, em 2016, reflete uma crise na democracia liberal, impulsionada pelo racismo e identitarismo. O Brexit, neste bojo, é visto como uma reação à disputa pela soberania e controle de fronteiras. O Macronismo representa a rejeição aos partidos políticos tradicionais na França. A desunião europeia é analisada em termos de identidade, déficit democrático e integração econômica. Castells também destaca a tensão entre redes globais e identidade individual como causadora da crise do Estado democrático.

Do ponto de vista liberal, Przeworski (2019) também diz que há uma crescente insatisfação e desconfiança nas democracias consolidadas, manifestada por sentimentos "antiestablishment", "antielite" e "antissistema". Novos partidos políticos estão surgindo enquanto o apoio aos partidos tradicionais diminui. A participação eleitoral está em declínio e a confiança nas instituições democráticas, incluindo políticos, governos e mídia, está diminuindo. Assim como há uma divergência acentuada nas preferências populares sobre políticas públicas. Esta falta de confiança e polarização, afirma o autor,

está levando a um aumento da hostilidade entre diferentes grupos políticos, culturais e de valores.

Para Przeworski (2019), a definição de crises democráticas depende da perspectiva adotada sobre a democracia. O autor adota uma visão "minimalista" e "eleitoral", vendo a democracia como o processo de escolher governos por meio de eleições e a possibilidade de remover governos indesejados. Ele investiga ameaças que poderiam comprometer a competitividade e a relevância das eleições, como violações dos direitos liberais, desrespeito ao Estado de direito, desgaste do poder judiciário, perda de confiança em instituições representativas e desigualdade. Destaca-se que essas violações são consideradas ameaças à capacidade dos cidadãos de remover governos por meio de eleições, não como características essenciais da democracia.

Przeworski (2019) fala que é possível identificar alguns sinais que a democracia está em crise. Ela se manifesta, segundo o autor, através da perda súbita de apoio aos partidos estabelecidos, diminuição da confiança nas instituições democráticas e conflitos explícitos sobre estas. O colapso da ordem pública também é considerado um sinal tangível de crise, indicando que a manutenção da ordem democrática se tornou impossível. Isto ocorre quando a resistência se intensifica devido à recusa em reconhecer a legitimidade do governo, resultando em confrontos violentos. Situações prolongadas desse tipo levam ao colapso da ordem pública, paralisando a vida cotidiana e ampliando a violência. A mortalidade da crise aumenta quando impasses institucionais surgem. Bons exemplos, diz o autor, são os casos da República de Weimar e o Chile sob o presidente Allende.

O politicólogo polonês ainda alerta, no caso da “derradeira democrática”, para a deterioração sutil das instituições e normas democráticas à medida que estas se apresentam como um fantasma que nos assombra atualmente. Utilizando mecanismos legais existentes, regimes com credenciais democráticas podem subverter a democracia para fins antidemocráticos. Esta situação se caracteriza por termos como "autoritarismo eleitoral", "autoritarismo competitivo", "democracia iliberal" ou "regimes híbridos". Mesmo sem violações constitucionais, o retrocesso, a desconsolidação e a retrogressão ocorrem, destruindo as instituições democráticas.

Przeworski (2019) diz que é preciso entender duas relações importantes no plano democrático. A primeira se refere à democracia e capitalismo. De acordo com o autor, esta relação tem que ser debatida com uma visão destacando a suposta afinidade entre "liberdade econômica" e "liberdade política". No mais, essa equiparação é considerada

uma simplificação verbal. A análise histórica revela a coexistência surpreendente de capitalismo e democracia em sociedades com desigualdades na propriedade produtiva e distribuição de renda. Nestes contextos, a igualdade política e o governo majoritário são percebidos como ameaças à propriedade.

A segunda, por sua vez, diz respeito à democracia e a busca pelo poder. Sobre essa relação, Pzeworski (2019) aponta que a busca pelo poder na democracia é a outra razão para crises, decorrente da competição política intensa. Os políticos almejam conquistar e manter o poder, utilizando diversos meios para ampliar sua vantagem eleitoral. Governantes, ao consolidarem uma maioria legislativa e controlarem as burocracias públicas, podem manipular sistemas eleitorais, redesenhar distritos e influenciar registros de eleitores em benefício próprio. Apesar da possível intervenção de tribunais independentes, o controle legislativo oferece oportunidades para aprovar regulamentações vantajosas. O uso de aparatos de repressão e a troca de favores por recursos financeiros também são estratégias, com a fraude como último recurso quando todas as demais falham. Casos como o de Viktor Orbán na Hungria e do partido governante PiS (Lei e Justiça), na Polônia, são exemplos da utilização de métodos que subvertem a democracia nesse sentido.

Mesmo assim, eles enfrentam dificuldades mais políticas do que meramente eleitorais: várias formas de resistência popular, como as grandes manifestações de rua, greves ou tumultos. Nesses casos, o perigo é que conflitos políticos extrapolem as fronteiras institucionais, resultando na ruptura da ordem pública. Eles podem ou não assumir esse risco, e, se assumem, a democracia está em crise (Pzeworski, 2019, s/p).

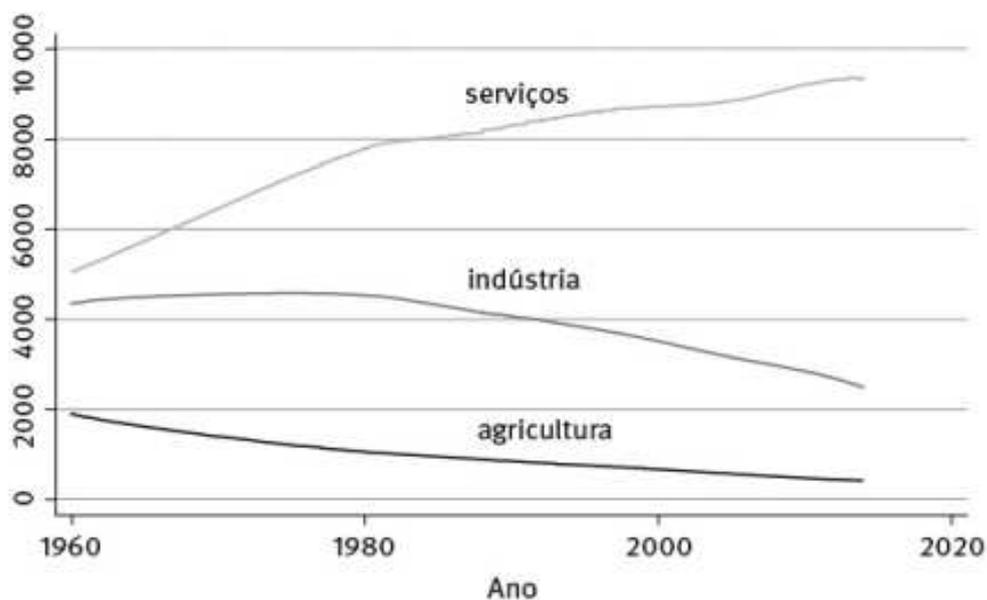
Conforme diz Pzeworski (2019), são três os sinais que indicam a possibilidade de estarmos atravessando uma crise:

- 1) a rápida deterioração dos sistemas partidários convencionais;
- 2) o crescimento de partidos e posturas xenofóbicas, racistas e nacionalistas; e
- 3) a queda no respaldo à democracia, conforme evidenciado por pesquisas de opinião pública.

Analisando as possíveis causas, Przeworski (2019) divide em duas as questões. A primeira corresponde à esfera econômica, isto é, a economia contemporânea apresenta três transformações significativas: a desaceleração do crescimento em países

desenvolvidos, o aumento da desigualdade de renda e a transição do setor industrial para o de serviços, caracterizada pela diminuição de empregos na indústria e o surgimento de empregos de baixos salários. Estas mudanças têm impactado negativamente a mobilidade econômica e evidenciam desafios persistentes. O gráfico abaixo, assim, mostra a queda nos setores empregatícios de maior impacto na economia.

Gráfico 2 - Média de emprego por setor ao longo do tempo, números absolutos entre membros da OCDE antes de 2000



Fonte: Armingeon et al. (2016). Suavizadora Lowess

Neste sentido, dentro da esfera econômica, a perda de confiança no progresso material é evidente e se sobressai, com pesquisas indicando que 60% nos EUA e 64% na Europa acreditam que seus filhos terão uma situação financeira pior, diz Przeworski (2019). Estudos mostram uma queda acentuada na melhoria econômica entre gerações, passando de 90% em 1970 para apenas 50% em 2010 nos EUA. Esta mudança na crença no progresso, uma base essencial na civilização ocidental nos últimos dois séculos, tem implicações culturais e políticas profundas, marcando uma transformação civilizacional significativa.

A segunda, outrora, reside na divisão da sociedade. Przeworski (2019, s/p), sobre isso, argumenta que a compreensão das divisões políticas requer consideração de dois aspectos. Primeiro, as distribuições de preferências em relação a dimensões políticas gerais (como liberal-conservadora nos EUA, esquerda-direita na Europa) ou em questões específicas, como imigração, caracterizadas pela polarização. Segundo, as ações que

indivíduos com preferências específicas estão dispostos a tomar em relação a membros de outros grupos. Levar isto em conta é crucial porque pessoas com perfis ideológicos semelhantes podem discordar sobre como lidar com aqueles com quem têm divergências e estar ou não dispostas a realizar ações hostis contra eles. O caso da imigração demonstra, apesar de não sistemático, “que as divisões que arruínam países não são apenas políticas e têm profundas raízes na sociedade”.

Já Levitsky e Ziblatt (2018), também numa perspectiva liberal, em *Como as democracias morrem*, argumentam que líderes eleitos podem destruir uma democracia ao subverter o processo que os levou ao poder, um processo que muitas vezes ocorre gradualmente e de maneira menos dramática do que em golpes militares. Um exemplo, de acordo com eles – que discordamos -, é Hugo Chávez na Venezuela, inicialmente eleito democraticamente em 1998, prometendo uma democracia mais autêntica. Chávez seguiu procedimentos democráticos, realizando eleições e constituindo uma nova Assembleia Constituinte. No entanto, ao longo dos anos, Chávez adotou práticas autoritárias, postergando referendos e reprimindo a oposição, consolidando um regime autoritário que perdurou sob seu sucessor, Nicolás Maduro. Esse tipo de transição gradual e manipulação de processos democráticos é apontado como a forma atual de declínio democrático.

Ainda de acordo com Levitsky e Ziblatt (2018), atualmente, as democracias frequentemente não morrem por meio de ditaduras ostensivas, como fascismo, comunismo ou domínio militar, que se tornaram raros. Em vez disso, a maior parte dos colapsos democráticos desde o final da Guerra Fria ocorre devido a líderes eleitos que subvertem as instituições democráticas. Exemplos incluem Chávez na Venezuela, assim como em países como Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia e Ucrânia. O retrocesso democrático hoje muitas vezes tem início nas urnas, sendo uma via eleitoral enganosamente perigosa. Ao contrário de golpes de Estado clássicos, o colapso democrático por meio da via eleitoral não é imediatamente evidente, pois as instituições democráticas permanecem nominalmente em vigor, mesmo enquanto sua essência é corroída por autocratas eleitos.

Levitsky e Ziblatt (2018) dizem que, quando um aspirante a ditador alcança o poder, a democracia enfrenta um teste crucial: ele subverterá as instituições democráticas ou será limitado por elas? As instituições sozinhas não são suficientes para conter autocratas eleitos; é decisivo que as constituições sejam defendidas por partidos políticos, cidadãos organizados e normas democráticas robustas. Na ausência dessas normas, os freios e contrapesos constitucionais tornam-se vulneráveis, podendo ser usados como

armas políticas por aqueles no poder contra opositores. Autocratas eleitos subvertem a democracia ao manipular tribunais, controlar agências neutras, influenciar a mídia e reescrever as regras políticas para consolidar seu domínio, ironicamente usando as próprias instituições democráticas para destruí-la gradual e legalmente.

De que forma eles subvertem a democracia? Para Levitsky e Ziblatt (2018), os líderes autoritários eleitos frequentemente minam as instituições democráticas de forma gradual, não dando indícios imediatos de ameaça. As eleições continuam aparentemente normais, a oposição mantém assentos no Congresso e jornais independentes circulam. A erosão democrática ocorre em pequenos passos, aparentemente insignificantes individualmente. Cada medida é frequentemente revestida de legalidade, aprovada pelo Parlamento ou considerada constitucional por cortes supremas. Estas iniciativas, argumentam os autores, são muitas vezes apresentadas como esforços legítimos para objetivos públicos, como combater a corrupção, melhorar a qualidade da democracia ou fortalecer a segurança nacional.

Eles também buscam capturar os árbitros. Conforme Levitsky e Ziblatt (2018), os líderes eleitos enfraquecem opositores e alteram as regras do jogo, com isso, obtendo uma vantagem duradoura, estabelecendo gradualmente uma posição autoritária. Estas ações, por sua parte, realizadas com aparência de legalidade, não costumam alertar imediatamente para a deriva autoritária, tornando difícil para os cidadãos perceberem que a democracia está sendo desmantelada, mesmo que ocorra diante de seus olhos. No caso brasileiro, Bolsonaro se choca com a corte do Supremo Tribunal Federal. O STF acaba sendo uma “pedra no sapato”, sobretudo no que circundava à pandemia da COVID-19.

As crises, como guerras e ataques terroristas, tendem a fortalecer e concentrar o poder político, resultando frequentemente em abusos, argumentam Levitsky e Ziblatt (2018). Para estes autores, durante tais eventos, ocorre um "reagrupamento em torno da bandeira", aumentando drasticamente o apoio público ao governo. Exemplificado pelo presidente Bush após o 11 de Setembro, seu índice de aprovação subiu de 53% para 90%. Em meio a crises, líderes com altos níveis de apoio enfrentam pouca oposição, como evidenciado pela rápida aprovação da Lei Patriótica dos EUA em 2001. A combinação de uma crise significativa e um líder com inclinações autoritárias, pode representar uma ameaça fatal à democracia, como exemplificado pelo caso de Fujimori, que justificou seu golpe de 1992 durante uma crise, alcançando uma taxa de aprovação de 81%.

Este quadro, ainda que tomando como base algumas leituras do campo liberal, que apresentamos, desenvolve-se num processo de crise orgânica, como salienta Tonelo

(2021). De acordo com ele, nos últimos dez anos, uma conjunção de crises econômicas, reordenação geopolítica e movimentos sociais moldou o cenário político global, desafiando a estabilidade das democracias capitalistas. A emergência de greves, movimentos sociais e o surgimento de nacionalismos econômicos contribuíram para questionar a hegemonia das classes dirigentes. A resposta afirmativa é que as democracias capitalistas não conseguiram evitar crises políticas, evidenciadas por reviravoltas pós-Primavera Árabe, eventos na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro. A década caracteriza-se por uma crise das democracias, relacionada à falência do neoliberalismo como modo de acumulação econômica, enquanto uma alternativa não emergiu. Segundo Tonelo, a categoria de "crise orgânica" de Antonio Gramsci oferece uma explicação para os fenômenos políticos, o que pode fornecer uma compreensão global dos processos advindos da falência do grande projeto de acumulação internacional do capital.

Nos elos débeis da União Europeia, segundo Tonelo (2021), a crise orgânica foi expressa quando estes países enfrentaram suas primeiras falências nos anos de 2010-2011, marcada pelos planos de austeridade aplicados, especialmente na Grécia, Espanha, Itália e Portugal. A orientação agressiva do imperialismo europeu, notadamente alemão, através da Troika, composta pelo Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia, resultou em propostas de ajustes fiscais e austeridade. Os memorandos visavam enfraquecer o funcionalismo público, privatizar, reformar a previdência e cortar benefícios sociais. A crise orgânica emergiu nos "elos débeis" europeus, como a Grécia, desencadeando lutas de classes, destacando-se os Indignados e a Geração à Rasca. É um contexto, diz-nos o autor, que também influenciou países emergentes, a exemplo do Brasil, onde a crise orgânica se intensificou após as Jornadas de Junho de 2013, resultando no impeachment de Dilma Rousseff e na ascensão de Jair Bolsonaro em 2018.

Se a crise orgânica atinge os "elos débeis" nos anos 2010-2011, nas potências, ela se manifestou após os eventos de 2011-2012 e os planos de austeridade na Europa, despontando em três fenômenos interligados, relata Tonelo (2021): a) impactos sociais nos "elos débeis"; b) consequências sociais da intervenção imperialista no mundo árabe, destacando-se o caso da Síria; c) "prejuízo" na hegemonia política interna das potências e a intervenção chinesa como fator desequilibrante. A segunda falência da União Europeia é marcada por lidar com as consequências impostas aos países mais frágeis, influenciando diretamente na migração intensa durante os anos de austeridade. Isto fez com que as

potências enfrentassem o desafio de controlar a situação invocada contra os países que elas impuseram tais medidas socioeconômicas, refletindo a complexidade da crise global.²⁰

Por fim, o caráter da crise das democracias ocidentais, ligada à crise capitalista, analisa Tonelo (2021), resulta na aplicação de planos de austeridade na União Europeia, causando atritos entre países e resistência operária. As intervenções imperialistas no Oriente Médio e Norte da África alteraram o curso da Primavera Árabe, resultando em reações como a crise dos refugiados e ataques terroristas na Europa, a exemplo do Charlie Hebdo na França em 2015 e da invasão de um caminhão na Alemanha em dezembro de 2016. As políticas econômicas degradantes, diretamente, geraram mobilizações da juventude afetada pela crise, dando origem a movimentos feministas, negros e outros grupos. A Europa, central na análise, evidenciou uma crise orgânica, marcando o declínio da era neoliberal e da hegemonia política, assim como as "duas falências" da União Europeia.

1.7 A crise que desemboca no triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro

Acerca da ascensão do bolsonarismo, Mattos (2022) diz que embora as questões morais e o uso da violência para intimidação dos adversários políticos, os militantes de esquerda que apoiavam a candidatura de Fernando Haddad/PT, também explicam a ascensão do Bolsonaro à presidência como fatores relevantes. Para ele, a crise é a chave para entender esse processo, isto é: trata-se de uma crise orgânica. Nesse sentido, ele argumenta que desde 2008 a economia global capitalista enfrentou uma profunda depressão, seguida por uma recuperação parcial em algumas regiões do mundo, antes de ser atingida pela pandemia de covid-19 em 2020.

Foi nesse cenário, de acordo com Mattos (2022), que o Brasil experimentou um impacto imediato da crise em 2009, mas conseguiu uma rápida recuperação, em parte devido ao comércio com a China, seu principal parceiro comercial no século XXI. Medidas como estímulos ao mercado interno, aumento do salário-mínimo, políticas sociais focalizadas e subsídios perderam gradualmente eficácia a partir de 2014, e os indicadores econômicos começaram a mostrar uma trajetória descendente. Essa crise econômica abalou as bases de sustentação social do governo federal do PT. Em resumo,

²⁰ Conferir os dados sobre a migração em Tonelo (2021, p. 203-204).

a conjunção de crises econômicas interligadas desde 2008 teve impactos significativos na estabilidade social e política do Brasil.

Ainda de acordo com Mattos (2022), o que explica a vitória eleitoral de Bolsonaro, diz respeito à perda de sustentação política do governo do PT, que começou antes do agravamento da crise capitalista no Brasil. Os protestos de junho de 2013 foi um dos exemplos, à medida que evidenciaram demandas populares por direitos universais e a ascensão da extrema-direita.

A crise econômica a partir de 2014 dificultou, avalia Mattos (2022), a reeleição de Dilma Rousseff, levando a uma queda de votos do PT em redutos eleitorais expressivos. As manifestações anti-PT, apoiadas por setores burgueses, ganharam força em 2015-2016, com uma base predominantemente pequeno-burguesa e de classe média. A Operação Lava Jato também intensificou o sentimento antipetista, culminando no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Michel Temer implementou medidas de austeridade, inaugurando um novo tipo de golpe de Estado. A impopularidade dessas medidas não permitiu a ascensão de alternativas eleitorais em 2018 – a exemplo da condenação golpista ao ex-presidente Lula, líder, naquele momento, nas intenções de votos; soma-se a isso, também, o vácuo diante da crise de legitimidade de dominação de classe que se viu abalada, o que levou à vitória de Jair Bolsonaro, cujo governo representa uma combinação de crises econômicas, políticas e sociais, resultando em uma crise orgânica, como explicado por Gramsci.

Já para Avritzer (2020), Bolsonaro emergiu como figura central na política brasileira em dois momentos cruciais, sendo o primeiro durante o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Seu voto, naquele momento, dedicado à memória do coronel Ustra e em apoio às Forças Armadas, o posicionou como líder da direita, notadamente dos setores militares que se reorganizavam desde 2015. Esse episódio marcou sua ascensão de político marginal a uma influência central no cenário político do Brasil.

O segundo momento crucial, diz Avritzer (2020, p. 10), foi o atentado em Juiz de Fora, Minas Gerais, no final do processo eleitoral de 2018. Em 6 de setembro, um desempregado, revoltado com a crise brasileira e o discurso intolerante do então segundo colocado nas pesquisas, atacou Bolsonaro com uma facada. O autor argumenta que o atentado impulsionou o militar reformado à liderança nas pesquisas, garantindo mais de 46% dos votos no primeiro turno e 55% no segundo. Bolsonaro tornou-se presidente sem apresentar um programa e sem participar de debates com os outros candidatos. “Ele

chegou à presidência não como líder político, mas como alguém disposto a destruir políticas e políticos”.

Freitas e Silva (2019), por sua vez, analisam o ascenso do Bolsonaro à presidência a partir do ponto de vista institucional. Para eles, a crise política em curso tem raízes que remontam a 2013, marcado pelas manifestações de junho, que revelaram a insatisfação da sociedade com o sistema político e os partidos. Estes eventos, combinados com o processo eleitoral polarizado de 2014 e a crise econômica, contribuíram para a instabilidade. A contestação da eleição presidencial, a intensificação da Operação Lava Jato no segundo mandato de Dilma Rousseff, o impeachment da presidente, a prisão de figuras políticas importantes, incluindo Lula, são eventos que caracterizam esse ambiente de variabilidade política. Essa sequência de acontecimentos reabre o debate institucional sobre o sistema político brasileiro, com críticos atribuindo a instabilidade à relação entre Executivo e Legislativo.

Em relação à dimensão institucional da crise, no formato do presidencialismo de coalizção, em que a governança se divide na relação entre instituições, ou seja, entre executivo e legislativo, a fragmentação partidária expressa uma inflexão na condutibilidade política (Freitas; Silva, 2019). O caso da fragmentação partidária ilustra que o contexto institucional no qual os atores políticos tomam decisões não é estável, e a instabilidade reflete a insatisfação desses atores, podendo resultar em maior discricionariedade frente às instituições. Isso significa comportamentos não alinhados com os incentivos previamente estabelecidos. Essa conduta, por sua vez, pode induzir a mudanças institucionais. A instabilidade só é percebida ao considerarmos os incentivos provenientes de outras arenas, como também evidenciado pela fragmentação.

A fragmentação é causada, de acordo com Freitas e Silva (2019), por estímulos externos à arena legislativa, resultando em consequências significativas, como a redução de recursos disponíveis para os atores e o aumento da insatisfação. Este cenário cria espaço para a insurgência dos agentes subordinados, abrindo caminho para reinterpretção das regras. Isso é crucial para compreender a conformação de um contexto institucional mais abrangente. Eles explicam que, as organizações são construídas para satisfazer os interesses dos seus criadores, e entram em conflito com a fragmentação porque esta sofre com as modificações da legislação eleitoral. Na interação institucional, por exemplo, afeta o funcionamento do Congresso. Eles entendem que

A divisão do parlamento em inúmeras siglas reduz os efeitos positivos do Colégio de Líderes ao aumentar os custos de negociação e diminuir os retornos que o líder traz para o seu partido. A importância relativa de integrar a coalizão também diminui quando aumenta o número de legendas necessárias para uma coalizão majoritária, ou se diminui o número de parlamentares das bancadas de cada partido. O aumento da fragmentação reduz a importância de cada líder tanto no processo decisório como na sua força de organização interna, já que cada um “receberá” menos por sua fidelidade ao governo, dada a maior oferta de acordos possíveis pelo Executivo. Haveria então menos recursos a serem divididos entre os membros de cada partido, o que reforçaria a insatisfação revelada pela própria fragmentação. Tudo mais constante, a insatisfação dos políticos individualmente propiciaria uma oportunidade de buscar alternativas para conseguirem atender seus interesses. Novamente, a insurreição dos atores subordinados é uma dessas alternativas. A ascensão de figuras como Eduardo Cunha ou as dificuldades de negociação com o Legislativo, impostas pelo Centrão, devem ser percebidas nesse contexto, em que as lideranças partidárias parecem se mostrar menos efetivas na coordenação de suas bancadas (Freitas; Silva, 2019, p. 152).

Dessa forma, como apresentado na citação acima, para Freitas e Silva (2019), a fragmentação partidária no Congresso resulta das relações entre a arena legislativa, eleitoral e a atuação do judiciário. Essas instituições, embora distintas, interagem de maneira complexa, impactando uma base crucial do presidencialismo de coalizão. Mesmo que as regras formais para a atuação do Colégio de Líderes não tenham mudado, atualmente são influenciadas por fatores distintos de outras arenas. Essa interação intrincada entre as esferas institucionais contribui para a compreensão da fragmentação partidária. E é a partir desses apetrechos que os autores dizem que necessitam ser avaliados, isto é, a fragmentação partidária amplia a tônica da crise em curso.

Por fim, Freitas e Silva (2019) concluem a análise apontando que a crise pode ser vista como um fenômeno institucional mais amplo, envolvendo uma alteração nas percepções dos atores que compõem e sustentam um arranjo, resultando em incertezas sobre o uso e funcionamento das instituições associadas ao presidencialismo de coalizão. Nesse contexto, as instituições em si não são modificadas, pelo menos aquelas relacionadas ao presidencialismo de coalizão. Diante das mudanças, a ideia de "crise" pode ser inadequada, pois não se espera um retorno à estabilidade inicial. Para os autores, as transformações podem ter estabelecido um novo ambiente institucional a ser observado no futuro próximo. A abordagem convencional dos estudos de instituições políticas nacionais parece distante da necessidade de explicar fenômenos complexos e mudanças institucionais.

Já Armando Boito Jr. (2020) descreve que a natureza da crise de 2015–2016 se desenvolveu a partir de uma ofensiva política restauradora de uma direita neoliberal, somado a um recuo passivo da então Ex-presidente Dilma Rousseff frente ao avanço político ofensivo dessa direita neoliberal. Entre outras coisas, esta ofensiva restauradora, segundo o autor, tinha como meta fazer um resgate do programa neoliberal da década de 1990, ditada pelo grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira integrada a esse bloco. A base de apoio social se centrou nos extratos superiores da classe média, que saíram às ruas pedindo o *impeachment*, além de neutralizar ou mesmo atrair os segmentos burgueses e populares que tinham rejeição ao PT. A FIESP foi umas das que se deslocou de um relativo apoio²¹ até a derrocada econômica pós-2014 – como explicado por Boito (2020), Perrin (2020) e Vaccari (2016) – para o campo da oposição.

De acordo com Boito (2020, p. 17), o PT teve forte influência sobre a grande burguesia interna, sobretudo às que atuam “na construção pesada, na construção naval, no agronegócio, na mineração, em variados ramos industriais e, inclusive, no setor financeiro”. Como mencionado acima no que tange à integração da burguesia nacional ao grande capital internacional, Boito Jr. (2020, p. 17) diz que “isso significa que a burguesia brasileira não se integrou de maneira homogênea e geral ao capitalismo internacional”. Esta fração não criou seu partido político, em contrapartida, aproximou-se e envolveu-se com o PT. “É essa prioridade, que não deve ser confundida com exclusividade, que indica a hegemonia política” (Boito Jr., 2020, p. 18).

Para se ter ideia, no final dos anos 1990, há uma aproximação entre a burguesia — composta por esse segmento mencionado acima — e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao ponto da diretoria emitir nota de apoio à Greve Geral convocada também pela Força Sindical contra a recessão de 1996 (Boito Jr., 2020). Em maio de 2011, “a FIESP lançou em conjunto com a CUT, a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo o documento ‘Brasil do Diálogo, da Produção e Emprego’, uma síntese de propostas para a retomada da indústria.” (Perrin, 2020, p. 87). Outro ponto de crítica da FIESP, que se somava as dos

²¹ Em 2011, surge uma iniciativa que integrava a CUT, Força Sindical e FIESP, sob um seminário nomeado de “Brasil do diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego”, cujo intuito era um balanço, que incluía reconhecimento de avanços durante os governos do PT e sugestão de pontos de alinhamento para as políticas econômicas, sociais e comércio exterior, etc (Couto, 2019, p. 33).

segmentos progressistas e do próprio primeiro governo Dilma no período, era em relação à elevada taxa de juros, acima da média internacional.

Em relação aos anos 2000, Perrin (2020, p. 171), acerca do deslocamento político da FIESP em relação ao governo Dilma e à agenda neoliberal, formulou como hipótese principal, destacando que “o acirramento do conflito distributivo, [foi] o que [levou] o empresariado a defender uma agenda de corte de gastos sociais e reformas estruturais de modo a garantir a preservação da sua fatia na renda nacional e enfraquecer os trabalhadores”. Não à toa, complementou, foi a plataforma e o horizonte político-econômico dos sucessores dos opositores da presidente, como o caso de Aécio Neves nas eleições de 2014, Michel Temer como sucessor após o golpe pelo impeachment e, por fim, o governo Jair Bolsonaro.

Miguel (2019, p. 11) analisa que “a ofensiva da direita, o golpe em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 produziram um revés que poucos seriam capazes de prever ou imaginar”. Diante do golpe, uma agenda de retrocessos atinge múltiplas questões. Nesse sentido, a legislação que compete às políticas sociais foi diretamente atacada, desprotegendo a população no que tange na relação com o capital, além da promoção de cortes de investimentos na saúde, educação e diversos serviços públicos. Tal situação foi agravada no que diz respeito à situação das mulheres, negros, indígenas e da comunidade LGBT, alvos históricos da opressão social imputados pela condição de gênero, raça, sexualidade e classe.

Ainda segundo Miguel (2019, p. 14), o desastre político e econômico do Brasil precisa ser explicado levando em consideração muitas questões. Em primeiro lugar, estava em curso uma ofensiva imperialista norte-americana de retomada de controle da América da Latina. Em segundo lugar, reemerge um projeto de país predatório, na mesma medida que as elites locais se subalternizam aos grupos estrangeiros ao mesmo tempo que os setores médios, assustados, aderem à agenda do retrocesso. Por fim, em terceiro lugar, se sedimenta no “embate entre a ordem igualitária que a democracia sempre projeta e o mundo desigual no qual as instituições democráticas se implantam”.

Diante disso, entender esse contexto político de transição entre 2016 e 2018, que se colocou em movimento desde a reeleição de Dilma Rousseff, inicialmente agitado pelo PSDB e os representantes das classes dominantes após os resultados da eleição presidencial de 2014, é um ponto importante tanto no que diz respeito à luta da classe trabalhadora que sofreu e sofre uma série de derrotas, quanto, também, a elucidar um problema de ordem categórica, uma tarefa indispensável nas ciências sociais.

Desta forma, para Miguel (2019), o golpe de 2016 implicava em um processo que foi além da derrubada de Dilma Rousseff, cujo desdobramento incidiu sobre a retiradas de direitos, diminuição do campo popular nas participações das decisões políticas e a hibernação de uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais. De acordo o autor, a vitória de Jair Messias Bolsonaro em 2018 foram um tanto imprevisita, na qual se abriria um cenário sem perspectiva e solução a curto prazo.

Bastos (2017) também avalia que a agenda política e econômica dos governos petistas, especificamente durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2015), atendia as bandeiras econômicas levantadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Esta agenda foi mantida no segundo governo dela, sendo radicalizada com base na matriz econômica de grupos empresariais, que solicitavam um ajuste fiscal nas contas públicas. Apesar disso, a classe dominante se unificou, defendendo o *impeachment* da presidente, o que sugere um aparente paradoxo.

Neste capítulo, apresentamos o contexto da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República, ou seja, descrevemos a conjuntura marcada pela crise econômica, pela crise política institucional, pelo descontentamento generalizado e pelo papel desempenhado pelo PT. Posto isto, discutimos a crise econômica no Brasil, desde o período de relativo crescimento entre 2003 e 2013 impulsionado pelo mercado interno e capitalismo chinês até a instabilidade provocada pela crise global, especialmente na China, em 2015. Governos anteriores, como os do PT, adotaram medidas anticíclicas para enfrentar a crise de 2008, mas a transição para uma agenda neoliberal trouxe austeridade e privatizações sob Temer. A análise gramsciana, para nós, foi fundamental para compreender a dinâmica das relações sociais, destacando a importância de uma vontade coletiva nacional-popular, a luta de classes e a crise orgânica, evidenciada pelo distanciamento entre governantes e governados. O golpe parlamentar de 2016 e a ascensão do bolsonarismo representam uma ofensiva restauradora do neoliberalismo, marcando uma mudança significativa na dinâmica política do país e gerando incertezas sobre o futuro das instituições democráticas e dos direitos sociais. É neste bojo que no próximo capítulo fizemos o esforço de caracterizar e entender o governo Bolsonaro enquanto agente político central no quadro caótico da política nacional brasileira.

CAPÍTULO 2. O GOVERNO BOLSONARO E DISSONÂNCIAS NO SEGMENTO INDUSTRIAL: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

2.1 Caracterizando o Governo Bolsonaro

Caracterizar o governo Bolsonaro tem como tarefa aqui entender do que se tratou o governo para, por fim, compreender o posicionamento da FIESP acerca da política ou das ações relacionadas ao segmento industrial do governo. Nesse sentido, lançamos, nesta dissertação, ao menos, algumas considerações sobre o que seria a forma política do governo e como a representante do segmento industrial paulista analisou a gestão da política industrial. Ou seja, não é à toa que nos colocamos no debate sob uma série de categorias que descrevem e interpretam a experiência do governo passado.

2.1.1 Bonapartismo ou pré-bonapartismo?

Do golpe de 2016 ao bonapartismo, retornamos à interpretação de Andrade (2018), que avalia que a emergência desse movimento em um contexto em que as forças representativas dos interesses dominantes buscam sobreviver à crise e às transformações estruturais, apoiou-se nas instituições centrais. Bolsonaro, nesse contexto, representa uma abordagem que confia no aparato repressivo do Estado, como polícias, Exército e setores do Judiciário, para manter a ordem e garantir maior segurança. Mesmo que o governo não representasse toda a burguesia brasileira, respondia à crise de hegemonia dessa classe, evidenciada pela desmoralização crescente de suas representações políticas tradicionais e principais instituições, incluindo a Constituição de 1988. O cenário é instável e imprevisível, tornando difícil prever soluções convencionais. Uma acomodação democrática e retorno à normalidade nas próximas eleições em 2018 eram considerados desafios às forças democráticas, o que poderia ocorrer possíveis abalos mais profundos.

Nesse cenário, a burguesia enfrentou dificuldades em manter sua unidade como classe dirigente. A competição acirrada entre capitalistas, nacional e internacionalmente, gerou crises no bloco dominante, propiciando o surgimento de regimes bonapartistas. Esses regimes buscam autonomia das classes, governando em nome de causas amplas, além das disputas políticas e sociais. O bonapartismo, como forma de organização estatal, surge para superar a crise de representação da classe dominante, atacando as formas tradicionais de representação democrática. Esses regimes se apoiam em setores inorgânicos de todas as classes sociais, alimentados pelo ressentimento causado pela crise

econômica. O bolsonarismo difuso parecia seguir esse caminho, contando com o líder como base política direta, sem intermediações organizadas, podendo eventualmente envolver o Exército e o Judiciário para defender seus interesses (Andrade, 2018).

De acordo com Alves e De Oliveira (2012), o bonapartismo, um termo do século XIX para descrever um fenômeno político, é considerado um conceito-chave fundamental (*Grundbegriffe*) enviesado na leitura de Reinhart Koselleck²². Ao contrário de conceitos comuns, um conceito-chave é inescapável e essencial no vocabulário político e social de uma época, incorporando diversas experiências e expectativas. Esses conceitos são indispensáveis para abordar questões urgentes, mas são sempre polêmicos e controversos devido às diversas interpretações.

Nesse sentido, para Alves e De Oliveira (2012), Marx desempenha um papel crucial no estudo do bonapartismo, sendo creditado por difundir globalmente o termo e suas características. Ao testemunhar o golpe de 1º de dezembro de 1851 liderado por Luis Bonaparte, ou Napoleão III, Marx expressa sua reflexão sobre o evento em artigos jornalísticos, posteriormente compilados na obra *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Engels, ao prefaciar a terceira edição alemã, destacou a incompreensão geral em relação ao segundo 18 de Brumário, descrevendo-o como um evento que surpreendeu o mundo político e não foi compreendido por ninguém.

Alves e De Oliveira (2012) trazem uma discussão interessante ao que tange à interpretação marxista do bonapartismo. Sendo o poder bonapartista uma realização dos interesses das classes dominantes, esta forma de governo é originada em uma crise na sociedade civil, caracterizada por um agudo conflito de classe com o proletariado. A classe dominante, para preservar sua sobrevivência, cede seu poder político a um ditador carismático, que utiliza instrumentos de despotismo não tradicional para disciplinar a classe dominada. Além disso, a ditadura bonapartista pode se manter com o apoio direto de uma classe que não é nem a burguesia dominante nem o proletariado, como no caso de Napoleão III, que recebeu apoio dos pequenos proprietários rurais.

Como expresso por Alves e De Oliveira nos parágrafos anteriores, é um caso interessante pensar, nesses termos, no governo Bolsonaro, a representação dos estratos burgueses. Ou seja, o grupo representa os interesses das classes dominantes ao mesmo tempo que representa os interesses dos setores médios e da pequena-burguesia, sobretudo aqueles que apoiaram o golpe em Dilma Rousseff. Nessa esfera de entendimento sobre

²² Historiador alemão.

representação e o modo de governar, concordamos com Boito Jr. (2019), quando diz que o governo Bolsonaro representava os interesses do capital internacional e da burguesia associada, apoiada nas classes médias, ainda que as mediações dos conflitos – quando havia – o governo decidia em favor das classes dominantes.

De acordo com Matos (2019), acerca do imbróglia da caracterização do governo Bolsonaro, as forças mais radicais desprendidas pelo bolsonarismo rotularam esse fenômeno como "fascismo". No entanto, o conceito clássico de fascismo, originado nos anos 1920 e 1930, associado à mobilização predominante da pequena-burguesia em meio a crises econômicas e preparação para guerras, não se alinha completamente ao bolsonarismo. Embora existam tendências incipientes e uma base social a ser considerada, o contexto e o grau de organização do bolsonarismo diferem substancialmente do fascismo histórico. A distinção entre fenômenos em países imperialistas e atrasados, conforme esclarecido por Trotsky, destaca a complexidade do termo "fascismo" e a necessidade de evitar generalizações.

Matos (2019) alerta que ao analisar um eventual governo de Bolsonaro, é útil recorrer à categoria de "pré-bonapartismo", conforme utilizada por Trotsky para examinar os primeiros governos após a crise de 1929. O bonapartismo, definido por Trotsky como um tipo de governo que busca elevar-se acima dos conflitos sociais, apoiando-se nas Forças Armadas em detrimento do Parlamento para preservar a propriedade capitalista e impor a ordem, pode estar em fase de incubação no governo Bolsonaro. Diferentemente dos casos históricos, Bolsonaro não parece precisar dispensar totalmente o Parlamento, podendo contar com um aumento do autoritarismo via Poder Judiciário com o respaldo militar. Trotsky afirmava que o bonapartismo se servia do fascismo para chegar ao poder, mas apenas na medida necessária para derrotar o movimento operário.

A nossa avaliação é que ainda que o STF – segmento do poder judiciário – se colocasse numa relativa “oposição ao Bolsonaro”, particularmente em relação às medidas sanitárias no período mais acintoso da pandemia do COVID-19, a pontuação de Matos é válida na medida em que a mesma instituição foi condescendente com o golpe em 2016 e a retirada de Lula do páreo eleitoral presidencial em 2018.

Matos (2019) ainda pondera que, devido ao atual dinamismo do golpismo, especialmente sua ala de extrema-direita, que age contra um proletariado passivo, a estratégia eleitoral e parlamentar do PT perdeu eficácia. Não há um "empate" de forças sociais que permita a ascensão de um árbitro (Bonaparte) apoiado nas Forças Armadas para resolver a disputa em favor do capital. Assim, pelo menos por enquanto, não se

evidenciaria no Brasil a necessidade nem as condições para um regime bonapartista estrito. No mais, em caso de vitória de Bolsonaro nas eleições – confirmada em 2018 –, as forças de extrema-direita indicavam a possibilidade de um governo pré-bonapartista judiciário-militar, qualitativamente mais autoritário e reacionário do que o vivenciado sob o governo Temer.

Ainda sobre o pré-bonapartismo, retornamos a Rojas e Wanderley (2021), que também compartilham, em certa medida, da visão de Matos (2019), em uma análise mais recente da conjuntura – já na experiência de Bolsonaro na presidência –, à medida que eles criticam a posição de que o governo de Jair Bolsonaro seria fascista. Sobre isso, eles acrescentam que Trotsky rejeitava a visão stalinista simplista de rotular todos os regimes pré-guerra como fascistas. Nisto, dizem os autores, é crucial evitar simplificações ao caracterizar o governo Bolsonaro. Atualmente, a afirmação de que o governo é fascista é atribuída à esquerda ligada ao PT, que busca ganhos eleitorais por meio dessa caracterização.

Rojas e Wanderley (2021) fazem essa avaliação ao passo que entendiam que Bolsonaro assumiu a presidência em um regime onde os mecanismos da democracia burguesa ficaram cada vez mais subordinados a atores não eleitos, como o autoritarismo judiciário e militar. Desde o golpe institucional, os objetivos estavam claros: atacar a classe trabalhadora, a população pobre, cortar direitos sociais e avançar nas privatizações. Nesse sentido, ressaltam, considerar o governo como pré-bonapartista é mais apropriado, pois não é exclusivamente das Forças Armadas nem totalmente fascista. Isso depende das relações de forças na sociedade, não apenas das ideias de Bolsonaro. Essa perspectiva ajuda a compreender a configuração da classe trabalhadora e a necessidade da luta contra esse governo, reconhecendo a importância da ação política nacional e internacional.

2.1.2 Autoritarismo: uma derivação bolsonarista?

Outra categoria que se apresenta no cenário de caracterização do bolsonarismo, é a do autoritarismo. Nesse sentido, o autoritarismo, para Miguel (2021), representa a "crise da democracia", o que dá destaque a dois fenômenos interligados. Primeiro, quando se observa a redução do espaço para a ação democrática, com a crescente imposição do mercado como regulador da vida social. Isso representa uma aparente despolitização, em que os governantes baseiam suas decisões na racionalidade em detrimento da vontade popular. Segundo, no surgimento de discursos intolerantes que promovem o pânico

moral, desviando a política para antagonismos irracionais, enquanto as estruturas de controle político, como a divisão de poderes, são questionadas.

Miguel (2021) destaca que o surgimento de estudos pós-Trump, focam na irresponsabilidade das elites políticas e associam o populismo a escolhas pouco razoáveis feitas pelo cidadão comum. Em contrapartida, a visão convencional sobre o populismo o caracteriza como uma retórica simplista e conspiratória, culpando-o pelo persistir dos problemas políticos.

Há uma discussão sobre o conceito de populismo, sendo controversa a sua aplicação à nova extrema-direita. Sobre isso, para Miguel (2021), a compreensão do populismo como ameaça ao liberalismo é prevalente, mas o debate sobre o conceito se estende à margem do *mainstream*, com diferentes visões sobre o seu significado. Uma compreensão mais nítida dos eixos centrais de dominação social em vez de aderir a uma abordagem populista, especialmente ao considerar propostas "de esquerda" que podem ser uma regressão em relação à articulação de demandas emancipatórias, diz-nos o autor. Com isso, a extrema-direita atual é vista como um fenômeno específico que se inspira na retórica dos fascismos clássicos, adaptando-se às condições contemporâneas para bloquear a redemocratização e apassivar os grupos dominados.

De acordo com Silva (2021), refletindo o autoritarismo e a crise na sociedade brasileira, a ascensão das manifestações autoritárias no Brasil tem apresentado aspectos mais vultosos desde o golpe parlamentar de 2016 até a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Nisto, observa-se a concepção histórica e teórica do Estado autoritário, o que está relacionada a processos de colonização, exploração e expropriação. Nesse bojo, afirma Silva, o autoritarismo brasileiro se apresenta como uma expressão histórico-cultural entre o conservadorismo das elites e a ampliação de seus privilégios no Estado, negando a igualdade e restringindo liberdades.

Segundo Silva (2021), a conjuntura política após as Jornadas de Junho de 2013, ganha destaque com o ressurgimento de movimentos reacionários e neoconservadores. Aborda o golpe parlamentar de 2016, a eleição de Bolsonaro e suas políticas, incluindo reformas que reduzem direitos sociais e aumentam a informalidade. Conclui destacando a crise econômica e agravamento da situação da classe trabalhadora pobre após o golpe de 2016.

Segundo Silva (2021), a crise da democracia, na verdade, é, exatamente, a crise da democracia liberal-burguesa. Historicamente, essa forma de democracia expressa a hegemonia da classe dominante e, em períodos de crise, a classe dominante pode recorrer

ao autoritarismo para manter seu poder. Conforme a autora, a crise democrática-burguesa organizou, como salientou Gramsci na interpretação do caso italiano após a Primeira Guerra Mundial, o fascismo quando se sentiu ameaçada sua existência. A questão da democracia brasileira pós-1988, nesse imbróglio, destaca-se através da crise estrutural do capital e a convivência de problemas sociais graves. A partir disso, diz-nos a autora, que há a necessidade de uma democracia popular e radical, o que pressupõe a importância dos movimentos sociais e instrumentos participativos na construção de uma sociedade sem exploração.

Pereira, Duarte e Santos (2021) avaliam que o Estado brasileiro, ao contrário da visão burguesa, é compreendido como uma relação social contraditória e orgânica ao modo de produção capitalista. Essa complexidade decorre das lutas de classe e das necessidades de acumulação do capital. Apesar de aparentemente unificar demandas sociais, o Estado é essencialmente dominador, resultado das contradições entre classes sociais. No Brasil, o modelo de capitalismo dependente, associado a uma democracia restrita, moldou um Estado que atende predominantemente às necessidades do capital, limitando avanços democráticos reais. A transição para uma democracia mais inclusiva foi marcada por contradições, resultando em uma democracia formal que mascara a exclusão econômica e social. O golpe de 2016 reflete o desgaste das medidas conciliatórias e a ascensão de uma autocracia dissimulada, corroborando a tese de Florestan Fernandes sobre a predominância de uma autocracia forte no Brasil.

Segundo Pereira, Duarte e Santos (2021), Florestan Fernandes analisa o capitalismo dependente no Brasil destacando a heteronomia²³ persistente devido à condição colonial. Para os autores, Fernandes enfatiza as contradições entre dominação externa e interna, destacando a incompatibilidade entre o privilegiamento de classe e a democracia, levando a uma democracia restrita²⁴. Fernandes aborda a formação da sociedade de classes no Brasil, destacando a articulação entre a burguesia local e

²³ Pereira, Duarte e Santos (2021, p. 4) definem que, “em Florestan Fernandes, a noção de heteronomia (em contraposição à autonomia) está ancorada na capacidade ou não de decisão, direção e gestão do processo de produção e de reprodução do capital nos países, determinando sua condição heterônoma ou dependente em relação ao desenvolvimento capitalista”.

²⁴ Sobre a democracia restrita, na história política brasileira, as lutas sociais em direção a condições democráticas burguesas enfrentaram resistência de movimentos antidemocráticos. Esses eventos destacaram um padrão social e econômico perverso, que persiste sufocando reformas progressistas, mesmo aquelas dentro da ordem capitalista. Os regimes de exceção, como a ditadura civil-militar de 1964, agiram como contrarrevoluções, buscando evitar a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, conforme analisado por Fernandes (Pereira; Duarte; Santos, 2021).

hegemônica. Ele ressalta a negação de direitos, retrocessos democráticos e avanços ultraliberais como expressões contemporâneas da autocracia burguesa.

Na discussão em torno da nova direita e o autoritarismo, Pereira, Duarte e Santos (2021) fazem a análise que a formação sociopolítica brasileira revela um Estado burguês contemporâneo que, apesar de manter a aparência democrática, possui essência autoritária a serviço das elites. A autocracia burguesa²⁵, patrimonialista e tirânica, serviu de base para a propagação da nova direita, que combina neoliberalismo e neoconservadorismo. Essa corrente, hegemônica desde o final dos anos 1970, consolidou-se no Brasil após o golpe de 2016, encontrando apoio na sociedade desde a Ditadura civil-militar. Defendendo a desigualdade social, restrições às proteções sociais e negação de direitos humanos, a nova direita adota estratégias como “*fake news*”, ataque a intelectuais e xenofobia.

Além disso, para os autores, a nova direita manifesta uma radicalização latente que converte neoliberalismo e neoconservadorismo em uma ideologia única, negando a democracia e consolidando um Estado autoritário, antissocial e punitivo. Esse autoritarismo capitalista, de caráter eterno, inspira-se em características fascistas, resultando em um governo isolado, narcisista e centrado na violência e no ódio. A presença forte do Estado autoritário pode endurecer ou afrouxar, dependendo das ameaças percebidas, alimentando o risco de aceitação pacífica do autoritarismo estatal. O contexto da pandemia de COVID-19 também revela um clamor por intervenções militares e medidas autoritárias, sugerindo que mais Estado nem sempre significa mais proteção social, bem-estar ou direitos.

Já Aliaga e Ázara (2022) discutem a abordagem de Antonio Gramsci em relação aos conceitos de bonapartismo e cesarismo, destacando as diferenças entre sua interpretação e a de Karl Marx. Para os autores, Gramsci associa o bonapartismo a uma liderança carismática capaz de equilibrar forças em luta, com centralidade militar, enquanto o cesarismo mantém o líder carismático, mas tem caráter policial, abrangendo forças organizadas para proteger o domínio da classe dirigente.

Gramsci também introduz o conceito de revolução passiva, descrevendo um processo de modernização pelo aparato estatal, através de reformas sem a participação permanente dos setores populares. Ele utiliza esse conceito para analisar eventos

²⁵ Categoria tratada por Florestan Fernandes (2020) *n'A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*.

históricos como o *Risorgimento* italiano e o fascismo, adaptando-o às particularidades de cada contexto (Aliaga; Ázara, 2022).

Aliaga e Ázara (2022) afirmam a impossibilidade de caracterizar o autoritarismo brasileiro como uma revolução passiva sob o neoliberalismo, pois este se caracteriza mais como uma restauração que elimina direitos conquistados. Os autores destacam também a convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo, evidenciada pela desvalorização da liberdade política e da democracia constitucional, ilustrando como o bolsonarismo representa uma forma específica de restauração reacionária neoliberal.²⁶

Nesse sentido, segundo Aliaga e Ázara (2022), a relação entre o bolsonarismo e os conceitos de César e Napoleão remetem à ideia de repetição histórica presente nas obras de Hegel, Marx e Gramsci. A estrutura de repetição, relacionada à dialética revolução-restauração²⁷, é observada historicamente em eventos como ascensões autoritárias, incluindo a de Jair Bolsonaro em 2018. O contexto brasileiro contemporâneo, sob o neoliberalismo, enfrenta uma crise de hegemonia gerando um equilíbrio catastrófico com elementos autoritários. O bolsonarismo, com sua base no fundamentalismo religioso e militarismo, é interpretado como uma forma histórica da dialética revolução-restauração, representando uma resposta à crise da hegemonia burguesa no contexto da acumulação neoliberal.

De outro ponto de vista, Schwarcz (2019) entende que a construção de mitos nacionais – a exemplo da democracia racial, da harmonia nacional, da fundação nacional e da naturalização das desigualdades – moldam a identidade de uma nação, gerando uma visão idealizada e muitas vezes distorcida de seu passado. Esses mitos, ao se transformarem em narrativas históricas oficiais, desencadeiam batalhas pela interpretação dominante da verdade, especialmente em momentos de mudanças políticas ou crises econômicas. Isso, por exemplo, resulta na criação de um passado mítico, idealizado e harmonioso, que, na realidade, é construído sobre estruturas de poder e desigualdades.

Schwarcz (2019) questiona os mitos fundamentais da harmonia social, igualdade, democracia plena e natureza especial do Brasil, apontando para a necessidade de uma

²⁶ Acerca do neoliberalismo, tratamos na terceira parte desta dissertação.

²⁷ Sobre a revolução-restauração em Gramsci, presente no C10 §6, Aliaga e Ázara interpretam que a ideia central é que qualquer processo histórico de estabelecimento de uma nova liderança política passa por uma fase inicial progressiva e hegemônica, que gradualmente se esgota. A classe dominante, eventualmente, recorre à coerção para manter seu poder, culminando em um golpe de estado, que representa um movimento reacionário. Portanto, o progresso histórico ocorre através de um ciclo de expansão e regressão, emancipação e desemancipação, conceituado pelo autor como a dialética revolução-restauração.

análise crítica da história. Nesse bojo, as contradições evidentes, como a persistência da desigualdade racial e de gênero, apontam para a idealização do período do Regime Militar em momentos de crise política e a falta de hierarquia nas relações sociais.

A autora também ressalta a resistência desses mitos à realidade, como evidenciado pela presença persistente de desigualdades e injustiças sociais. E é nesse sentido que se faz uma reflexão sobre o presente intolerante e violento, explorando as raízes do autoritarismo no Brasil ao longo de sua história. Ou seja, as raízes do autoritarismo no Brasil, segundo Schwarcz (2019), reside na escravidão e racismo, no mandonismo, no patrimonialismo, corrupção, desigualdade social, raça e gênero e na intolerância que é nutrida desde as práticas coloniais para com os dominados.

2.1.3 O tal fascismo brasileiro...

Afinal, o que é o fascismo? Ante a pergunta, recorreremos à conceituação de Konder (2009). Segundo Konder, o fascismo, originado na fase imperialista do capitalismo, busca fortalecer-se durante o capitalismo monopolista de Estado, promovendo uma política de concentração de capital. É um movimento politicamente conservador que se apresenta como modernizador, guiado por um pragmatismo radical e usando mitos irracionistas, combinados com métodos manipulatórios racionais. O fascismo é chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista e antioperário. Seu crescimento em um país requer condições históricas específicas, incluindo uma preparação reacionária que mina as bases das forças potencialmente antifascistas, bem como a presença da sociedade de massas de consumo dirigido e a fusão do capital bancário com o capital industrial, ou seja, a existência do capital financeiro.

Conforme Reis e Soares (2017), após o golpe de 2016, o Brasil experimenta um governo autoritário e com agendas reacionárias, manifestando um Estado mais violento e menos comprometido com direitos e garantias. Embora não seja categoricamente fascista, sinais de fascismo já são observáveis na sociedade, podendo até se tornar uma força eleitoral significativa, evidenciada pela popularidade do deputado federal Jair Bolsonaro [que viria a se tornar presidente em 2018], que abertamente defende ditadura militar, tortura, homofobia e políticas de segurança repressivas.

Reis e Soares (2017) traçam um paralelo em relação às disputas eleitorais até o golpe de 2016. Nesse meio, as fronteiras entre grupos conservadores são difusas. Não foi à toa que em 2010, José Serra, candidato do PSDB à Presidência, distanciou-se da postura

laica ao associar Dilma Rousseff ao aborto, expressando oposição com base em "valores cristãos". Jair Bolsonaro, possível representante do fascismo em 2018, vinculado ao Partido Social Cristão e à Frente Parlamentar Evangélica, incorporou valores cristãos em seu discurso, incluindo heterossexualidade, disciplina e rejeição às drogas como padrões de comportamento exemplares.

Para Reis e Soares (2017), o período pós-junho de 2013 no Brasil foi marcado por manifestações que inicialmente tinham pautas progressistas, mas acabaram dividindo grupos entre defensores da democracia e militantes de esquerda, e reacionários e golpistas, ou seja, já havia conteúdo fascista presente. Após o golpe de 2016, os protestos de direita, inicialmente movidos pelo repúdio à corrupção, cessaram, revelando o objetivo de tirar o PT do poder. Nesse ínterim, intolerância cresceu, sobretudo com o surgimento de grupos apoiando figuras como Jair Bolsonaro e Sérgio Moro, culminando no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

Jair Bolsonaro, na leitura de Reis e Soares (2017), emerge como um candidato com características fascistas, evidenciadas pelo seu discurso reacionário e violento. Citando uma pesquisa de 2017, eles destacam a posição de Bolsonaro como já relevante nas intenções de voto para a presidência. O discurso de Bolsonaro é associado ao fascismo, com ênfase em conservadorismo, nacionalismo e hierarquia, além de acusações sem embasamento lógico contra opositores. Segundo os autores, o líder fascista se apresenta como corajoso, íntegro e anti-*establishment*, defendendo um passado idealizado e incitando o ódio à esquerda. Seus seguidores rejeitam a intelectualidade progressista, criticam programas sociais e acusam a esquerda de corrupção moral. A aversão ao debate sofisticado é exemplificada pela defesa do projeto "Escola sem partido". Bolsonaro e seus seguidores também criticam políticas de esquerda, como o Bolsa Família, alegando que geram dependência e manipulação eleitoral. A visão negativa em relação às políticas que abordam a sexualidade, chamada de "ideologia de gênero", também é mencionada, refletindo a postura conservadora do líder.

Reis e Soares (2017), no diagnóstico da ascensão de Bolsonaro, argumentam que o Brasil deixou de ser uma democracia após o *impeachment* de Dilma Rousseff, resultando em uma ditadura civil antipopular. Embora o governo [Michel Temer/PMDB na época] não seja considerado fascista, o fascismo permeia a sociedade, contribuindo para o golpe. A junção de manipulação midiática, antiesquerdismo e inabilidade da esquerda cria um ambiente conservador. A criminalização da política, descrédito da representação e espetacularização dos escândalos favorecem o surgimento de forças

fascistas. Naquela conjuntura, dois possíveis líderes despontavam: o juiz Sérgio Moro e o deputado Jair Bolsonaro, sendo este último mais explicitamente ligado ao discurso fascista. O cenário político brasileiro, marcado pela destituição de Rousseff, torna-se menos institucionalizado e propenso a influências como política religiosa e fascismo, desafiando a esquerda a reconfigurar estratégias em meio a uma ditadura civil de direita.

O "fascismo tupiniquim" de Bolsonaro, caracterizado pelo discurso de ódio, precisa de uma análise aprofundada em tempos de crise. Comparado à ascensão de Luis Bonaparte na França, destaca-se a importância das circunstâncias e da crise de hegemonia da classe dominante. Nesse sentido, Bolsonaro conquistou apoio significativo não apenas de fascistas, mas daqueles em busca de soluções simples para seus problemas cotidianos. A fascistização da sociedade é evidente em sua defesa da ditadura militar, torturadores e ameaças a opositores. A ideologia bolsonarista inclui um claro repúdio aos pobres, negros e à esquerda. A análise de Poulantzas destaca que os discursos fascistas estão articulados nas diversas ideologias relacionadas às classes em luta, e ignorar a luta de classes limitaria a compreensão dessas ideologias (Coutinho, 2021).

Coutinho (2021) observa que sobre o "fascismo tupiniquim", liderado por Bolsonaro, Poulantzas apresenta uma análise fortuita diante do processo de fascistização da sociedade que pode ser estendida à realidade brasileira com devidas mediações. Nesse cenário, destaca-se a crise de hegemonia, onde nenhuma classe dominante consegue impor sua direção, levando à reorganização do Estado e dos aparelhos ideológicos. Poulantzas sublinha que o fascismo é "exógeno" ao aparelho repressivo de Estado, mas consegue penetrá-lo com a ajuda decisiva desse aparato na luta contra as massas populares. O governo Bolsonaro, apoiado por parte da classe média e por segmentos evangélicos, manifesta uma dinâmica apocalíptica e inconsistente. Na leitura da autora, Gramsci, por exemplo, observa que o fascismo não supera a democracia liberal, mas a autoritariza. Ignorar esse momento crucial na sociedade brasileira pode levar a um recrudescimento do regime, alerta-nos Coutinho.

Ricci (2022), em *Fascismo brasileiro: e o Brasil gerou o seu ovo da serpente*, diz que o ressurgimento da ultradireita no Brasil tem raízes anteriores às manifestações de 2013, originando-se de três ondas. A primeira, desde 1987, envolveu a articulação empresarial, inicialmente centrada na agenda neoliberal, evoluindo para a captura do Estado e financiamento de movimentos como o Movimento Brasil Livre. A segunda onda, desde 2014, foi a articulação jurídico-midiática, destacando-se na Operação Lava Jato, gerando impacto na opinião pública até 2021. A terceira onda ocorreu na campanha de

Jair Bolsonaro em 2018, marcada por alianças com igrejas e setores militarizados, consolidando uma força política de extrema-direita contrária à ordem democrática.

Ricci (2022) ainda destaca a importância de compreender os valores sociais fascistas na análise contemporânea do fascismo, indo além da figura de Bolsonaro. O fascismo, desde sua origem, é multifacetado, absorvendo diferentes ideologias, incluindo o religioso. Alguns elementos são centrais para entendê-lo, que incluem, sobretudo, a *masculinização*²⁸ da política e o seu caráter patriarcal, militarização, e o uso da violência para eliminar adversários, ameaçando com perigos externos.

O discurso fascista de Bolsonaro, diz Ricci (2022), incorpora motivações homofóbicas, racistas e autoritárias, projetando o uso da força. O líder carismático fascista cria solidariedade emocional e opera sobre uma base de perturbação emocional. O discurso fascista esvazia o amor político, centrando-se na idealização da pátria, eliminando autonomia individual nas escolhas políticas. O fascismo se estrutura como uma bricolagem, agregando diferentes ideias políticas.

Nesse sentido, de acordo com Ricci (2022), o bolsonarismo, sendo totalitário, violento e patriarcal, seria neofascista. O discurso totalitário mobiliza as massas, confundindo o projeto de nação com o do líder. O fascismo é um projeto de direita e desigual. A exclusão social global, agravada pela pandemia, intensifica sentimentos xenófobos e racistas, levando a uma cultura de castas. O autor sugere que a extrema-direita contemporânea cultiva estados grupais psicóticos, simplificando interpretações da vida e criando uma "realidade mental impensável". Esses estados provocam um impulso de retirada paranoica em enclaves de apoiadores para contrabalançar o isolamento.

Ricci (2022) reitera que o fascismo contemporâneo manipula insegurança, ressentimento e angústia, reagindo a um mundo complexo, violento e imprevisível, intensificado pela incerteza da pandemia. A incerteza propicia o surgimento de discursos ideológicos radicais que encontram terreno fértil na desigualdade social e na angústia. O ressentimento e a insegurança alimentam a adesão ao discurso de ódio em períodos de incerteza. Neste contexto, o fascismo se perpetua, explorando emoções negativas e construindo uma narrativa autorreferente. A persistência dessas condições é apontada como um alerta para a permanência do fascismo, e o Brasil, no século XXI, testemunha o amadurecimento das condições que gestaram seu fascismo.

²⁸ Ver: Ricci (2022, p. 139). Para Ricci, o elemento destacado é a masculinização da política com caráter patriarcal, originado no futurismo italiano de 1909. Marinetti, associado a Mussolini, expressou desprezo pela mulher e valorizou o poder masculino no Manifesto Futurista.

Sobre o fascismo, trazemos a nossa reflexão, a leitura de Singer (2022). Na leitura dele, o governo Bolsonaro se tratou de um autocratismo com viés fascista. Essa leitura parte de uma série de acontecimentos e a relação do movimento bolsonarista com os opositores e as instituições. No dia 15 de abril de 2021, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as condenações de Lula na Operação Lava Jato, permitindo que ele competisse com Bolsonaro em 2022. Diante da liderança de Lula nas pesquisas, o governo de Bolsonaro acelerou suas táticas de desinformação e construção de inimigos para evitar o retorno do lulismo ao poder. Bolsonaro denunciou uma suposta conspiração entre ministros do STF para fraudar as eleições a favor do PT.

A campanha bolsonarista, que teve início em maio e culminou nas manifestações em Brasília e São Paulo em 7 de setembro de 2021, é outro exemplo, traz Singer (2022). Naquele momento, Bolsonaro utilizou recursos com características fascistas. A estratégia incluiu questionamentos à legitimidade das eleições, alegações de fraudes passadas e a disseminação de teorias da conspiração. O presidente exigiu a implementação do voto impresso como condição para aceitar uma eventual vitória de Lula.

Apesar das evidências contrárias, diz Singer (2022), Bolsonaro, ao ser instado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a apresentar provas de suas denúncias, protagonizou um programa televisivo em julho de 2021, divulgando "indícios" de supostas adulterações. Bolsonaro foi posteriormente acusado de crime contra a integridade do processo eleitoral. A estratégia bolsonarista, de acordo com o autor, envolveu também a disseminação de informações falsas nas redes sociais, criando uma narrativa fantasiosa sobre uma conspiração chinesa para recolocar Lula na presidência e chantagear autoridades brasileiras.

A análise de Singer (2022) destaca a técnica de "trollagem", na qual a verdade é desprezada e bodes expiatórios são construídos, criando uma realidade paralela difícil de ser contestada. A pós-verdade é protegida nesse contexto, pois as afirmações podem ser facilmente desconsideradas como piadas. A retórica bolsonarista, que mistura desprezo pela verdade e construção de inimigos, pode ser comparada à estratégia fascista de Mussolini, confundindo adversários, desmoralizando a política e avançando gradualmente para o autoritarismo.

A análise Singer (2022), na descrição do bolsonarismo autocratista com viés fascista, ainda ressalta o papel do medo na legitimação do ressentimento contra o *establishment*, alimentando a raiva contra aqueles que supostamente defendem os direitos

das populações vulneráveis. O uso de bodes expiatórios, como o ministro Moraes, é uma estratégia para consolidar o apoio popular e isolar figuras-chave do sistema.

Por fim, Singer observa que, apesar de não haver uma organização partidária sólida por trás do governo de Bolsonaro, nem um projeto imperialista claro, as táticas e estratégias adotadas são consistentes com um autocratismo de viés fascista, indicando a presença de elementos fascistas reais no cenário político brasileiro.

2.1.4 Neofascismo e protofascismo: dois debates de neologias

Neofascismo ou protofascismo são categorias que norteiam este debate recente em torno das experiências de governos de extrema direita. No início do governo Bolsonaro, o prognóstico de Fontes (2019) que trazemos aqui, era que o governo liderado pelo presidente Jair Bolsonaro, estabelecido em 2019, é caracterizado por um viés protofascista, centrado principalmente em um anticomunismo primário. Ele, Bolsonaro, enxerga todas as forças sociais diferentes como alvos de uma "caça às bruxas". O lema "Deus, pátria e família", proclamado por membros do novo governo, evoca tanto o antigo integralismo brasileiro (uma forma de fascismo fundada em 1932, extinta na década de 1970) quanto a divisa da ultraconservadora Tradição, Família e Propriedade (católica). Após as eleições, esse último grupo paramilitar realizou rituais de destruição de bandeiras antifascistas em universidades públicas. Embora o governo atual não represente um regime fascista completo, revela tendências nessa direção. Os desdobramentos dependerão da resistência e confronto nacional, bem como das tensões internacionais.

Fontes (2019) diferencia o fascismo clássico ao do bolsonarismo em três características:

- a) O atual extremo liberalismo econômico contrasta com o corporativismo clássico fascista, mas houve uma aproximação entre o ultraliberalismo e forças políticas autocráticas, exemplificado no Chile de Pinochet e atualmente no Brasil. No cenário brasileiro, coexistem uma vertente ultraliberal pragmática, associada à 'teologia da prosperidade' e repressão de costumes, e uma vertente tingida de anarcocapitalismo representada pelos Institutos Von Mises e Rothbard. Ambas compartilham o desprezo pela participação democrática e igualdade, estabelecendo uma conexão entre o protofascismo e o liberalismo;

- b) Há um temor em relação a mobilizações populares, mesmo de perfil reacionário, evidenciado pela militarização do protocolo na posse de Bolsonaro;
- c) A aparente diminuição das ambições expansionistas do capital-imperialismo brasileiro. De acordo com a autora, o governo Bolsonaro estrutura-se estrategicamente com um núcleo central que combina pregação profascista e economia ultraliberal, apoiado por setores estratégicos de Justiça e Comunicações, visando ataques rápidos e uma retaguarda agressiva.

Segundo Fontes (2019), a face frontal – que compõe o núcleo central – do governo foi delineado por definições político-ideológicas rígidas, enfatizando o lema "Pátria acima de tudo, Deus acima de todos". Esta abordagem, que ecoa formas históricas do fascismo no Brasil, constitui o aspecto inicial e mais agressivo do governo. Em quatro aspectos, a autora apresenta o escopo político-ideológico do governo Bolsonaro:

- a) Não é à toa que o governo enfatizava a primazia evangélica com apoio católico, promovendo a exaltação da família e ampliando o Ministério de Damares Alves, uma figura neopentecostal com posturas homofóbicas, sexistas e hostis à cultura indígena. Damares Alves é contra a "educação de gênero" e apoia a ideologização radical proposta pelo "Escola sem Partido", refletindo uma orientação conservadora nas políticas sociais.
- b) O governo destacava a prioridade à "pátria acima de tudo" com veneração pelos símbolos nacionais, hierarquia e participação militar. A falta de um projeto nacional claro, recursos financeiros definidos e perspectivas futuras evidenciavam incertezas. A forte defesa corporativa busca isentar militares de cortes de direitos e pode resultar em ganhos de remuneração para patentes superiores. Havia a possibilidade de endossar aventuras militares, como na Venezuela, considerando que guerras proporcionam recursos imediatos para as Forças Armadas.

- c) O governo identificava comunismo, socialismo e petismo como inimigos a serem punidos de diversas maneiras, como desqualificação, desemprego, criminalização, desterro, prisão ou assassinato. Sem uma base cultural própria, concentrava-se em atacar o que chama de “globalismo”, “multiculturalismo”, “ideologia de gênero” e, especialmente, “gramscismo”, evidenciando aversão à democracia e a movimentos que se opõem às suas diretrizes. Alinhados a Trump e à extrema direita dos EUA, bem como a Israel, fundamentam-se na chamada cultura judaico-cristã. Personalidades influentes, nesse contexto, incluem Olavo de Carvalho, Velez (Ministro da Educação) e Ernesto Araújo (Ministério das Relações Exteriores).
- d) A corrupção, embora seja um inimigo constantemente presente, é subjugada em favor do anti-esquerdismo no governo. Apesar de desempenhar um papel discursivo forte, há inúmeras denúncias de corrupção envolvendo membros do núcleo central do governo, como Onyx Lorenzoni e Flavio Bolsonaro. Sergio Moro, no superministério da Justiça, demonstra uma função ideológica crucial ao silenciar denúncias contra o grupo governante, controlando inclusive o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), anteriormente no Ministério da Fazenda.

A economia, segundo Fontes (2019), seria a segunda face central do governo Bolsonaro, destacada pela entrega quase total do tema do debate público e pelo comando de Paulo Guedes. O programa econômico, embora não expressasse um projeto integrador nacional, busca privatizações, favorecimento de capitais estrangeiros e brasileiros, redução da previdência pública, gestão privada de políticas públicas, redução de impostos e aumento da competição bancária. Essa proposta, para a autora, estabelece limites rígidos para compensações populares, sendo respaldada pela truculência de Bolsonaro em suas pregações. A atuação de Guedes fortalece a presença empresarial nos ministérios, com setores como agronegócio, bancos e mega-capitais estrangeiros mantendo posições privilegiadas. A Justiça e a Comunicação, como setores estratégicos, atuam como retaguarda, alinhadas com o cerne central do governo.

A terceira face, ou núcleo, como trata Fontes (2019), seria o superministério da Justiça, reconhecido internacionalmente por premiar Sergio Moro devido à sua influência na exclusão eleitoral de Lula-PT. Sua missão mistura luta anticorrupção com anti-

comunismo, reforçando leis "antiterroristas". Há indícios de estreitamento de laços entre Moro, seu grupo de Curitiba e setores militares. O superministério tende a se tornar um órgão de Violência, com ex-militares envolvidos em operações controversas.

Por fim, a quarta, diz Fontes (2019), seria a área de comunicações, em que Bolsonaro favorece a rede Record e, diferentemente do passado, a mídia tradicional migra para as redes sociais, controladas pelos filhos de Bolsonaro, promovendo desinformação e ataques virulentos. Os primeiros dias do governo revelam uma rápida investida na censura, com invasões a gabinetes, caça às bruxas nos empregos públicos e ameaças a bolsas de pesquisa. A violência proprietária parece intensificar-se, com invasões a terras indígenas e massacres contra camponeses, evidenciando uma inclinação governamental para a intimidação.

Mattos (2020) diz que a análise histórica do fascismo exige cautela, sendo vital considerar o fenômeno como dinâmico e mutante, contextualizando-o historicamente. No século XXI, em meio a uma "crise orgânica", observa-se a (re)emergência de ideologias, movimentos e lideranças (neo)fascistas. Este neofascismo, embora compartilhe elementos com o fascismo histórico, apresenta especificidades contextualizadas. Assim como na "época dos fascismos", a extrema-direita contemporânea mobiliza-se fora da arena parlamentar, fundamentando-se na pequena burguesia e frações assalariadas médias e superiores.

Segundo Mattos (2020), o neofascismo quando chega ao poder, governa em favor do grande capital. Em contraste com a "época dos fascismos", o neofascismo do século XXI incorpora elementos requeitados de nacionalismo xenófobo, anticomunismo, racismo, misoginia e LGBTfobia. A violência, característica histórica do fascismo, ressurge na forma de repressão e discriminação, atingindo tanto a esquerda quanto grupos marginalizados, como imigrantes. O encontro do neoliberalismo com o neofascismo marca uma diferença significativa em relação ao passado, uma vez que, apesar de críticas pontuais, o neofascismo atual tende a aceitar o mantra neoliberal "não há alternativa".

Governos neofascistas, argumenta Mattos (2020), embora ocupem cargos de liderança, não estabeleceram regimes políticos fascistas, mas buscam moldar instituições estatais aos seus objetivos, aproveitando a permeabilidade e maleabilidade das democracias atuais. A democracia, após décadas de políticas neoliberais, transforma-se em um "caroço oco" propício à ocupação neofascista. Bolsonaro, em seus três anos de mandato, testou os limites democráticos, agitando a possibilidade de ruptura institucional e mobilizando sua base social. Apesar de apelar para as classes médias, seu governo

beneficiou o grande capital, promovendo devastação na Amazônia e prejudicando comunidades indígenas em prol do agronegócio.

2.1.5 Considerações sobre o governo Bolsonaro

Nesse amplo debate, partimos da compreensão de Singer (2022), Boito Jr. (2020), Fontes (2019) e Mattos (2020) quanto ao entendimento do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ou seja, concordamos com Singer à medida que a análise das ações de Bolsonaro no cenário político brasileiro sugeriu uma inclinação em direção ao autocratismo, caracterizado por um governo pessoal que concentra poder nas mãos de um único indivíduo, similar a regimes autocráticos do passado. Este período de 2019 a 2021 parece marcado por uma combinação de pressão autocrática e mobilização fascista, com o uso de técnicas de mobilização típicas dos anos 1930, a exemplo das teorias da conspiração para manipulação do real. Essa tendência é observada em paralelo com estudos internacionais que identificaram uma retomada onda de autocratização, iniciada em 2017.

Complementar à análise de Singer, nos aproximamos à avaliação de Boito Jr. (2020) quando ele descreve o movimento fascista como uma reação de massa. No caso brasileiro, o fascismo, embora cooptado pela burguesia e ideologicamente dependente dela, é considerado um movimento de massa da classe média, com elementos ideológicos próprios que podem diferir dos interesses imediatos da burguesia. No Brasil, o neofascismo emergiu a partir da mobilização reacionária durante a crise política de 2015, culminando no movimento bolsonarista. A crise política por trás do fascismo original e do neofascismo compartilha elementos comuns, como a crise econômica e a disputa de hegemonia no bloco no poder, mas difere na natureza da "esquerda" que enfrentam: enquanto o fascismo original confrontava um movimento operário organizado, o neofascismo enfrenta um reformismo burguês menos ameaçador. O neofascismo, organizado principalmente através das redes sociais, demonstrou sinais de incompetência organizativa, "e se concretizou com a derrota para Lula-PE em 2022" [grifo nosso]. A forma de Estado democrático burguesa, uma lacuna não desenvolvida nesta dissertação por questão de tempo, é vista como um obstáculo para o neofascismo, enquanto um movimento socialista enfrenta o Estado burguês como obstáculo.

Fontes e Mattos abordam o fenômeno do neofascismo contemporâneo. Fontes, pelas condições empíricas, descreve o governo Bolsonaro como protofascista, destacando sua orientação anticomunista, a exaltação de valores conservadores e a militarização da

política. A diferença do bolsonarismo ao fascismo clássico se dá em termos de liberalismo econômico, mobilização popular e ambições expansionistas. Com Mattos, por sua vez, sua particularidade à compreensão do neofascismo, dá-se dentro de uma "crise orgânica" global, ressaltando sua incorporação de elementos históricos, como nacionalismo e xenofobia, combinados com neoliberalismo. Ambos concordam que, embora os governos neofascistas não tenham estabelecido regimes fascistas completos, eles buscam moldar as instituições democráticas em favor do grande capital, testando os limites democráticos e promovendo políticas prejudiciais ao meio ambiente e grupos marginalizados.

2.2 A política industrial: a proposta de campanha (2018) ao término do governo (2022)

Para descrever a política industrial do governo Bolsonaro ou que foi operacionalizado como política industrial no marco do neoliberalismo que tratamos no item 3.3, retornaremos às formulações do plano de governo lançado em 2018, designado como *O Caminha da Prosperidade* (TSE, 2018). O que versa sobre a indústria está contido no eixo Economia e Infraestrutura, a partir da página 50. Nesse sentido, a política industrial se ancora no eixo Economia e Infraestrutura (TSE, 2018).

2.2.1 As proposições direcionadas à indústria brasileira 2018

Sobre as propostas em relação à indústria brasileira, encontramos as seguintes proposições postas nas figuras seguintes.

Figura 1 - Reorganização da Área Econômica

DEUS ACIMA DE TODOS

ECONOMIA

Reorganização da Área Econômica

A área econômica terá dois organismos principais: o Ministério da Economia e o Banco Central, este formal e politicamente independente, mas alinhado com o primeiro. Para atender ao objetivo de enxugamento do Estado, mas, também, para garantir um comando uno e coeso para a área, o Ministério da Economia abarcará as funções hoje desempenhadas pelos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio bem como a Secretaria Executiva do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Além disso, as instituições financeiras federais estarão subordinadas ao Ministro da Economia.

BOLSONARO2018

Fonte: TSE (2018, p. 53).

Com base na Figura 1, as ações propostas sobre a indústria na campanha tinham como meta unificar o ministério que tratava das questões relativas à indústria brasileira a um só, ao da Economia, sob a tutela do neoliberal, Paulo Guedes. Se antes havia um Ministério responsável exclusivamente para pensar e construir políticas voltadas ao desenvolvimento industrial, no governo Bolsonaro esta pasta foi incorporada e deixou de ser “protagonista” ou ter uma representação de porte ministerial.

Figura 2 - Aumento da Produtividade

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

ECONOMIA

Aumento da Produtividade

As novas tecnologias e demandas da sociedade exigem uma profunda transformação das empresas e das relações de trabalho. Para colhermos os frutos desse movimento, precisamos implementar medidas que acelerem a modernização da nossa estrutura produtiva:

- (i) Desenvolvimento e fortalecimento do mercado de capitais.
- (ii) Estímulos à inovação e ao investimento em novas tecnologias por meio de políticas “do lado da oferta”, tais como depreciação acelerada e abertura comercial imediata a equipamentos necessários à migração para a indústria 4.0.
- (iii) Ampla requalificação da força de trabalho para as demandas da “nova economia” e tecnologias de ponta (4ª revolução industrial).
- (iv) Apoio a “startups” e “scale-ups” de alto potencial, sempre em parceria com instituições privadas do mercado de capitais.

BOLSONARO2018

Fonte: TSE (2018, p. 66).

Na Figura 2, a preocupação do governo se deu sobre o aumento de produtividade. A proposta da campanha destacava a necessidade de uma profunda transformação nas empresas e relações de trabalho devido às novas tecnologias e demandas sociais. Propõe medidas para acelerar a modernização da estrutura produtiva, incluindo o desenvolvimento do mercado de capitais, estímulos à inovação e investimento em tecnologias modernas, requalificação da força de trabalho para a "nova economia" e apoio a *startups* em parceria com instituições privadas do mercado de capitais. Concordamos com Araújo (2023) sobre a produtividade, ainda que os desvios no cumprimento do teto de gastos não surgiram de uma percepção de ineficácia por parte da equipe econômica, que sempre defendeu sua continuidade e a consolidação fiscal como essenciais para a recuperação econômica. Em vez disso, destacaram-se medidas voltadas para a oferta, visando aumentar a produtividade e corrigir a má alocação de recursos.

Figura 3 - Nordeste: potência energética

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

NORDESTE potência energética

Apesar de acreditarmos que o novo modelo será benéfico para o Brasil como um todo, consideramos que o Nordeste será uma das regiões mais beneficiadas. Com Sol, vento e mão de obra, o Nordeste pode se tornar a base de uma nova matriz energética limpa, renovável e democrática. Expandindo não somente a produção de energia, mas de toda a cadeia produtiva a ela relacionada: produção, instalação e manutenção de painéis fotovoltaicos; parceria com as universidades locais para o desenvolvimento de novas tecnologias; surgimento ou instalação de outras indústrias que sejam intensivas no uso de energia elétrica, etc.

BOLSONARO2018

Fonte: TSE (2018, p. 72).

Na Figura 3, a proposta da campanha enfatizava a crença de que o novo modelo energético será benéfico para o Brasil, com ênfase no potencial de benefícios para o Nordeste. A região, com seu Sol, vento e mão de obra, é vista como propícia para se tornar a base de uma nova matriz energética limpa, renovável e democrática. A expansão não se limitaria apenas à produção de energia, abrangendo toda a cadeia produtiva relacionada, como a produção, instalação e manutenção de painéis fotovoltaicos, parcerias com universidades locais para o desenvolvimento de tecnologias e o surgimento de indústrias intensivas no uso de energia elétrica.

Figura 4 - Petróleo e Gás: Desenvolvimento da Competitividade

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

PETRÓLEO E GÁS

Desenvolvimento da Competitividade

Depois da descoberta do pré-sal, a regulação do petróleo foi orientada pelo estatismo, gerando ineficiências.

A burocrática exigência de conteúdo local reduz a produtividade e a eficiência, além de ter gerado corrupção. Além disso, não houve impacto positivo para a indústria nacional no longo prazo. Assim será necessário remover gradualmente as exigências de conteúdo local.

O emprego na indústria local crescerá nas atividades onde houver vantagens comparativas ou competitividade. Assim, a indústria naval brasileira será compelida a investir e alcançar maiores níveis de produtividade.

BOLSONARO2018

Fonte: TSE (2018, p. 73).

Na Figura 4, a proposta do governo se voltou à questão do petróleo e do gás. A regulação do petróleo, na leitura da chapa na disputa eleitoral, estava sendo influenciada pelo estatismo após a descoberta do pré-sal, o que resultou em ineficiências e corrupção devido à exigência burocrática de conteúdo local. Sem benefícios duradouros para a indústria nacional, sugeriu-se a remoção gradual dessas exigências, com a expectativa de impulsionar o crescimento do emprego na indústria local, especialmente na indústria naval, incentivando investimentos e aumentando a produtividade.

Figura 5 - Transportes

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

TRANSPORTES

- Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) afirma que a qualidade da infraestrutura rodoviária piorou. Em 2017, somente 38,2% dos trechos percorridos foram classificados como bons ou ótimos. Em 2016 esse índice era 41,8%.
- Para se ter uma ideia do montante de investimento nas rodovias, em 2011, o governo injetou R\$ 11,2 bilhões nas estradas, volume que caiu para R\$ 8,61 bilhões em 2016 - mesmo nível de 2008, segundo a pesquisa.
- No Brasil, para cada 1.000 quilômetros quadrados de área temos 3,4 quilômetros de infraestrutura ferroviária. Nos Estados Unidos, o índice é de 22,9 quilômetros e na Argentina, 13,3 quilômetros.
- Os investimentos do governo federal no transporte hidroviário caíram 77% desde 2010. Os valores destinados ao setor, que chegaram ao patamar de R\$ 1,5 bilhão no começo da década, caíram para somente R\$ 300 milhões, em 2016. O levantamento foi feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

BOLSONARO2018

Fonte: TSE (2018, p. 76)

Por fim, na Figura 5, a última menção à indústria, a proposta se ampara na pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Transporte (CNT). De acordo com a campanha, a pesquisa da CNT aponta que a qualidade da infraestrutura rodoviária no Brasil piorou, com apenas 38,2% dos trechos classificados como bons ou ótimos em 2017, comparados a 41,8% em 2016. Os investimentos nas estradas diminuíram de R\$ 11,2 bilhões em 2011 para R\$ 8,61 bilhões em 2016. No cenário ferroviário, o Brasil possui apenas 3,4 quilômetros para cada 1.000 quilômetros quadrados, enquanto nos Estados Unidos é 22,9 quilômetros e na Argentina, 13,3 quilômetros. No transporte hidroviário, os investimentos federais caíram 77% desde 2010, de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 300 milhões em 2016, de acordo com a CNI.

2.2.2 As ações do governo para a indústria brasileira

Não há, exatamente, no governo de Jair Bolsonaro uma política industrial tal como formulada nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff do Partidos do Trabalhadores, a saber: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior –

PITCE (2003 a 2006) e Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2007 a 2010) nos governos de Lula; o Plano Brasil Maior – PBM (2011-2014) no governo de Dilma.

No Ministério da Economia, o governo efetuou o balanço atualizado até outubro de 2022 acerca das ações na economia brasileira. A partir disso, ou seja, do que foi publicado, portanto, extraímos as ações relacionados à agenda industrial. Nesse sentido, estipulamos algumas medidas que mencionam diretamente a indústria na sua proposição.²⁹ Dessa forma, a seguir, sistematizamos o que tange à política industrial ou, mais detidamente, à questão industrial entre 2019 a 2022.

2.2.2.1 As ações voltadas à indústria em 2019

Figura 6 - Aprimoramento da Lei de Informática

Aprimoramento da Lei de Informática

A edição da Lei nº13.969/2019 aprimorou a Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis), previsto na Lei nº 11.484/2007. A medida proporcionou a manutenção dos programas para as empresas habilitadas, em respeito aos princípios da segurança jurídica e da previsibilidade.

Publicado em 26/12/2019 11h09 | Atualizado em 31/10/2022 15h08

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [📧](#) [🔗](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2019/aprimoramento-da-lei-de-informatica>

Segundo o governo, a Lei nº 13.969/2019 aprimorou a Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991) e o Programa Padis, mantendo programas para empresas habilitadas, promovendo segurança jurídica e previsibilidade. Essa modernização, continua o governo, beneficiou cerca de 110 mil trabalhadores e empresas do setor de informática e telecomunicações, que investem anualmente aproximadamente R\$ 1,53 bilhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, além de alinhar a legislação brasileira a padrões internacionais.

Figura 7 - A abertura do mercado de gás

Abertura do mercado de gás

O novo marco regulatório, estabelecido pela Resolução nº 16 de 24 de junho de 2019 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), estimula a competição do setor ao encerrar a concentração do mercado em poucos fornecedores. A nova Resolução deve gerar uma redução significativa do preço do produto - para uso industrial e residencial, reduzindo o custo de vida das famílias e contribuindo para a geração de mais investimento e empregos.

Publicado em 24/06/2019 11h09 | Atualizado em 31/10/2022 15h08

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [📧](#) [🔗](#)

²⁹ Conferir: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica>

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/dois-anos-de-avancos/imagens/balanco-2-anos.pdf>

Já expressa no plano de campanha, a abertura do mercado de gás, conforme a Resolução nº 16 de junho de 2019 do CNPE, buscou, segundo o governo, promover a competição ao eliminar a concentração de fornecedores. Esperou-se que uma redução significativa nos preços do gás, beneficiando consumidores residenciais e industriais.³⁰ Para a agenda econômica do Ministério da Economia, isso poderia resultar em menor custo de vida para as famílias, maior acessibilidade ao produto e impulsionar a competitividade das indústrias nacionais, levando a investimentos, expansão da produção e geração de empregos. Em março de 2022, o gás chegou a custar 145 reais na região Sudeste e 135 reais no Nordeste.³¹

Figura 8 - Imposto de importação zero para equipamentos industriais

Abertura comercial: Imposto de Importação zero para equipamentos industriais

Foi zerado o Imposto de Importação de 449 máquinas e equipamentos industriais sem produção no Brasil, barateando o custo de investimentos produtivos e incentivando a criação de novos postos de trabalho.

Publicado em 20/03/2019 11h09 | Atualizado em 31/10/2022 15h08

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [📧](#) [🌐](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2019/abertura-comercial-imposto-de-importacao-zero-para-equipamentos-industriais>.

Esta, na nossa avaliação, seja a medida mais impactante tomada pelo governo no sentido de aprofundar a dependência do Brasil tecnologicamente às nações capitalistas. De acordo com o governo, a abertura comercial recente zerou o Imposto de Importação para 449 máquinas e equipamentos industriais sem produção nacional, reduzindo os custos de investimentos produtivos. Essa medida visava incentivar a criação de empregos. Além disso, houve uma diminuição nos impostos de importação para insumos e produtos do setor químico.

2.2.2.2 As ações voltadas à indústria em 2020

³⁰ Não foi o que vimos durante o governo, ainda que mensurássemos os impactos da Covid-19 e, em seguida, a guerra na Ucrânia. Conferir: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/sob-bolsonaro-precos-do-diesel-e-do-botijao-de-gas-dispararam.shtml>.

³¹ Preço de gás de cozinha dispara e botijão já é vendido a R\$ 160 (CNN, 2022). Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/preco-de-gas-de-cozinha-dispara-e-botijao-ja-e-vendido-a-r-160/>. Acesso em: 06 mar. 2024.

Figura 9 - Reforma tributária avança

Reforma tributária avança

A primeira etapa da Reforma Tributária proposta pelo governo foi apresentada em 21 de julho ao Congresso Nacional. Nessa etapa inicial está prevista a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) em substituição à atual cobrança das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins. A nova CBS, com alíquota de 12%, é uma nova forma de tributar o consumo, alinhada aos mais modernos modelos internacionais de Imposto de Valor Agregado (IVA)

Publicado em 21/07/2020 11h09 | Atualizado em 31/10/2022 15h08

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)

Fonte: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2020/reforma-tributaria-avanca>.

Naquele momento, segundo o Ministério da Economia, a primeira etapa da Reforma Tributária – que só veio ser aprovada no governo Lula III – proposta pelo governo foi apresentada ao Congresso em 21 de julho. A fase inicial previa a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), substituindo as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins. A nova CBS, com alíquota de 12%, representava uma abordagem mais moderna para tributar o consumo, alinhada aos modelos internacionais avançados de Imposto de Valor Agregado (IVA). A Reforma Tributária visava substituir o modelo existente, caracterizado por sua complexidade e custos elevados, abrindo caminho para a retomada do crescimento.

Figura 10 - Programa de aprendizagem 4.0

Programa de aprendizagem 4.0

Ministério da Economia e Senai lançaram em setembro (2020), o programa de aprendizagem 4.0 para formar futura mão de obra da indústria. Iniciativa foca na oferta de aprendizagem em um formato mais digital e ágil, reunindo competências técnicas requeridas pela Indústria 4.0, além de competências socioemocionais, fundamentais para o mundo do trabalho atual.

Publicado em 15/09/2020 11h09 | Atualizado em 31/10/2022 15h08

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2020/programa-de-aprendizagem-4.0>

Ao menos, em 2021, conseguimos identificar duas ações – uma direta, no caso desta e outra indireta, como mencionado anteriormente na Figura 11 – direcionada à indústria. Sobre esse programa de aprendizagem voltada à nova indústria 4.0, que estava de certa forma projetado em campanha, ao menos, mencionado. Foi lançado pelo Ministério da Economia e Senai em setembro de 2020. O Programa de Aprendizagem 4.0 visa formar a futura mão de obra da indústria, de acordo com o Ministério da Economia. Destinado a jovens de 14 a 24 anos, o programa foca em competências técnicas e socioemocionais necessárias para a Indústria 4.0, utilizando uma abordagem digital e ágil, combinando educação à distância e presencial nas áreas de Metalmeccânica e Tecnologia

da Informação. Após a conclusão, os participantes têm a oportunidade de continuar seus estudos no Senai, buscando uma carreira técnica ou de nível superior.

Figura 11- Medidas para reduzir impactos da pandemia nas micro e pequenas empresas

COVID-19

Governo anuncia medidas para reduzir efeitos do coronavírus nas micro e pequenas empresas

Secretário Carlos Da Costa diz que outras ações devem ser adotadas a partir de sugestões do setor empresarial

Publicado em 17/03/2020 12h02 | Atualizado em 31/10/2022 15h36

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [o](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/marco/governo-anuncia-medidas-para-reduzir-efeitos-do-coronavirus-nas-micro-e-pequenas-empresas>

Nesse mesmo ano, o Governo implementou medidas para mitigar os impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas. Entre elas, destacam-se o adiamento do recolhimento do Simples Nacional e a liberação de R\$ 5 bilhões pelo Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (PROGER)³². Outras medidas, dessa ação, incluiu o adiamento do pagamento do FGTS por três meses, simplificação das exigências para contratação e renegociação de crédito, além de facilitação do desembaraço de insumos e matérias-primas industriais importadas.

2.2.2.3 As ações voltadas à indústria em 2021

Figura 12 - Novo decreto amplia transparência de medidas compensatórias

Novo decreto amplia transparência de medidas compensatórias

Legislação busca neutralizar danos causados à indústria nacional por práticas desleais de comércio e foi amplamente debatida com o setor produtivo

Publicado em 19/10/2021 10h02 | Atualizado em 31/10/2022 15h04

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [o](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2021/novo-decreto-amplia-transparencia-de-medidas-compensatorias>

Outra medida de proteção à indústria nacional, foi com o Decreto nº 10.839/2021, que foi promulgado para aprimorar a transparência, previsibilidade e segurança jurídica

³² O PROGER é um conjunto de linhas de financiamento voltado para empreendimentos de menor porte em diversos setores, como turismo, exportação e inovação tecnológica, visando combater o desemprego e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, incluindo a agricultura familiar.

das investigações de subsídios e medidas compensatórias. Segundo o Ministério da Economia, isso foi resultado de um amplo debate com o setor produtivo. Essa legislação foi fundamental para os esforços do Brasil em neutralizar danos causados por práticas desleais de comércio à indústria nacional, alerta a pasta de Paulo Guedes.

Figura 13 - Brasil reforça importância da parceria estratégica com os EUA

Brasil reforça importância da parceria estratégica com os EUA

Secretário Roberto Fendt destaca como medida fundamental a necessidade de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE)

Publicado em 14/10/2021 09h01 | Atualizado em 31/10/2022 15h07

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/outubro/secretario-roberto-fendt-tem-encontro-com-o-vice-secretario-de-comercio-dos-eua-don-graves-em-washington>

Segundo o governo Bolsonaro, o Brasil reforçou seu interesse estratégico no Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos para fortalecer as relações entre governo e empresas dos dois países. Durante a Reunião Preparatória Conjunta (JPM), o secretário especial destacou discussões frutíferas, preparando o terreno para a próxima reunião plenária em fevereiro de 2022 nos Estados Unidos. No Diálogo Comercial, ressaltou-se o valor do trabalho técnico conjunto, sendo considerado um mecanismo útil para abordar as prioridades de comércio, indústrias e investimento entre os dois países. O avanço desses temas é visto como essencial para pavimentar o caminho para um futuro acordo comercial abrangente entre Brasil e Estados Unidos.

Figura 14 - Assegurada isenção de Imposto de Importação para sete tipos de vacinas

Assegurada isenção de Imposto de Importação para sete tipos de vacinas

O governo federal decide manter a isenção de cobrança do Imposto de Importação para 11 produtos, incluindo sete tipos de vacinas, braçadeiras para aparelhos medidores de pressão, insumos industriais e chapas para fabricação de oleodutos e gasodutos. A medida foi aprovada pelo Comitê-Executivo de Gestão (Geceex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia e tem validade de um ano

Publicado em 14/09/2021 10h30 | Atualizado em 31/10/2022 15h04

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/area-economica/acoes-2021/assegurada-isencao-de-imposto-de-importacao-para-sete-tipos-de-vacinas>

Em 2022, o governo federal decidiu prorrogar a isenção do Imposto de Importação por um ano para 11 produtos, incluindo sete tipos de vacinas, braçadeiras para aparelhos medidores de pressão, insumos industriais e chapas para oleodutos e gasodutos. A medida, aprovada pelo Gecex da Camex, baseou-se na Resolução Grupo Mercado Comum nº 49/19 do Mercosul, por razões de abastecimento. A isenção beneficiou 112 milhões de doses de vacinas contra diferentes doenças, contribuindo para a redução de custos de importação no Brasil.

Figura 15 - Atualização de regra de tributação para setor aeronáutico

Ministério da Economia

O que você procura?

[Acesso à Informação](#) >
 [Ações e Programas](#) >
 [Principais Ações na Área Econômica](#) >
 [Ações 2021](#) >
 Atualização de regra de tributação para setor aeronáutico

Atualização de regra de tributação para setor aeronáutico

Trata-se de regime especial de importação comum aos Estados-Partes do Mercosul, implementado para isentar o setor aeronáutico da cobrança do Imposto de Importação em aeronaves e aparelhos de treinamento de voo, bem como suas partes e insumos utilizados na fabricação, reparação, manutenção, transformação, modificação ou industrialização desses bens

Publicado em 01/09/2021 11h02 | Atualizado em 31/10/2022 15h04

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2021/atualizacao-de-regra-de-tributacao-para-setor-aeronautic>

O Gecex da Camex do Ministério da Economia aprovou a internalização de uma Resolução do GMC que atualiza a Regra de Tributação da Tarifa Externa Comum para o Setor Aeronáutico, implementada em 1994. Essa medida, um regime especial de importação para os Estados-Partes do Mercosul, isenta o setor aeronáutico do Imposto de Importação em aeronaves, aparelhos de treinamento de voo e seus componentes. A aprovação, disse o governo, tinha como intuito reduzir a tarifa para 19 novos códigos da NCM, totalizando 887 códigos, visando aprimorar a competitividade do setor aéreo, impactado pela pandemia da Covid-19.

Figura 16 - Parceria com CNI fortalece apoio ao setor produtivo

Parceria com CNI fortalece apoio ao setor produtivo

Ministério da Economia e a Confederação Nacional da Indústria assinam Memorando de Entendimento que visa simplificar o acesso ao crédito para investimentos, giro e operação industrial

Publicado em 13/08/2021 10h15 | Atualizado em 31/10/2022 15h04

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2021/parceria-com-cni-fortalece-apoio-ao-setor-produtivo>

O Ministério da Economia e a CNI firmam um Memorando de Entendimento para simplificar o acesso ao crédito para investimentos, giro e operação industrial. A iniciativa visava aumentar a produtividade, sustentabilidade e competitividade da indústria brasileira, proporcionando às empresas maior chance de aprovação de financiamentos e inclusão financeira. A parceria inclui ações conjuntas através da Rede NAC-CNI nos estados, fortalecendo a indústria, impulsionando a produtividade e competitividade empresarial, e promovendo a geração de emprego e renda.

Figura 17 - Facilitação dos negócios

Facilitação de negócios

Agenda de **facilitação** de negócios e desburocratização avança e ganha reforços a cada dia. Foram eliminadas exigências que se tornaram desnecessárias de licenças de importação automáticas e não automáticas para diversos produtos. Essas licenças geravam uma burocracia adicional desnecessária ao operador de comércio exterior, além de instituir uma incerteza no processo de importação. Em 2019, essas licenças representaram 52% de todo o estoque de licenças emitidas pela SECEX e aproveitadas em operações efetivas durante o período, atingindo um volume de importações ao redor de US\$10 bilhões.

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/imagens/balanco-2-anos.pdf>

Uma medida direcionada em 2021 foi a agenda de facilitação de negócios e desburocratização, que reverberou e teve recepção entre os “gamers” brasileiros, explicitado na Figura 12. Segundo o balanço do Ministério da Economia, ela progrediu, eliminando exigências desnecessárias de licenças de importação automática e não automática para vários produtos. Essas mudanças, implementadas ao longo de 2020, representaram 52% do estoque total de licenças emitidas pela SECEX em 2019, atingindo cerca de US\$10 bilhões em importações. A revisão resultou na retirada das licenças, promovendo previsibilidade, desburocratização e uma economia anual de mais de R\$ 50 milhões em taxas para os importadores. Além disso, medidas anteriores simplificaram a abertura de pequenos negócios, dispensaram MEIs de atos públicos de liberação e reduziram a alíquota do IPI para videogames. A MP nº 899 facilitou a negociação de 305.710 débitos, beneficiando cerca de 100.000 contribuintes e transacionando R\$ 33,6 bilhões, com a expectativa de alcançar R\$ 50 bilhões até o final de 2020.

2.2.2.4 As ações voltadas à indústria em 2022

Figura 18 - Reunião do Conselho de Administração da Suframa aprova R\$ 1,38 bilhão em investimentos

Reunião do Conselho de Administração da Suframa aprova R\$ 1,38 bilhão em investimentos

Pauta com 40 projetos industriais e de serviços tem expectativa de geração de 1.589 empregos ao longo dos próximos três anos

Publicado em 20/10/2022 08h01 | Atualizado em 05/12/2022 08h35

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2022/reuniao-do-conselho-de-administracao-da-suframa-aprova-r-1-38-bilhao-em-investimentos>

Durante sua 306ª Reunião Ordinária, o CAS da Suframa aprovou uma pauta com 40 projetos industriais e de serviços, representando R\$ 1,38 bilhão em novos investimentos para a Zona Franca de Manaus (ZFM) e a criação de 1.589 empregos nos próximos três anos. Presidida por Alexandre Ywata, do Ministério da Economia, essa aprovação eleva para 177 o total de projetos aprovados em cinco reuniões no ano, com estimativa de investimentos de aproximadamente R\$ 5,6 bilhões e a geração de mais de 7,2 mil empregos na região nos próximos anos.

Figura 19 - Gecex reduz tarifas de importação de insumos industriais

Gecex reduz tarifas de importação de insumos industriais

Medida inclui itens como glifosato e resinas plásticas na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul

Publicado em 03/08/2022 08h30 | Atualizado em 21/11/2022 15h23

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2022/gecex-reduz-tarifas-de-importacao-de-insumos-industriais>

Assim como em 2021, o Gecex da Camex aprovou a redução do Imposto de Importação para insumos industriais, como glifosato e resinas plásticas, incluindo-os na Letec. A decisão visava enfrentar problemas de abastecimento e aumentos de custos em diferentes cadeias produtivas, buscando melhorar a eficiência alocativa de recursos e promover ganhos de competitividade em vários setores industriais.

Figura 20 - Novo decreto do IPI traz segurança jurídica ao setor produtivo

Novo decreto do IPI traz segurança jurídica ao setor produtivo

Medida reforça desoneração de 35% para a maioria dos produtos industrializados, reduz IPI de automóveis e preserva a produção da Zona Franca de Manaus

Publicado em 30/07/2022 08h01 | Atualizado em 16/11/2022 14h30

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2022/novo-decreto-do-ipi-traz-seguranca-juridica-ao-setor-produtivo>.

Segundo o governo, o Decreto nº 11.158, publicado em 29 de julho de 2022, buscou viabilizar a redução de 35% no IPI para a maioria dos produtos fabricados no Brasil, atendendo a uma decisão judicial (ADI 7153) que visava preservar a competitividade dos produtos da Zona Franca de Manaus (ZFM). O decreto esclarece a aplicação correta do IPI sobre o faturamento de produtos industrializados, garantindo segurança jurídica e avanço nas medidas de desoneração tributária. De acordo com o governo, o decreto também oferece tratamento específico para preservar a produção da ZFM, considerando os Processos Produtivos Básicos, e proporcionando uma redução adicional do IPI de 18% para 24,75% para automóveis, equiparando-o à redução concedida a outros produtos industrializados.

Figura 21 - Ministério da Economia e PNUD lançam projeto para apoiar ambiente de negócios do audiovisual

Ministério da Economia e PNUD lançam projeto para apoiar ambiente de negócios do audiovisual

Publicação traz panorama sobre como os municípios podem estabelecer políticas públicas de produção audiovisual, favorecendo a indústria, a economia e o turismo

Publicado em 24/06/2022 08h01 | Atualizado em 03/11/2022 16h11

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2022/ministerio-da-economia-e-pnud-lancam-projeto-para-apoiar-ambiente-de-negocios-do-audiovisual>

Dentre outras medidas, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia lançou o Roteiro para Implementação de *Film Commissions* em parceria com o PNUD³³, visando aprimorar o ambiente de negócios na indústria audiovisual. De acordo com o governo, a iniciativa abrange o potencial de oito localidades, inicialmente projetadas para cinco, incluindo Chapada dos Veadeiros, Paraty,

³³ Sigla que representa o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Salvador, Curitiba, Fortaleza, Belém e regiões de Santa Catarina. A indústria audiovisual gerou R\$ 26,7 bilhões de renda à economia brasileira em 2018, superando setores como farmacêutico, eletrônicos e têxtil. Este setor, parte da economia criativa, contribui com 2,64% do PIB e emprega formalmente 850 mil profissionais criativos no Brasil.

Figura 22 - Receita Federal retoma análise dos pedidos de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados

Receita Federal retoma análise dos pedidos de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados

Normativo regulamenta a aplicação de isenções do IPI para a compra de veículos PCD, que só podem ser adquiridos por pessoas com deficiência física, auditiva, mental, visual ou transtorno do espectro autista

Publicado em 11/05/2022 14h25 | Atualizado em 28/06/2022 14h38

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2022/receita-federal-retoma-analise-dos-pedidos-de-isencao-do-imposto-sobre-produtos-industrializados>

Um outro medida em relação à indústria, foi a instrução Normativa RFB nº 2.081/2022. que regulamenta as isenções do IPI na compra de veículos para pessoas com deficiência (PCD). Segundo o Ministério da Economia, as novas regras permitiram retomar as análises de pedidos em estoque, suspensos desde janeiro. Destacava-se o aumento do limite de valor do veículo, que foi de 140 mil R\$ a R\$ 200 mil, e a inclusão de pessoas com deficiência auditiva como beneficiárias da isenção fiscal.

Figura 23 - Novo corte do IPI amplia competitividade e deixa produtos mais baratos

Novo corte do IPI amplia competitividade e deixa produtos mais baratos

Medida visa estimular a competitividade da indústria, o barateamento das mercadorias para a população e o consumo

Publicado em 29/04/2022 08h15 | Atualizado em 16/05/2022 14h36

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)

Fonte: Ministério da Economia (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2022/novo-corte-do-ipi-amplia-competitividade-e-deixa-produtos-mais-baratos>

O Decreto nº 11.055, publicado, ampliou a redução do IPI para 35%, comparado com a redução anterior de 25% no Decreto nº 10.979 de fevereiro de 2022. A medida visa impulsionar a competitividade industrial, reduzir os preços para os consumidores e estimular o consumo, beneficiando especialmente produtos da "linha branca" como geladeiras e máquinas de lavar. A secretária especial de Produtividade e Competitividade, Daniella Marques, destacou que essa iniciativa tinha potencialidade de gerar um impacto

significativo nos investimentos, estimado em R\$ 534 bilhões nos próximos 15 anos, atingindo mais de 300 mil empresas no setor industrial, conforme projeções do Ministério da Economia.

Neste segundo capítulo, examinamos a natureza do governo de Jair Bolsonaro, considerando uma ampla gama de conceitos como pré-bonapartismo, bonapartismo, autoritarismo, fascismo, neofascismo e protofascismo. Diante da diversidade de categorias pelas quais o governo de Jair Bolsonaro tem sido rotulado, é crucial compreender sua orientação política. Além disso, neste capítulo, abordamos a política industrial adotada pelo governo de Jair Bolsonaro, visando analisá-la à luz dos fenômenos do neoliberalismo e da desindustrialização.

Portanto, no terceiro capítulo, procedemos com uma descrição e análise tanto do neoliberalismo quanto da desindustrialização. O neoliberalismo, como primeiro fenômeno abordado, tem sido objeto de intenso debate em várias correntes teóricas. Quanto ao segundo fenômeno, a desindustrialização, suspeitamos inicialmente que seja um processo exacerbado pelo neoliberalismo, conforme evidenciado por diversos indicadores econômicos e pela diminuição da contribuição para o Produto Interno Bruto nacional.

2.3 Neoliberalismo no Brasil

2.4 A desindustrialização brasileira

A desindustrialização no Brasil é um fenômeno complexo e preocupante que vem impactando negativamente a economia do país. Ao longo das últimas décadas, observou-se uma queda significativa na participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB), acompanhada por um processo de retração do parque industrial e de perda de competitividade. Diversos fatores têm contribuído para esse cenário, incluindo a abertura comercial desregulamentada, a valorização cambial, a falta de investimentos em inovação e infraestrutura, além de uma carga tributária regressiva que incide principalmente sob o consumo das camadas populares. Este fenômeno tem consequências socioeconômicas graves, como o aumento do desemprego, a redução da renda e a dependência de produtos importados. Com isso, ela compromete a capacidade do país de promover o desenvolvimento tecnológico, a diversificação produtiva e a geração de valor agregado, afetando negativamente a longo prazo a sustentabilidade econômica.

Para entender este processo, Cano (2011) e Moura e Guedes (2023) avaliam que uma questão relevante é a persistente desindustrialização que o Brasil enfrenta desde aproximadamente o final da década de 1980 até a de 1990. O setor manufatureiro, especialmente a indústria de transformação, tem perdido significância no cenário produtivo nacional, tanto em relação à contribuição para o PIB quanto na configuração do mercado de trabalho e nas exportações. Moura e Guedes (2023) falam que de 1988 a 2022, a participação do setor manufatureiro no PIB e nas exportações diminuiu de 29,97% para 11% e de 53,66% para 25%, respectivamente. Além disso, em termos de participação no emprego total no país, o setor manufatureiro reduziu de 20,6% em 1995 para 11% em 2020, por exemplo.

Segundo Cano (2011), a desindustrialização precoce e prejudicial no Brasil é impulsionada por diversos fatores que sintetizamos a seguir, a saber:

1) A política cambial pós-Plano Real, com câmbio excessivamente valorizado ancorado por juros altos, levando à perda de competitividade da indústria nacional no cenário internacional;

2) A abertura desregrada desde 1989, que reduz a proteção da indústria nacional, diminuindo tarifas e mecanismos protecionistas, agravando o efeito do câmbio valorizado;

3) A alta taxa de juros que desestimula o investimento, tornando os empresários relutantes, afetando a modernização da indústria e sua capacidade de concorrência;

4) O investimento estrangeiro, que cresceu em números absolutos, em que teve uma mudança estrutural desfavorável, concentrando-se menos na indústria, impactando negativamente os setores produtivos nacionais;

5) A desaceleração da economia mundial desde 2007, especialmente nos EUA e União Europeia, prejudicando as exportações brasileiras e afeta negativamente o crescimento econômico;

6) O aumento das importações da China, a busca por trabalho mais barato e uma política agressiva no mercado internacional, também impactam negativamente a indústria brasileira, levando a uma perda de posição relativa no cenário global.

Segundo Cano (2011), esses fatores resultam em uma queda significativa na participação da indústria brasileira na produção mundial, a reprimarização da pauta exportadora, e um desequilíbrio nas contas externas, com déficits em serviços e rendas.

A política macroeconômica, com câmbio desvalorizado e juros altos, a saber, contribui para a vulnerabilidade externa do país. O investimento interno é inibido, levando a uma saída expressiva de capitais brasileiros para o exterior. Essa conjuntura indica a necessidade de reformas estruturais para reverter o quadro e estimular a competitividade e o crescimento da indústria nacional.

Para Carmo (2023, p. 152), há diversas interpretações acadêmicas sobre a desindustrialização brasileira, com diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Uma dessas interpretações é a "novo-desenvolvimentista", que atribui a desindustrialização à combinação de fatores como abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbio apreciado, defendendo a retomada de mecanismos de neutralização industrial para reversão do processo. Por outro lado, existem os "economistas ortodoxos"³⁴, que argumentam que as reformas neoliberais não tiveram impacto negativo na indústria, destacando a modernização do parque industrial por meio da importação de equipamentos avançados. Para eles, “a saída política apontada é a abertura comercial e o aprofundamento de reformas no Estado, no sentido de redução de seu papel na economia, para promover uma maior competitividade”. Já os neoschumpeterianos, entrelaçam elementos estruturalistas com foco em inovação e tecnologia, defendendo políticas industriais e de inovação ativas. Por fim, a abordagem histórico-estrutural, influenciada pela CEPAL e pela Escola de Campinas, analisa o desenvolvimento brasileiro como dependente, criticando as políticas neoliberais e enfatizando a importância do contexto social, econômico e cultural nas transformações econômicas.

Nesse sentido, explica Carmo (2023), a desindustrialização brasileira, iniciada nos anos 80, é atribuída a fatores como a sobreapreciação cambial, estagnação econômica e liberação comercial dos anos 90. Alguns veem a desindustrialização como parte de um processo natural de reestruturação econômica, enquanto outros a associam à "doença holandesa"³⁵, marcada pela valorização cambial decorrente das exportações de commodities. O processo de desindustrialização entre outras coisas, é influenciado por fatores internos, como mudanças na relação entre a demanda por produtos industriais e serviços, e externos, como integração comercial e produtiva.

³⁴ Que partem da corrente neoliberal.

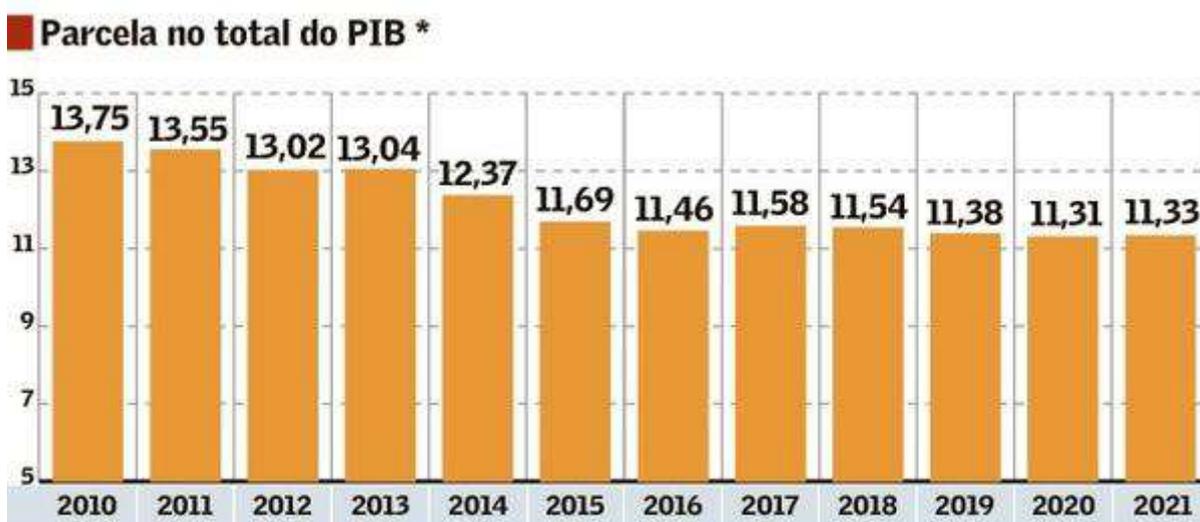
³⁵ De modo geral, doença holandesa é um conceito que indica que economias com vantagens competitivas em recursos naturais sofrem impactos adversos devido aos elevados preços internacionais das commodities, o que resulta na valorização da taxa de câmbio real.

Os estudos sobre a desindustrialização no Brasil, de acordo com Carmo (2023), revelam interpretações divergentes quanto ao seu início e às suas causas. Enquanto alguns pesquisadores atribuem o início desse processo à abertura comercial dos anos 1990, outros remontam suas origens aos baixos investimentos na economia brasileira nas décadas anteriores. Esses estudos apontam uma série de fatores inter-relacionados, como o fraco desempenho da indústria global, a integração de países orientais à economia mundial e a tendência secular de perda de peso da indústria em relação aos serviços. Destacam-se, por ora, a influência de políticas macroeconômicas, como a política cambial, a abertura comercial e as altas taxas de juros, que contribuíram para a desaceleração da indústria. Essa desindustrialização tem sido associada, sobretudo, à perda de dinamismo econômico, à queda na participação da indústria no PIB e ao enfraquecimento dos investimentos e da produtividade industrial.

Recentes análises reforçam a continuidade desse processo, evidenciado pela saída de grandes multinacionais do país, pelo fechamento de fábricas e pela diminuição do número de estabelecimentos industriais. A falta de políticas públicas orientadas para a produção e o alto desemprego são consequências desse cenário. A ausência de uma estratégia coordenada do Estado tem sido apontada como um dos principais fatores para o agravamento da desindustrialização. Para reverter esse quadro, alguns estudiosos sugerem a necessidade de medidas que promovam um ambiente macroeconômico mais favorável à produção, políticas de competitividade e inovação, além do estímulo à cultura empresarial e ao intercâmbio entre universidades e empresas (Carmo, 2023).

Para entender este processo, vamos observar os gráficos a seguir.

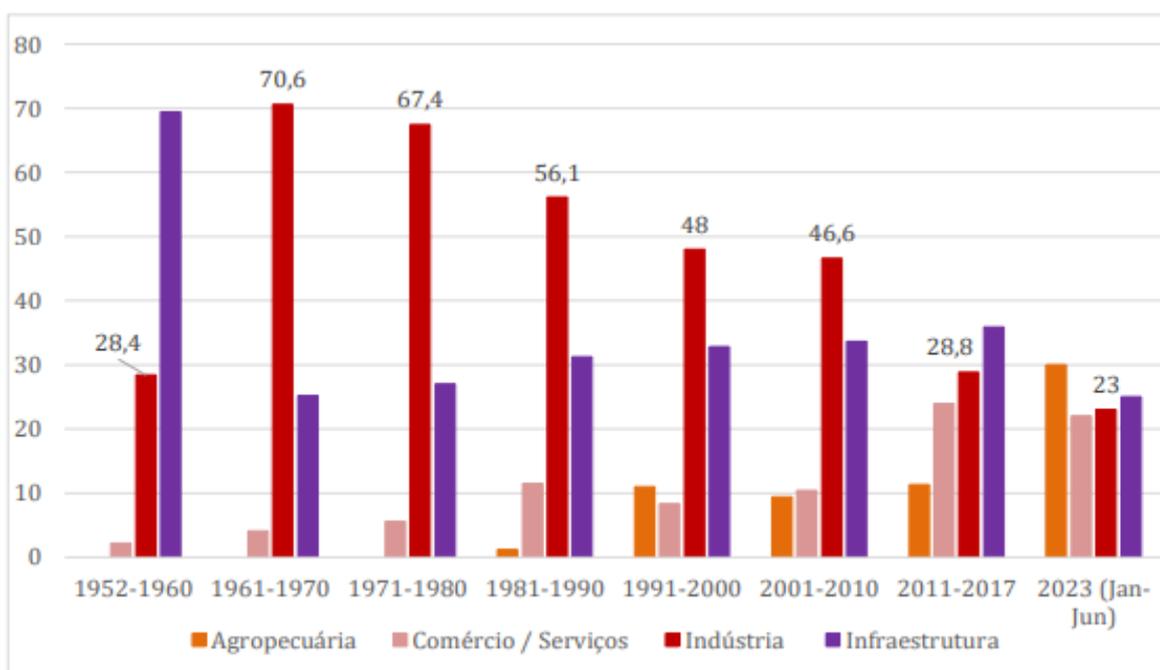
Gráfico 3- Fatia no PIB da Indústria da Transformação



Fonte: Cálculos de Paulo Morceiro (USP) com base em dados de Contas Nacionais. *a preços constantes, ou seja deflacionados

Fonte: Valor (2024). Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/03/16/setor-deve-seguir-encolhendo-no-pais-nos-proximos-anos.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Gráfico 4 - Composição Setorial (%) dos Desembolsos Financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), períodos selecionados



Fonte: BNDES, 2023 apud Moura e Guedes (2023). Disponível em: <http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio-10.pdf#page=24>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Como podemos ver no Gráfico 3, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil vem enfrentando uma queda significativa nas últimas décadas, ou seja, não é um fenômeno recente. Este declínio, como apresentamos com Cano (2011), é atribuído a diversos fatores, como a desindustrialização, a falta de

investimentos em inovação e tecnologia, a alta carga tributária e a falta de competitividade. A diminuição da contribuição da indústria de transformação reflete, entre outras coisas, a mudança estrutural da economia brasileira, que tem se voltado mais para setores de serviços e agronegócio, como no Gráfico 4. Essa transformação tem impactos diretos na geração de empregos e na capacidade de agregar valor aos produtos nacionais, tornando essencial o desenvolvimento de políticas que visem revitalizar e fortalecer a indústria no país.

Analisemos os anos de gestão (2019-2022) de Jair Bolsonaro. Observemos o Gráfico 5 a seguir, de 2019.

Gráfico 5 - Produção industrial 2019 (acumulada no ano %)



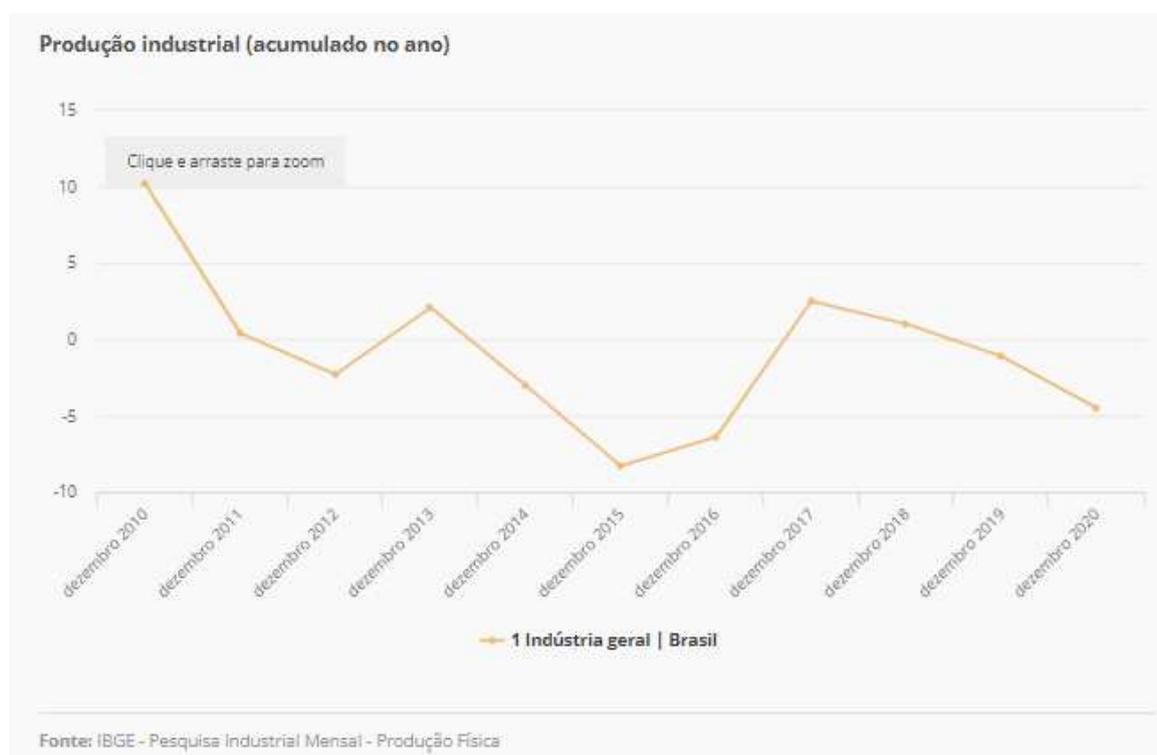
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física

Fonte: **IBGE** (2020). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26778-apos-dois-anos-de-alta-producao-industrial-fecha-2019-com-queda-de-1-1>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Em 2019, a produção nacional da indústria no Brasil declinou 1,1%, após dois anos consecutivos de crescimento. Embora as perdas tenham diminuído de -1,4% para -0,9% no segundo semestre, dezembro registrou quedas significativas tanto em relação a novembro (-0,7%) quanto a dezembro de 2018 (-1,2%). A Pesquisa Industrial Mensal

(PIM-PF) do IBGE revelou que bens de capital lideraram a redução, com queda de 8,8% em dezembro, a mais intensa desde maio de 2018. Veículos automotores, máquinas e equipamentos foram influências negativas notáveis. O setor de indústrias extrativas, impactado pelo minério de ferro, contribuiu para a queda de 1,2% em dezembro de 2019 em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar disso, o último trimestre do ano apresentou uma redução na intensidade das perdas, impulsionada por bens de consumo duráveis e semi e não duráveis (IBGE, 2020).

Gráfico 6 - Produção industrial de 2020 (acumulado no ano)

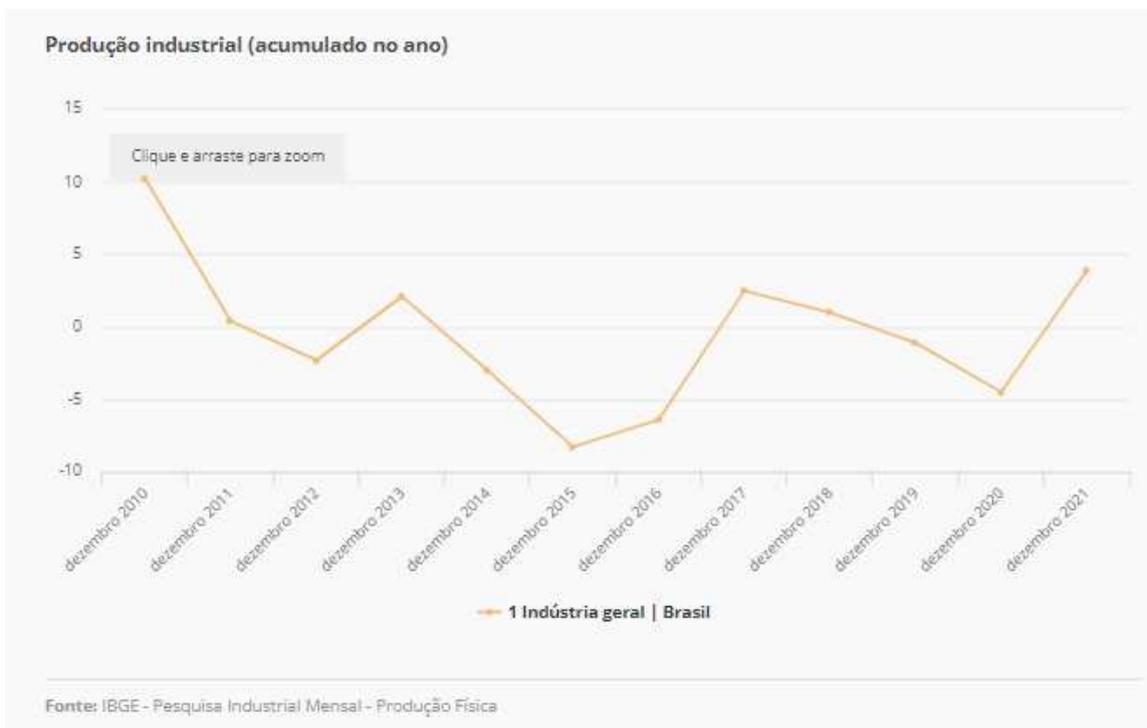


Fonte: IBGE (2021). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29976-industria-cresce-pelo-oitavo-mes-seguido-mas-fecha-2020-com-queda-de-4-5>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Como visto no Gráfico 6, em dezembro de 2020, a produção industrial brasileira cresceu 0,9%, marcando o oitavo mês consecutivo de avanço. Apesar do aumento acumulado de 41,8% desde março, a indústria fechou o ano com uma queda de 4,5%, a pior performance desde 2016. O último trimestre registrou um avanço de 3,4%, e comparado a fevereiro, antes da pandemia, a produção estava 3,4% acima. A categoria de veículos automotores liderou o crescimento, acumulando uma expansão notável de 1.308,1% em oito meses. Outros setores contribuíram positivamente, como metalurgia e indústrias extrativas. Entretanto, algumas atividades, como produtos alimentícios e bebidas, apresentaram queda. Categorias como bens de capital e bens de consumo

duráveis destacaram-se com crescimento de 2,4% em dezembro, mantendo uma expansão contínua nos últimos oito meses. No entanto, todas as grandes categorias tiveram declínio em 2020, com bens de consumo duráveis liderando com uma queda de 19,8% (IBGE, 2021).

Gráfico 7 - Produção industrial de 2021 (acumulado no ano)



Fonte: IBGE (2022). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32870-industria-avanca-2-9-em-dezembro-frente-a-novembro-e-fecha-2021-com-alta-de-3-9>. Acesso em: 05 fev. 2024.

Em 2021, como observado no Gráfico 7, a produção industrial no Brasil apresentou um crescimento de 2,9% de novembro para dezembro, após um mês de variação nula. Mesmo com esse avanço, o setor ainda se encontra 0,9% abaixo do nível pré-pandemia, em fevereiro de 2020, e 17,7% abaixo do recorde registrado em maio de 2011. No acumulado do ano, houve um ganho de 3,9%. Em comparação com dezembro do ano anterior, a produção industrial registrou uma queda de 5,0%, afetando três das quatro grandes categorias econômicas e 20 dos 26 ramos pesquisados. Os bens de consumo duráveis foram os mais impactados, com uma queda de 16,8%, enquanto os bens de capital foram a única categoria com alta, registrando 5,8% (IBGE, 2022).

Gráfico 8 - Produção industrial de 2022 (acumulado no ano)



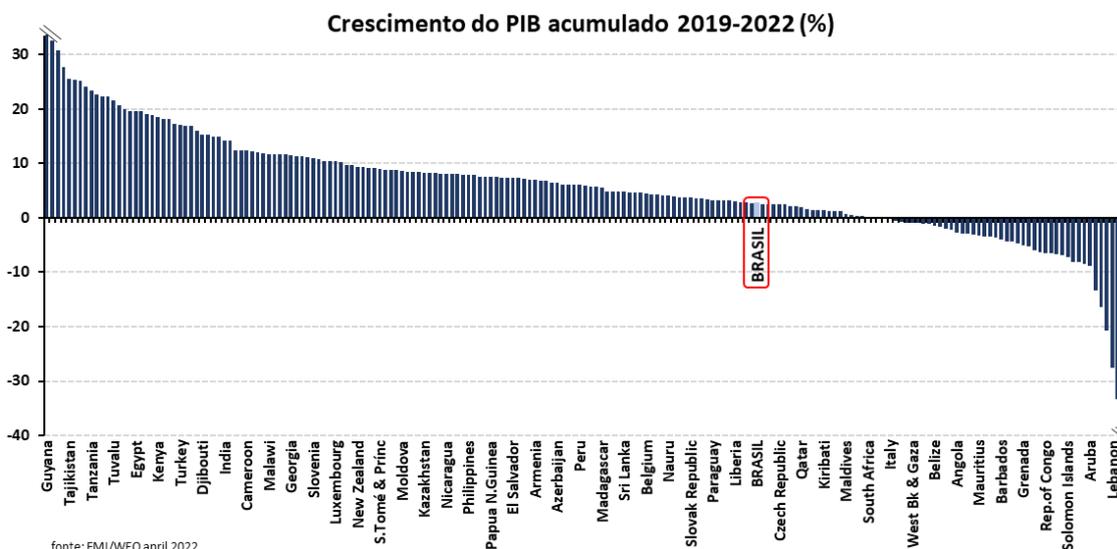
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física

Fonte: IBGE (2023). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36174-industria-registra-variacao-nula-em-dezembro-e-fecha-2022-com-queda-de-0-7>. Acesso em: 05 fev. 2024.

Conforme visto no Gráfico 8, a produção industrial brasileira registrou variação nula (0,0%) em dezembro de 2022, após dois meses consecutivos de taxas negativas. A indústria está 2,2% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 18,5% abaixo do nível recorde de maio de 2011. Na comparação com dezembro de 2021, houve uma queda de 1,3%, afetando principalmente as categorias de bens de consumo duráveis (-5,8%) e bens intermediários (-2,6%). As categorias de bens de consumo semi e não duráveis (3,1%) e bens de capital (0,9%) apresentaram avanços em relação ao mesmo período do ano anterior. É importante notar que dezembro de 2022 teve um dia útil a menos em comparação com dezembro de 2021 (IBGE, 2023).

Observamos, particularmente, o caso da economia brasileira comparada ao restante dos países sob a avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Gráfico 9 abaixo.

Gráfico 9 - Crescimento do PIB acumulado 2019-2022



Fonte: Carta Capital (2022). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-da-economia-contemporanea/entre-as-piores-do-mundo-um-balanco-da-economia-brasileira-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

Chernavsky (2022), do Observatório da Economia Contemporânea, dizia que apesar da revisão para cima em comparação com a edição anterior, o FMI previa um crescimento modesto de apenas 0,8% para o PIB brasileiro em 2022. Esta taxa, colocando o Brasil na 180ª posição entre 193 países, era uma das mais baixas do mundo. Mesmo ao considerar o período completo de quatro anos do governo Bolsonaro, o crescimento acumulado projetado de 2,6% fica abaixo da média mundial de 9,6%. A taxa anual média de 0,65% refletia a continuidade da estagnação econômica, apesar de fatores como termos de troca favoráveis e condições de financiamento externo vantajosas, bem como o impacto positivo do Auxílio Emergencial. Essa perspectiva contrasta com o desempenho mais robusto esperado em outras regiões.

Em 2022, o Brasil encerra o ano com crescimento do PIB em torno de 2,9% (Poder 360, 2023). A previsão era de 0,8% pelo FMI, como observado por Chernavsky (2022). Nesse ano, eleitoral, o governo de Jair Bolsonaro executa algumas ações, a exemplo da expansão dos auxílios (para famílias, taxistas e caminhoneiros) e a desoneração dos combustíveis, com a pretensão de garantir a reeleição. Tais medidas impulsionaram o consumo. Outras medidas, tais como antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas, além da liberação antecipada do FGTS, tiveram efeito direto na economia. Outro fator importante, não captado pelas projeções, foi a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), predominantemente impulsionada pelos serviços, especialmente aqueles relacionados ao turismo, lazer e eventos. Conforme dados do IBGE, os serviços foram

responsáveis por 83% do crescimento do PIB, registrando um aumento de 4,2% (Folha de Pernambuco, 2023).

Sobre essa expansão do PIB em 2022, Araújo (2023) diz que apesar da recuperação da atividade econômica no terceiro ano do governo, a crise persistia, refletindo-se em altas taxas de inflação e desemprego, além de elevada informalidade no mercado de trabalho. A desaprovação popular era evidente nas pesquisas de opinião, indicando a possibilidade de derrota eleitoral para o Presidente candidato à reeleição. Para enfrentar esses desafios, nos primeiros meses do último ano de mandato, o governo expandiu as políticas de transferência de renda, reformulando e aumentando o valor do Bolsa Família (renomeado como Auxílio Brasil) e desonerando os combustíveis para conter a inflação.

Nesse aspecto, o entendimento sobre caracterização do governo, sobre a desindustrialização, bem como o desempenho do crescimento econômico, fornece-nos pistas para interpretar os posicionamentos da FIESP diante das ações que impactam o setor industrial paulista, considerando o alinhamento do seu presidente até o final de 2021 com o governo.

CAPÍTULO 3. A AGENDA POLÍTICA ECONÔMICA DA FIESP: UMA ANÁLISE DE 2019 A 2022

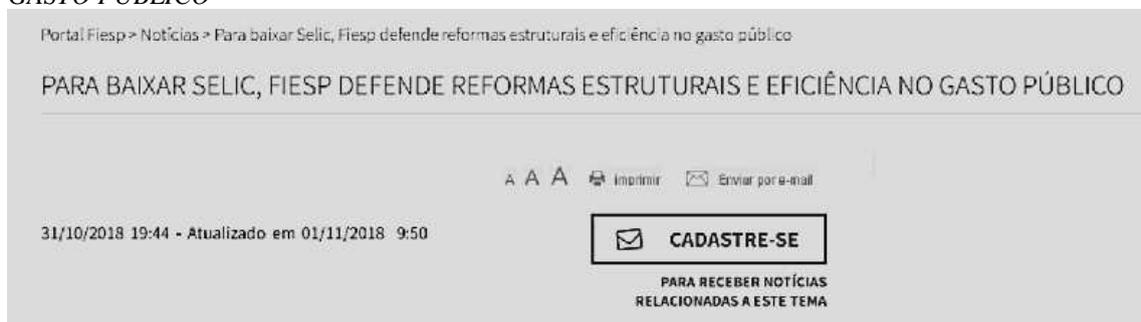
Neste terceiro capítulo, fizemos uma exposição e discussão das notas oficiais³⁶ da FIESP em relação às ações do Ministério da Economia que impactam a indústria e uma análise tanto do neoliberalismo quanto da desindustrialização.

3.1 Posições da FIESP sobre as ações da agenda econômica

Nesta etapa, tratamos das exposições e discussões acerca das notas oficiais da FIESP em relação às ações da pasta do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, na transição do governo Temer; em seguida, expusemos as notas direcionadas ao Ministério da Economia, comandada por Paulo Guedes, isto é, já sob a gestão da presidência de Jair Bolsonaro. Separamos as notas emitidas exclusivamente no site oficial da federação. Dividimos, adiante, o nosso *corpus* teórico da seguinte forma: de 2018 (após a vitória de Jair Bolsonaro-PSL contra Fernando Haddad-PT) até o fim do mandato, em dezembro 2022.

3.1.1 Notas pós-eleição de 2018

Figura 24 - PARA BAIXAR SELIC, FIESP DEFENDE REFORMAS ESTRUTURAIS E EFICIÊNCIA NO GASTO PÚBLICO



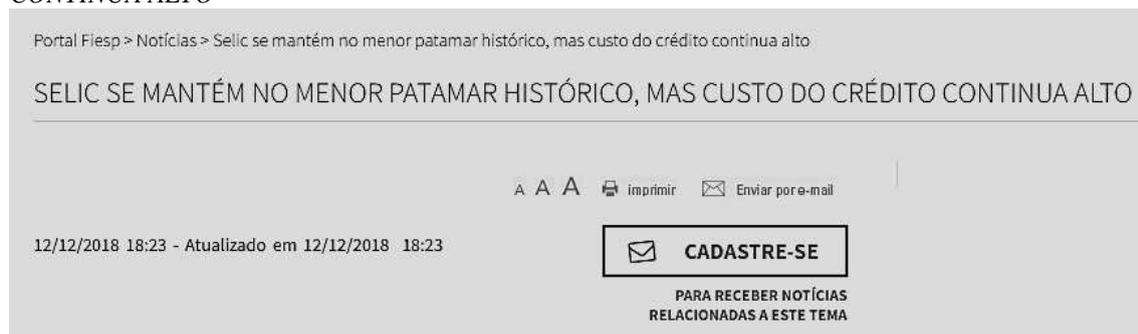
Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/para-baixar-selic-FIESP-defende-reformas-estruturais-e-eficiencia-no-gasto-publico/>

Logo após o segundo turno de 2018, na reunião de quarta-feira (31 de outubro), o Banco Central optou por manter a taxa Selic em 6,5% ao ano, como evidenciado na nota da FIESP na Figura 24. De acordo com a FIESP, seria necessário ter promovido com urgência as reformas estruturais, como a tributária e a previdenciária, além de ter melhorado a eficiência do gasto público, para que pudéssemos baixar ainda mais a taxa

³⁶ Na nossa análise de conteúdo, trabalhamos com um conjunto maior de notas, que dispusemos os links e os títulos das notas nos elementos pós-textuais.

de juros. Esse seria o caminho para a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos de que o Brasil tanto necessitava, afirmou a entidade. Tais investidas da federação soa estranho, ainda mais com o contingenciamento do gasto público com o Teto de Gastos, sendo o Estado, praticamente, o principal responsável por garantir a infraestrutura para a circulação das mercadorias, por exemplo.

Figura 25 - SELIC SE MANTÉM NO MENOR PATAMAR HISTÓRICO, MAS CUSTO DO CRÉDITO CONTINUA ALTO

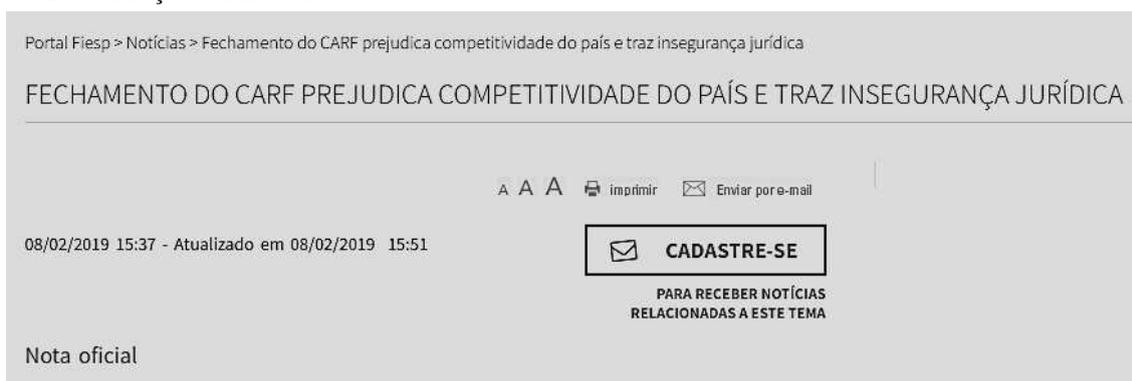


Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/selic-se-mantem-no-menor-patamar-historico-mas-custo-do-credito-continua-alto/>

Na Figura 25, em nota oficial, a preocupação com a taxa de juros reaparece. De acordo com a FIESP, o Banco Central manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano, o menor nível desde março de 2018, em sua reunião de 12 de dezembro. Apesar disso, diz a entidade, o custo do crédito teve uma pequena queda nesse período, mas aumentou em outubro, o último dado disponível. Há uma urgência em reduzir o custo do crédito para empresas e consumidores, visando impulsionar o crescimento econômico e a geração de empregos no Brasil, conforme destacado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Como pudemos notar, houve uma sequência de notas criticando a alta taxa de juros no governo Bolsonaro. É interessante que a alta taxa de juros privilegiava o segmento financeiro, no qual o próprio Paulo Guedes se credencia como banqueiro e especulador.

3.1.2 Notas durante o governo em 2019

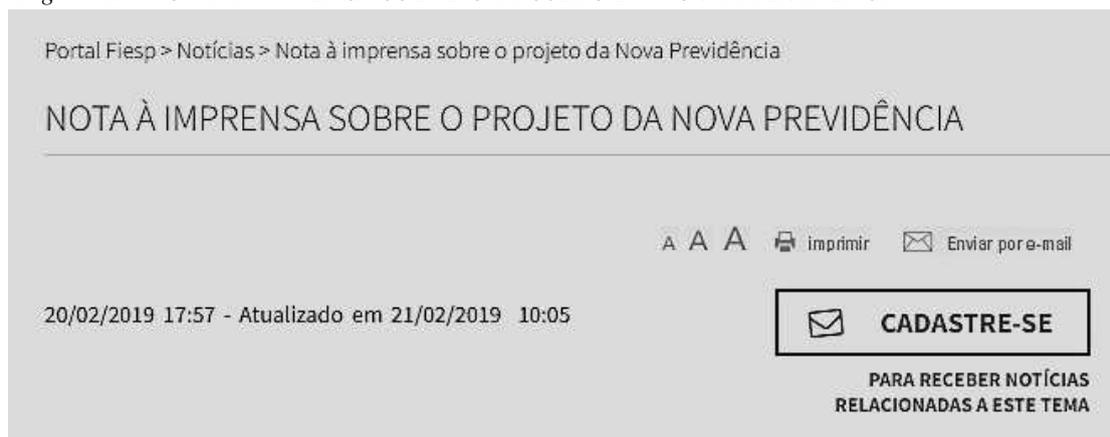
Figura 26 - FECHAMENTO DO CARF PREJUDICA COMPETITIVIDADE DO PAÍS E TRAZ INSEGURANÇA JURÍDICA



Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/fechamento-do-carf-prejudica-competitividade-do-pais-e-traz-inseguranca-juridica/>

Nesta nota, como expresso na Figura 26, a FIESP expressou preocupação e indignação diante da sugestão de fechamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) feita pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (SINDIFISCO NACIONAL) ao ministro da Economia, Paulo Guedes. A proposta visava aumentar a arrecadação tributária ao acelerar o processo administrativo de discussão de débitos. A FIESP ainda destacou a importância do CARF para garantir segurança jurídica aos contribuintes, permitindo a resolução imparcial de litígios tributários administrativos, o que reduziria a carga do Poder Judiciário. A entidade argumentou que a extinção do CARF poderia ter gerado insegurança jurídica, afastado investimentos e prejudicado a competitividade e a recuperação econômica do Brasil.

Figura 27 - NOTA À IMPRENSA SOBRE O PROJETO DA NOVA PREVIDÊNCIA



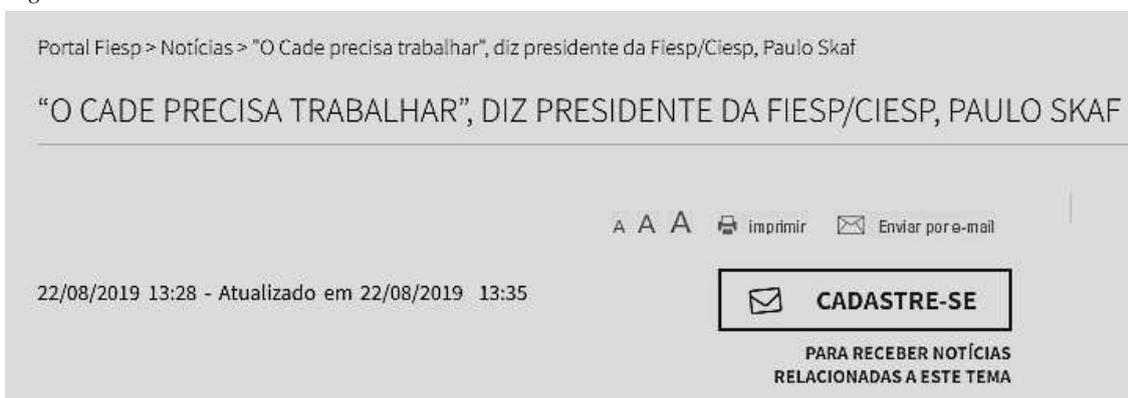
Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/nota-a-imprensa-sobre-o-projeto-da-nova-previdencia/>.

Na Figura 27, para a FIESP, a reforma da previdência era necessária para o Brasil, ao passo que o Governo Federal já dedicou, na época, 52% de seu gasto total para pagar aposentadorias e pensões. Se nada mudasse, em 15 anos, gastaria 100% do seu orçamento

com previdência, deixando sem recursos áreas como educação, saúde, segurança e infraestrutura, alega a entidade. Além disso, continua a entidade, o sistema atual era uma grande fábrica de privilégios e desigualdades.

A sugestão da entidade é que se poderia discutir detalhes do projeto, mas não havia como negar que a proposta, ao economizar mais de R\$ 1 trilhão em 10 anos, estabilizava o custo da previdência para o Tesouro Nacional. Ao mesmo tempo, com a adoção de parâmetros semelhantes entre os trabalhadores dos setores público e privado, criava um sistema mais justo para todo o povo brasileiro, segundo a FIESP. Só que, neste ponto, a entidade ignora o volume de recursos públicos transferidos ao segmento financeiro através do endividamento público.

Figura 28 - "O CADE PRECISA TRABALHAR"

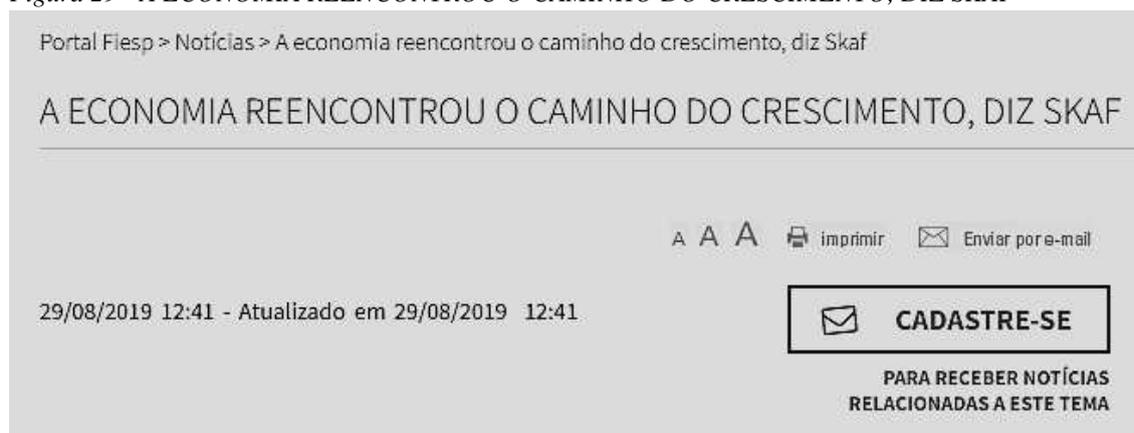


Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/o-cade-precisa-trabalhar-diz-skaf/>

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), responsável por garantir a livre concorrência no Brasil, enfrentava um impasse com quatro vagas de conselheiros em aberto desde julho. Com apenas três representantes com mandato em vigência, o órgão não podia realizar reuniões deliberativas, afetando a análise de fusões e aquisições. Essa situação, destacada pela FIESP, impedia investimentos e adiava a geração de empregos. A urgência do preenchimento das vagas era ressaltada pelo presidente da FIESP, Paulo Skaf, para que o Cade pudesse retomar suas atividades e garantir a movimentação econômica e a livre concorrência no Brasil.

A situação destacada pela FIESP em relação ao impasse no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) evidencia um problema que afeta a economia brasileira. A falta de quórum no órgão, devido às vagas de conselheiros em aberto, impacta diretamente a capacidade de análise de fusões e aquisições, gerando incertezas para os setores burgueses.

Figura 29 - A ECONOMIA REENCONTROU O CAMINHO DO CRESCIMENTO, DIZ SKAF



Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/a-economia-reencontrou-o-caminho-do-crescimento-diz-skaf/>

Nesta nota, por exemplo, a FIESP avalia que a alta de 0,4% no PIB do segundo trimestre, conforme medido pelo IBGE, foi uma excelente notícia para o país, indicando que a economia que reencontrou o caminho do crescimento, com projeção de revisão para cerca de 1% para o ano. O Indicador de Nível de Atividade (INA) da FIESP, divulgado recentemente, confirmou a retomada da atividade da indústria paulista, com um aumento de 2,1% em julho. Destaque para a indústria de transformação, que registrou o maior crescimento trimestral desde 2017, impulsionado por setores como produtos de metal, máquinas e equipamentos, produtos químicos, metalurgia e bebidas. A construção também se destacou com um aumento de 1,9%, após 20 trimestres consecutivos de queda. Embora as reformas estruturais em curso sejam fundamentais, o presidente da FIESP, Paulo Skaf, enfatizou a necessidade de medidas adicionais, como aumento do crédito, redução do *spread* bancário, privatizações e concessões, e retomada de obras paradas para acelerar a atividade econômica a curto prazo, visando o tão necessário crescimento e geração de empregos no Brasil.

Embora a FIESP apresente dados positivos sobre a recuperação econômica, há uma tendência dela em destacar apenas os aspectos favoráveis, negligenciando questões importantes como a fragilidade do crescimento – não foi à toa que o Brasil teve um dos piores desempenhos econômicos do mundo, como Chernavsky (2022) demonstrou -, a persistência de desafios estruturais e a falta de menção a possíveis impactos sociais e ambientais das medidas propostas. Além disso, a ênfase em soluções de curto prazo, como o aumento do crédito e privatizações, sem abordar questões mais profundas de desigualdade e sustentabilidade, limita a perspectiva de uma recuperação econômica inclusiva e sustentável.

Figura 30 - APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É VITÓRIA DO BRASIL, DIZ SKAF

Portal Fiesp > Notícias > Aprovação da reforma da Previdência é vitória do Brasil, diz Skaf

APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É VITÓRIA DO BRASIL, DIZ SKAF

A A A  imprimir  Enviar por e-mail

23/10/2019 11:36 - Atualizado em 30/10/2019 12:51

 **CADASTRE-SE**

PARA RECEBER NOTÍCIAS
RELACIONADAS A ESTE TEMA

Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/aprovacao-da-reforma-da-previdencia-e-vitoria-do-brasil-diz-skaf/>

Segundo a FIESP, o Congresso Nacional escreveu uma das mais importantes páginas de sua história com a conclusão da votação da reforma da Previdência pelo Senado. Essa vitória era do Brasil, garantindo que o país conseguiria manter as contas públicas sob controle ao economizar R\$ 800 bilhões na próxima década. A aprovação da reforma, com amplo apoio de deputados e senadores, abriu caminho para um período de menos incertezas e mais investimentos, além da geração de emprego e renda no Brasil. Essa conquista era para o Governo Federal, para o Parlamento, mas, sobretudo, para a Nação brasileira, conforme destacado por Paulo Skaf, presidente da FIESP e do Ciesp. Nisso, a FIESP ignora o que já comentamos na Figura 27.

Figura 31 - Caminho Certo

Portal Fiesp > Notícias > Caminho certo

CAMINHO CERTO

A A A  imprimir  Enviar por e-mail

06/11/2019 11:06 - Atualizado em 06/11/2019 13:16

 **CADASTRE-SE**

PARA RECEBER NOTÍCIAS
RELACIONADAS A ESTE TEMA

Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/caminho-certo/>

Logo em seguida, após anúncio de medidas “desburocratizantes pelo governo”³⁷, a FIESP vem a público a afirmar que as ações visavam consolidar uma nova política fiscal responsável e sustentável para garantir a solvência do setor público a médio e longo prazos, impulsionando o crescimento sustentado e a geração de empregos no Brasil. Entre as medidas, surge a PEC emergencial, que introduziu ajustes automáticos para evitar endividamentos governamentais em gastos correntes; já a segunda PEC propôs um novo pacto federativo, redistribuindo R\$ 400 bilhões em 15 anos para estados e municípios; por fim, a terceira PEC sugeriu a utilização de R\$ 220 bilhões em Fundos públicos para abater a dívida pública, sendo elogiada por Paulo Skaf, presidente da FIESP.

Figura 32 - PIB DEVE CRESCER 1,2% NO ANO, ESTIMA FIESP

Portal Fiesp > Notícias > PIB deve crescer 1,2% no ano, estima Fiesp

PIB DEVE CRESCER 1,2% NO ANO, ESTIMA FIESP

A A A imprimir Enviar por e-mail

03/12/2019 16:02 - Atualizado em 04/12/2019 15:25

CADASTRE-SE

PARA RECEBER NOTÍCIAS
RELACIONADAS A ESTE TEMA

Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/pib-deve-crescer-12-no-ano-estima-FIESP/>

Por último, nesse ano, a FIESP se animou com as projeções em relação ao crescimento do PIB em 2019. O resultado do PIB divulgado em 3 de dezembro pelo IBGE, referente ao terceiro trimestre, registrou crescimento de 0,6% em comparação com o trimestre anterior. Desde julho, a FIESP vinha apontando para a retomada da economia, e o bom desempenho do PIB no terceiro trimestre estava em linha com essa dinâmica, indicando melhora contínua no nível de atividade no segundo semestre. Com esses resultados, a expectativa de crescimento do PIB para 2019 passou a ser de 1,2%, e para 2020, de 2,5% a 3%. A FIESP reafirmou sua confiança na política econômica de equilíbrio das contas públicas, maior liberdade da economia e redução de juros, conforme destacado por Paulo Skaf, presidente da FIESP e do Ciesp. Como mencionamos na Figura 29, a federação paulista ignora a frágil recuperação econômica brasileira diante do cenário

³⁷ Conferir: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/05/governo-anuncia-nesta-terca-medidas-para-mudar-pacto-federativo-e-regras-fiscais.ghtml>

mundial. Pior, em nenhum momento menciona o processo de desindustrialização intensificado no governo Bolsonaro/Guedes.

3.1.3 Notas durante o governo em 2020

Se em 2019 a FIESP foi bem atuante, em que conseguimos identificar 18 notas oficiais em relação às ações direcionadas à economia do governo de Jair Bolsonaro, em 2020, o número de notas caiu para 8. No mais, logo abaixo, deixamos algumas delas para expor como a federação paulista se posicionou diante de algumas medidas da pasta de economia.

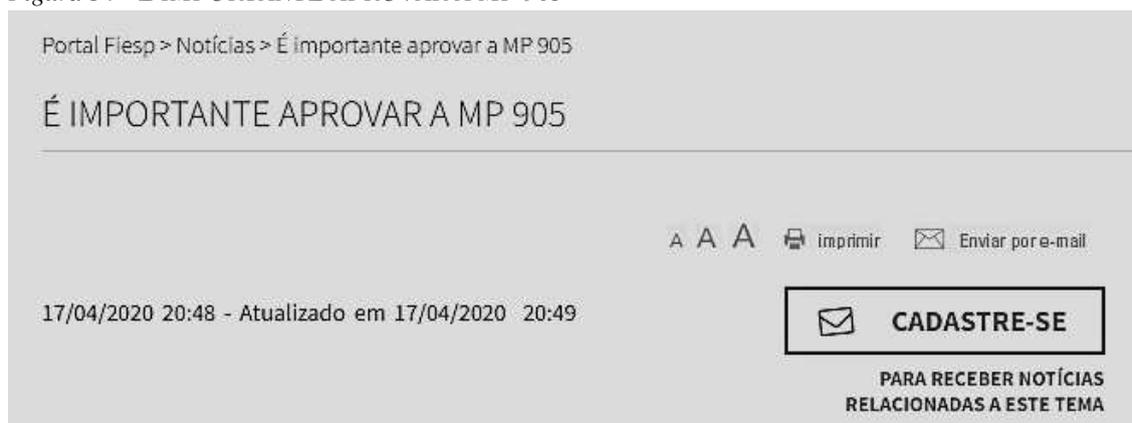
Figura 33 - INFLAÇÃO ABAIXO DA META E CAPACIDADE OCIOSA DAS EMPRESAS PERMITEM NOVOS CORTES DE JUROS



Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/inflacao-abaixo-da-meta-e-capacidade-ociosa-das-empresas-permitem-novos-cortes-de-juros/>

Novamente, em 2020, a FIESP veio a público demonstrar insatisfação e cobrar a redução na taxa de juros. Segundo a entidade, o Copom reduziu, na terça-feira (5/2), a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, fixando-a em 4,25%. Essa diminuição representava uma surpresa diante do choque nos preços da carne no final do ano anterior, porém, nas primeiras semanas de 2020, ficou evidente que foi um episódio passageiro e não contaminou os demais preços, diz a FIESP. Com a inflação projetada abaixo da meta para o ano e a alta capacidade ociosa das empresas, a decisão de cortar os juros sem pressão inflacionária era clara. Em nota, Paulo Skaf, presidente da FIESP, diz que 2020 iniciava com uma situação inédita na história, conquistando um cenário de inflação controlada, câmbio alinhado e juros baixos, fundamentais para um projeto de crescimento sustentável e geração de emprego e renda no Brasil. Nisto, e é recorrente, os juros, para a FIESP, continua como uma das principais questões concernentes ao interesse da indústria paulista.

Figura 34 - É IMPORTANTE APROVAR A MP 905



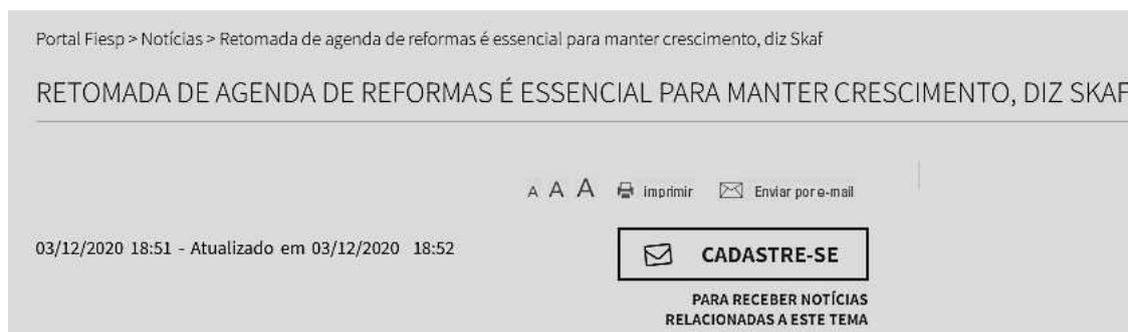
Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/e-importante-aprovar-a-mp-905/>

Nesta nota, a FIESP sai em defesa da MP 905 de 2019³⁸, que criou o Programa de Emprego Verde e Amarelo e “modernizou” pontos da legislação trabalhista, perderia a validade em 21 de abril em 2020. Segundo a federação paulista dos industriais, mesmo tendo passado por muitas alterações durante o processo legislativo, a MP introduziria inovações significativas, como o contrato de trabalho verde e amarelo para estimular a contratação de pessoas com menos de 29 anos e com mais de 55 anos. Além disso, liberara recursos depositados em juízo, substituíveis por fiança bancária, e revisara o indexador das ações trabalhistas, alinhando-o à realidade de juros mais baixos. A MP também instituiu um programa de microcrédito crucial para apoiar pequenos empreendedores durante a crise, sendo medidas importantes que não deveriam ser desperdiçadas, especialmente no atual momento desafiador.

A nota em questão defender a MP 905/2019 sem questionar seus possíveis impactos negativos para os trabalhadores. O interesse da FIESP sobre as mudanças na legislação trabalhista, reflete na precarização das relações de trabalho e na redução de direitos dos trabalhadores. Ao destacar apenas os aspectos positivos da medida, como o contrato “verde e amarelo” e o programa de microcrédito, não aborda as consequências adversas, a exemplo da redução do próprio consumo no mercado interno.

³⁸ Para entender a medida, conferir: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/18/perdem-a-validade-nesta-terca-feira-duas-mps-sobre-o-contrato-verde-e-amarelo>

Figura 35 - RETOMADA DE AGENDA DE REFORMAS É ESSENCIAL PARA MANTER CRESCIMENTO, DIZ SKAF



Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/retomada-de-agenda-de-reformas-e-essencial-para-manter-crescimento-diz-skaf/>

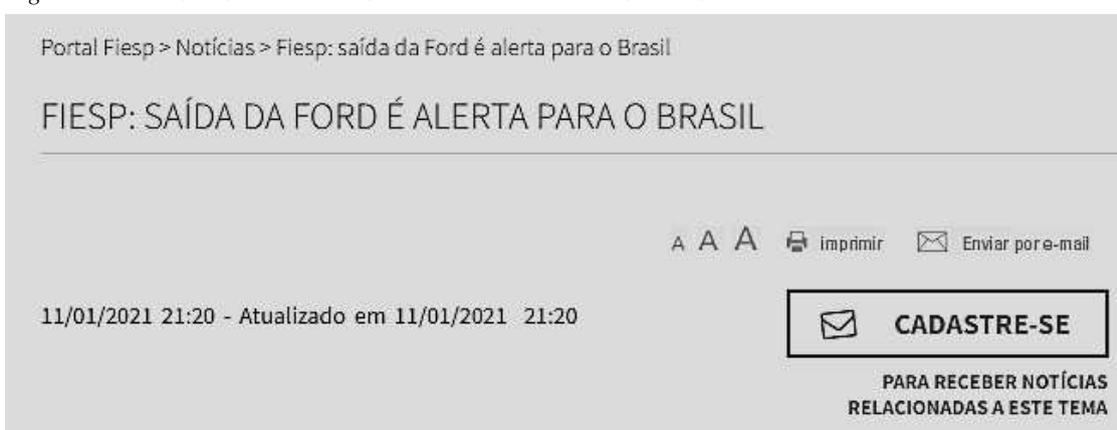
Enfim, destacamos o apoio à agenda de reformas do governo. Nesse sentido, segundo a FIESP, o PIB brasileiro cresceu 7,7% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre de 2020, recuperando parte da queda de abril a junho, e registrando o maior aumento da série histórica. A indústria total teve avanço de 14,8%, e a indústria de transformação apresentou alta de 23,7%, ambos resultados recordes. Os dados confirmaram a rápida e forte retomada da atividade econômica, impulsionada principalmente pelo comércio e indústria. As medidas econômicas do Governo Federal, incluindo crédito, emprego e transferência de renda, foram cruciais para essa recuperação, afirma a entidade. Para 2021, a expectativa é de um crescimento de 4%, mas isso depende do retorno ao controle orçamentário, respeitando a lei do teto de gastos, e da implementação de reformas tributárias e fiscais para garantir a sustentabilidade do equilíbrio fiscal e do teto de gastos. Paulo Skaf, presidente da FIESP, ainda enfatizou a importância da retomada da agenda de reformas para manter as conquistas de juros baixos e inflação controlada, impulsionando o crescimento econômico e a geração de empregos.

Nesta nota, destaca-se o apoio da FIESP à agenda de reformas do governo, citando o crescimento do PIB brasileiro no terceiro trimestre de 2020, impulsionado pela indústria e comércio. A entidade atribui essa recuperação à eficácia das medidas econômicas federais, incluindo crédito, emprego e transferência de renda. No entanto, ressalta a importância de manter o controle orçamentário e implementar reformas tributárias e fiscais em 2021 para garantir a sustentabilidade econômica. Paulo Skaf, presidente da FIESP, destaca a necessidade de retomar a agenda de reformas para manter juros baixos, inflação controlada e estimular o crescimento econômico e a criação de empregos. E, com isso, fecha os olhos para o crescimento em relação ao cenário internacional e própria queda da participação da indústria no PIB.

3.1.4 Notas durante o governo em 2021

Nesse ano identificamos 15 notas oficiais concernentes à agenda econômica do governo. Em julho, a gestão de Paulo Skaf termina após 17 anos, iniciada em 2004 (Valor, 2021). Josué Gomes da Silva, filho de José Alencar (ex-vice-presidente da República), assume a presidência. Abaixo, trouxemos algumas das notas que apresentam o posicionamento da federação paulista dos industriais sobre algumas das ações governamentais.

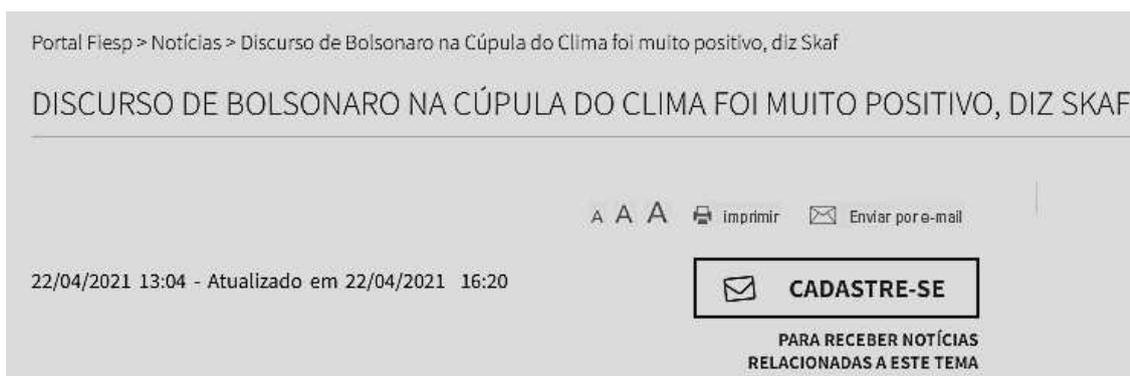
Figura 36 - FIESP: SAÍDA DA FORD É ALERTA PARA O BRASIL



Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-saida-da-ford-e-alerta-para-o-brasil/>

Logo no início do ano, a FIESP é surpreendida com a decisão da Ford de fechar suas fábricas no Brasil, isso após mais de 100 anos de atividade. A entidade diz que foi uma notícia triste para o país, o que demandava atenção. A FIESP já alertava sobre a necessidade de uma agenda para reduzir o custo Brasil, melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade dos produtos nacionais. De acordo com a federação dos industriais paulistas, a alta carga tributária brasileira, que dobra o custo de cada automóvel produzido devido aos impostos, impacta as decisões empresariais. Diante desse cenário, ela pontua a urgência em implementar reformas estruturais, reduzir impostos e aprimorar a competitividade da economia para atrair investimentos e gerar empregos essenciais para o Brasil. Ou seja, como mencionamos na Figura 35, a federação industrial paulista desconsiderou o cenário internacional e a posição do Brasil. A saída da Ford, por exemplo, representa a perda da indústria no peso no setor de montagem.

Figura 37 - DISCURSO DE BOLSONARO NA CÚPULA DO CLIMA FOI MUITO POSITIVO, DIZ SKAF



Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/discurso-de-bolsonaro-na-cupula-do-clima-foi-muito-positivo-diz-skaf/>

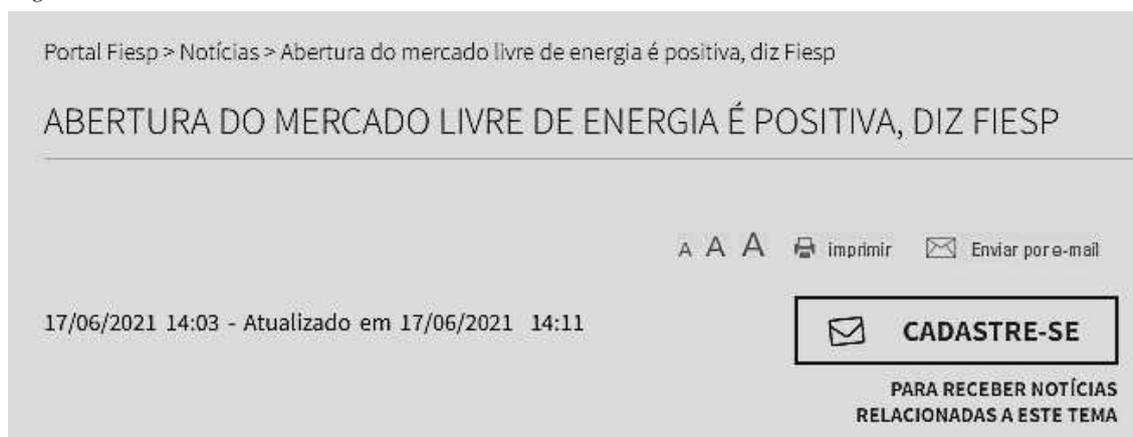
O discurso proferido pelo presidente Jair Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em 22/4, foi extremamente positivo, destacando o compromisso brasileiro com um futuro sustentável, afirma a entidade. Ele [Bolsonaro] anunciou metas concretas, como a antecipação para 2050 da neutralidade climática, a eliminação do desmatamento ilegal até 2030 e o aumento dos recursos para fiscalização. Ainda de acordo com a entidade, o presidente mostrou-se alinhado às preocupações globais, aberto ao diálogo e à cooperação internacional, ressaltando a necessidade de regulamentar os mercados de carbono, conforme previsto no Acordo de Paris. Essa regulação é crucial para promover o desenvolvimento sustentável. O discurso reafirmou a posição do Brasil como potência agroambiental e destacou seu protagonismo nas discussões globais ao longo do ano, rumo à COP de Glasgow, conforme apontado por Paulo Skaf, presidente da FIESP e do Ciesp.

Embora o discurso do presidente Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima possa ter sido recebido positivamente pela FIESP. A antecipação da neutralidade climática para 2050 e a eliminação do desmatamento ilegal até 2030 são objetivos importantes, porém, a falta de ações imediatas e políticas ambientais consistentes levanta dúvidas sobre a viabilidade dessas metas. A retórica de alinhamento às preocupações globais do governo Bolsonaro contrastou com a realidade de políticas que foram criticadas por organizações ambientais e cientistas, especialmente em relação à proteção da Amazônia e dos povos indígenas. O governo travou uma batalha com ambientalistas e os povos originários. O desmatamento atingiu dados recordes³⁹, assim como a perseguição a lideranças indígenas⁴⁰.

³⁹ Brasil de Fato (2023). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/com-bolsonaro-desmatamento-na-amazonia-cresce-150-pior-marca-ja-registrada-pelo-imazon>.

⁴⁰ Carta Capital (2022). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/dossie-mostra-como-o-governo-bolsonaro-transformou-a-funai-em-uma-fundacao-anti-indigena/>.

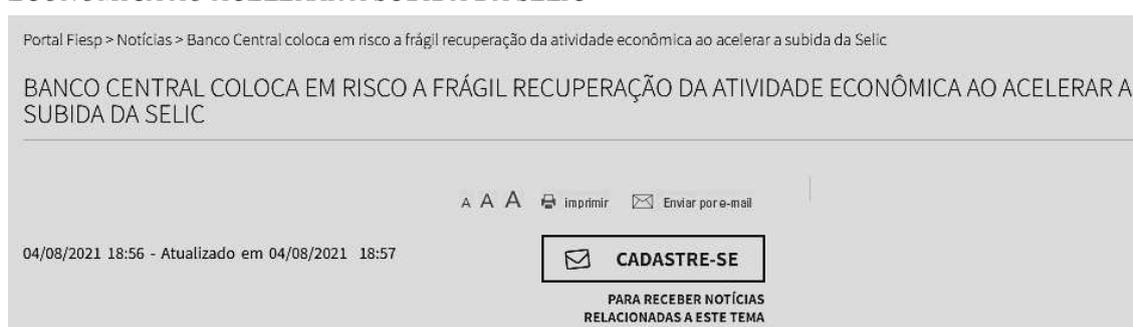
Figura 38 - ABERTURA DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA É POSITIVA, DIZ FIESP



Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/abertura-do-mercado-livre-de-energia-e-positiva-diz-FIESP/>

A FIESP considerou dois pontos do relatório do senador Marcos Rogério, relator da MP 1.031/2021 sobre a capitalização da Eletrobras, como muito importantes para os consumidores de energia. O primeiro destacou a abertura do mercado livre de energia, defendida pela FIESP desde 2017. O dispositivo legal introduzido pelo relator permite que, até 2026, todos os brasileiros tenham a liberdade de escolher de quem compram sua energia, beneficiando toda a sociedade com menos regulação e mais ambiente de mercado, disse a entidade. O segundo ponto, originário do texto aprovado na Câmara, destina recursos financeiros de Itaipu para abater encargos tarifários, proporcionando benefícios econômicos desta gigante binacional para a redução das tarifas de energia a partir de 2023.

Figura 39 - BANCO CENTRAL COLOCA EM RISCO A FRÁGIL RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA AO ACELERAR A SUBIDA DA SELIC



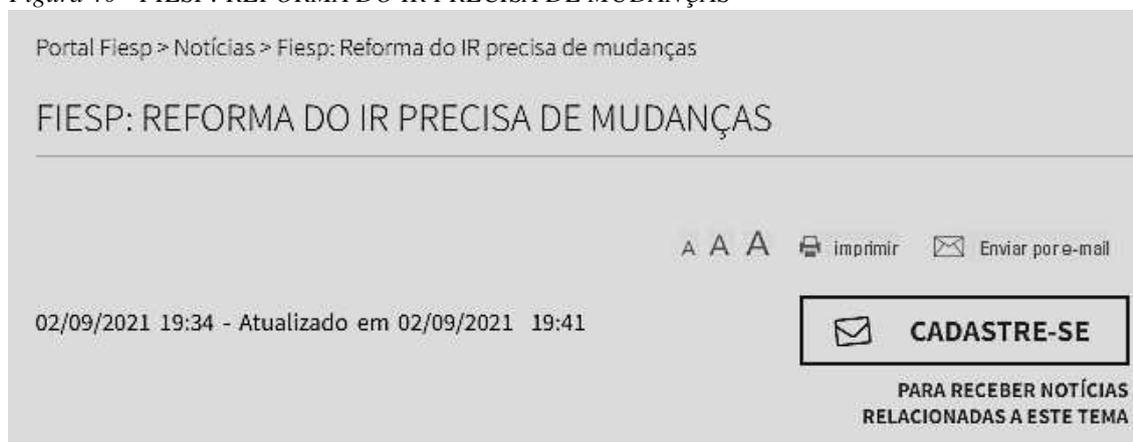
Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/banco-central-coloca-em-risco-a-fragil-recuperacao-da-atividade-economica-ao-acelerar-a-subida-da-selic/>

Nesta nota, a FIESP demonstrou insatisfação com o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) que elevou, na quarta-feira (4/8/2021), a taxa básica de juros, a Selic, em 1,0 ponto percentual, atingindo o patamar de 5,25% a.a. De acordo com a FIESP, apesar de vários setores econômicos apresentarem desempenho positivo, o

mercado de trabalho mantinha 14,8 milhões de desempregados e 4,6 milhões de pessoas, anteriormente na força de trabalho, que não buscavam emprego devido às restrições, indicando que a taxa de desemprego permaneceria alta por algum tempo. A entidade também estimava que o PIB do 2º trimestre de 2021 ficasse próximo da estabilidade⁴¹, e as expectativas de crescimento para 2022 eram apenas de 2,1%, segundo o último boletim Focus.⁴² Diante desse cenário, considerava-se um equívoco do Banco Central não apenas elevar a taxa básica de juros, mas também acelerar o ritmo de alta, colocando em risco a frágil recuperação da economia brasileira, conforme apontado por Paulo Skaf.

Nesta nota divulgada, a FIESP expressa claramente sua insatisfação com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de aumentar a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual, elevando-a para 5,25% ao ano. A entidade argumenta que, apesar de alguns setores econômicos apresentarem desempenho positivo, o mercado de trabalho continua enfrentando desafios significativos, com milhões de desempregados e pessoas desalentadas. Além disso, diante das projeções modestas para o crescimento do PIB, a FIESP considera que a decisão do Copom pode comprometer a ainda frágil recuperação econômica do país, especialmente ao acelerar o ritmo de aumento dos juros. E foi algo recorrente durante o mandato de Jair Bolsonaro.

Figura 40 - FIESP: REFORMA DO IR PRECISA DE MUDANÇAS



Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-reforma-do-ir-precisa-de-mudancas/>

⁴¹ O PIB do no 2º semestre de 2021 ficou -0,1, em 2021. Conferir: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31494-pib-fica-em-0-1-no-2-trimestre-de-2021>

⁴² O PIB, em 2021, cresce 4,6%. Conferir: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/03/pib-cresce-4-6-em-2021-e-supera-perda-provocada-em-2020-pelos-efeitos-da-covid-19>

O texto do PL 2.337, que reforma o Imposto de Renda, foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas necessita de aprimoramentos. Alguns segmentos, especialmente as empresas de médio porte, seriam prejudicados, o que era considerado inaceitável no momento em que era crucial estimular a recuperação econômica e a geração de empregos. Destacava-se a necessidade de aprimoramento em diversos pontos, incluindo a não tributação dos lucros acumulados até 31/12/21 no novo sistema, considerando que esses lucros foram gerados sem a cobrança de imposto sobre dividendos. Empresas médias de lucro presumido, com faturamento superior a R\$ 4,8 milhões, eram penalizadas, e o aumento da CFEM (Compensação Financeira sobre Exploração Mineral) de 4% para 5,5% impactaria os preços de insumos da base das cadeias industriais. A FIESP anunciava sua atuação no Senado em busca de modificações necessárias, buscando um acordo para manter os avanços em prol da sociedade.

O texto destaca a aprovação do PL 2.337, que reforma o Imposto de Renda, porém ressalta a necessidade de aprimoramentos, especialmente considerando os potenciais prejuízos para empresas de médio porte e outros setores da economia. Atribui-se particular atenção à não tributação dos lucros acumulados até 31/12/21 no novo sistema, destacando que esses lucros foram gerados sem a cobrança de imposto sobre dividendos, e às penalizações enfrentadas por empresas médias de lucro presumido, além do aumento da CFEM, que impactaria os preços de insumos da base das cadeias industriais. A atuação da FIESP no Senado atua como uma busca por modificações “necessárias para manter avanços em prol da sociedade”. No entanto, a crítica principal reside na falta de uma análise mais profunda sobre como as mudanças propostas podem afetar diferentes setores da economia e como essas alterações poderiam ser ajustadas para garantir um equilíbrio mais justo e favorável ao desenvolvimento econômico do país.

Figura 41 - FIESP: NOVA ALTA DE JUROS E AUMENTO DE IOF PENALIZAM PESSOAS E EMPRESAS

Portal Fiesp > Notícias > Fiesp: nova alta de juros e aumento de IOF penalizam pessoas e empresas

FIESP: NOVA ALTA DE JUROS E AUMENTO DE IOF PENALIZAM PESSOAS E EMPRESAS

A A A imprimir Enviar por e-mail

22/09/2021 18:41 - Atualizado em 22/09/2021 18:46

CADASTRE-SE

PARA RECEBER NOTÍCIAS
RELACIONADAS A ESTE TEMA

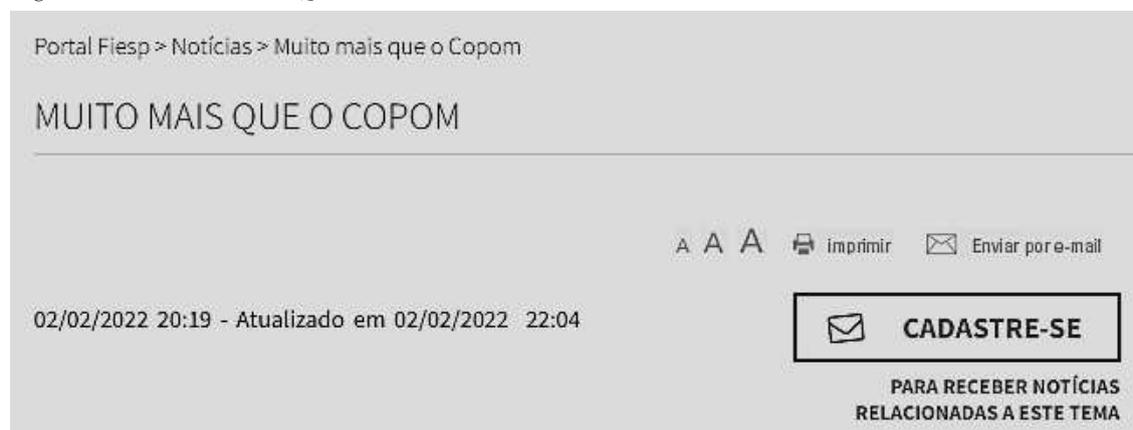
Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-nova-alta-de-juros-e-aumento-de-iof-penalizam-pessoas-e-empresas/>

Por último, a FIESP critica o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) que elevou, em 22/9, a taxa básica de juros, a Selic, em 1,0 ponto percentual, atingindo o patamar de 6,25% ao ano. Esta nova alta, associada ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), prejudicou pessoas e empresas em um momento de recuperação econômica frágil pós-pandemia, ressalta a entidade. O comprometimento da renda das famílias com dívidas atingiu um recorde, passando de 49,4% em junho de 2020 para 59,2% em maio de 2021. O aperto monetário agravou o endividamento, reduzindo o consumo e prejudicando a atividade econômica. Para as empresas, além de elevar o custo do crédito, impactou a competitividade e dificultou a retomada do investimento. A decisão de aumentar a Selic e o IOF na atual conjuntura prejudicou a necessária recuperação econômica sustentada, com geração de empregos e renda, afirma Skaf.

3.1.5 Notas durante o governo em 2022

Em 2022, identificamos três notas concernentes às ações que impactam direta ou indiretamente a indústria. No apanhado que fizemos, foi um ano menos “posicionante” da FIESP frente à agenda econômica do Governo Federal. Abaixo, destacamos os títulos das notas e a descrição do seu conteúdo publicadas em seu site oficial.

Figura 42 - MUITO MAIS QUE O COPOM

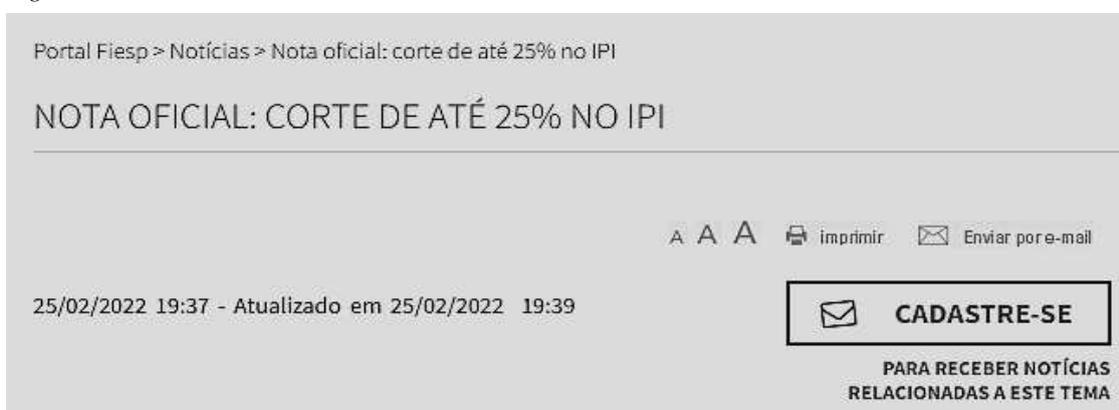


Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/muito-mais-que-o-copom/>

De acordo com a FIESP, as reuniões do Copom, como a que elevou a Selic de 9,25% para 10,75%, deveriam ter sido um alerta sobre as lacunas nas ações para alcançar crescimento econômico com geração sustentável de empregos e renda. O novo patamar da Selic é preocupante, especialmente porque a inflação não justifica exclusivamente um aumento dos juros. Mais preocupante ainda são as razões que levaram o Copom a frear

uma economia já debilitada. A FIESP destaca que questões conjunturais não devem se sobrepor às razões estruturais que influenciam a economia nacional. Segundo a entidade, seria crucial buscar o mesmo dinamismo para o setor industrial, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento nacional. Não é à toa que a indústria de transformação é um canal fundamental para inovações e avanços tecnológicos, contribuindo para a expansão da renda e geração de empregos de qualidade, impactando positivamente diversos setores, que vai do agronegócio aos serviços. A FIESP enfatizava que seria necessário pensar além das decisões do Copom.

Figura 43- NOTA OFICIAL: CORTE DE ATÉ 25% NO IPI



Portal Fiesp > Notícias > Nota oficial: corte de até 25% no IPI

NOTA OFICIAL: CORTE DE ATÉ 25% NO IPI

A A A  imprimir  Enviar por e-mail

25/02/2022 19:37 - Atualizado em 25/02/2022 19:39

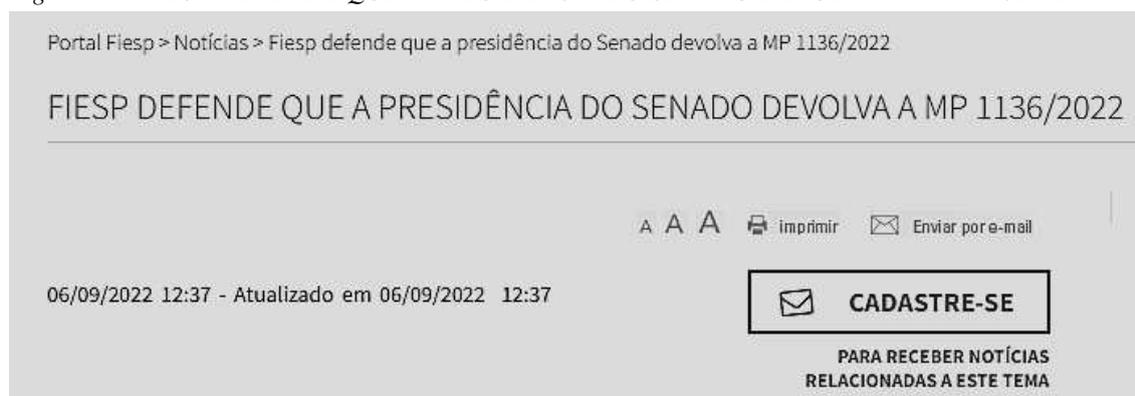
 **CADASTRE-SE**

PARA RECEBER NOTÍCIAS
RELACIONADAS A ESTE TEMA

Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/nota-oficial-corte-de-ate-25-no-ipi/>

Nesta nota, por exemplo, a FIESP vê com bons olhos a redução executada pelo governo federal no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que representou, segundo eles, um passo importante para a indústria. A elevada tributação sobre a indústria de transformação, que resultava em uma carga tributária proporcional ao PIB superior à sua participação no total, prejudicava o desenvolvimento do país, afirma. Para melhorar a situação do setor, a federação ressalta que seria importante destacar a defesa por uma Reforma Tributária ampla e isonômica, visando a redução dos impostos sobre a indústria e a simplificação do complexo sistema tributário brasileiro. E isso aconteceu, mas recentemente, no governo de Lula.

Figura 44 - FIESP DEFENDE QUE A PRESIDÊNCIA DO SENADO DEVOLVA A MP 1136/2022



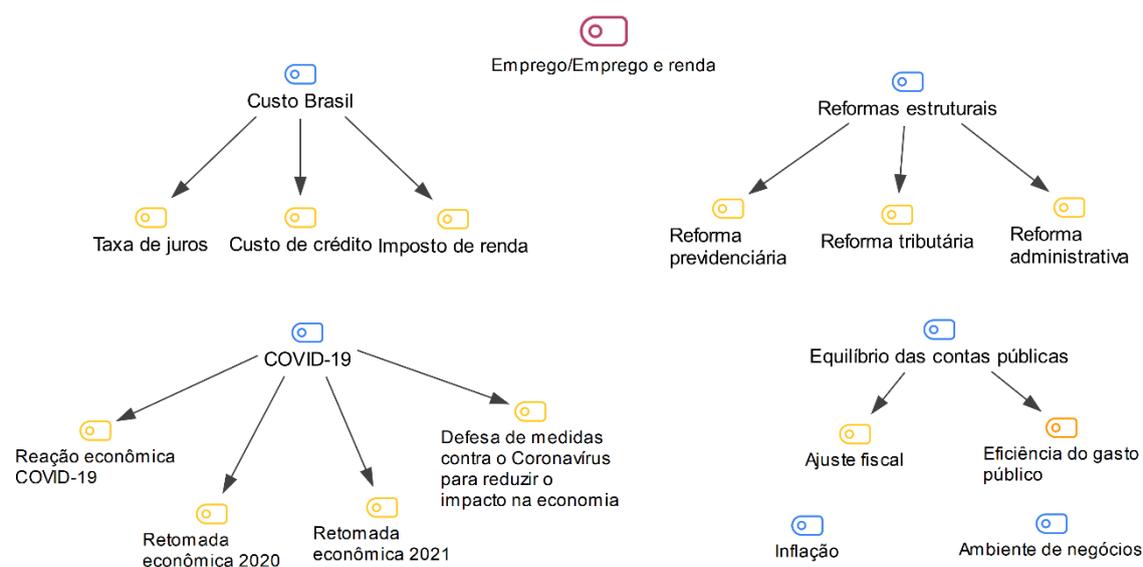
Fonte: <https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-defende-que-a-presidencia-do-senado-devolva-a-mp-1136-2022/>.

Nesta nota, por exemplo, a FIESP direciona ao legislativo, preocupada com o desenvolvimento científico e tecnológico. Segundo a entidade, o Brasil investia cerca da metade do que países desenvolvidos destinavam à pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao PIB, destacando a necessidade de aumentar tais investimentos para reduzir defasagens. A MP 1136/2022 retira a proibição de contingenciamento e estabelece limites para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerou preocupações quanto à capacidade de investimento em ciência, tecnologia e inovação. O limite das aplicações do FNDCT em 2022 foi fixado em R\$ 5,555 bilhões, com escalonamento nos anos seguintes, suscitando incertezas quanto à estabilidade dos recursos essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico. Nos três anos anteriores, sequer houve menção à inovação nas notas oficiais.

3.1.6 Os posicionamentos da FIESP e as suas prioridades

Vejamos, por exemplo, as figuras, tabela e gráficos que se seguirão, articulados através de códigos, isto é, de palavras que representam o conteúdo das ações e situações aos quais a federação paulista se preocupou e posicionou frente à agenda da pasta econômica comandada pelo ministro Paulo Guedes.

Figura 45 - Relação de códigos/conteúdos da FIESP (2018-2022)



Fonte: elaboração própria no MAXQDA.

Na codificação, isto é, na identificação dos conteúdos que mais foram recorrentes nas notas da FIESP (44 notas, que deixaremos os links em apêndices como elemento pós-textual), organizamos na seguinte forma, como disposto acima, na Figura 24. Como podemos notar, organizamos a relação entre eles. É o caso de “Custo Brasil”, que se relaciona com o “custo de crédito”, “imposto de renda” e “taxa de juros”. Da mesma forma, é o caso das “Reformas estruturais”, como a “administrativa, previdenciária e tributária” reivindicada pela federação paulista; e, também, a questão da Covid-19, que aparece enquanto “reação econômica”, “defesa de medidas contra o coronavírus” e as reações econômicas de 2020 e 2021. Nesse sentido, daremos destaque àqueles que aparecem com ou acima de três. Exposto a relação, abaixo descrevemos a recorrência e o número de vezes que as menções aparecem dentro das notas.

Tabela 1 - Frequência de códigos/conteúdos

Códigos	Frequência	Porcentagem
Emprego/Emprego e renda	30	68,18
Taxa de juros	16	36,36
Custo Brasil	14	31,82
Reformas estruturais	10	22,73
Reforma tributária	5	11,36
Reforma previdenciária	5	11,36

Reação econômica COVID-19	4	9,09
Equilíbrio das contas	4	9,09
Custo de crédito	4	9,09
Ambiente de negócios	4	9,09
Inflação	3	6,82
COVID-19	3	6,82
Imposto de renda	3	6,82
Retomada econômica 2020	3	6,82
Retomada econômica 2021	3	6,82
Defesa de medidas contra o Coronavírus para reduzir o impacto na economia	3	6,82
Privatizações e concessões	2	4,55
Reforma administrativa	2	4,55
Acordo Mercosul e União Européia	2	4,55
Ajuste fiscal	2	4,55
Eficiência do gasto público	1	2,27
Investimento em pesquisa	1	2,27
Desemprego	1	2,27
Questão climática	1	2,27
Auxílio emergencial	1	2,27
Aprovação da MP 905 (Carteira Verde e Amarelo)	1	2,27
Preço do petróleo	1	2,27
Tarifa Externa Comum do Mercosul	1	2,27
CADE	1	2,27
CARF	1	2,27
DOCUMENTOS com código(s)	44	100,00
DOCUMENTOS sem código(s)	0	0,00
DOCUMENTOS ANALISADOS	44	100,00

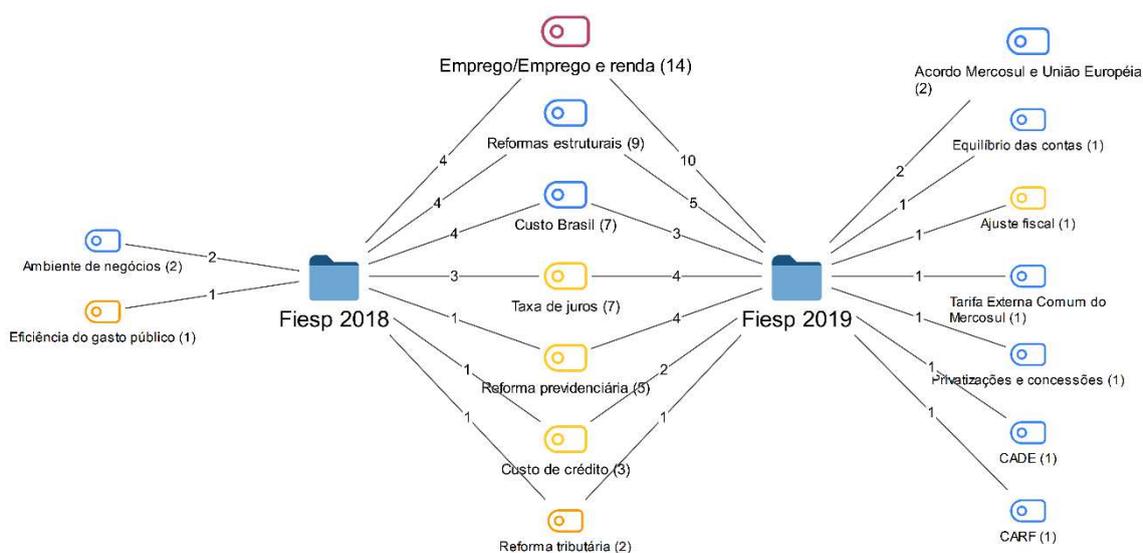
Fonte: elaboração própria no MAXQDA.

Como podemos observar na Tabela 1, Emprego/Emprego e renda, Custo Brasil, Reformas estruturais, as Contas públicas e os conteúdos relacionados à COVID-19, se sobressaem nas menções das avaliações da FIESP. A federação paulista, dentro das notas emitidas, não se preocupou com uma agenda governamental voltada ao desenvolvimento

industrial, mas, principalmente, com um conjunto de atividades e ações do governo de políticas que, direta e indiretamente, afetam o desempenho industrial.

Para justificar suas posições, a FIESP correlacionou a questão do emprego/emprego e renda em notas para pressionar o governo a adotar uma série de medidas, entre elas, as mais solicitadas: as reformas estruturais, o custo Brasil e as ações de redução de impacto da COVID-19 em 2020 e 2021. Obviamente, os conteúdos variam de ano a ano, como poderemos notar nas Figuras 25-28 em sequência.

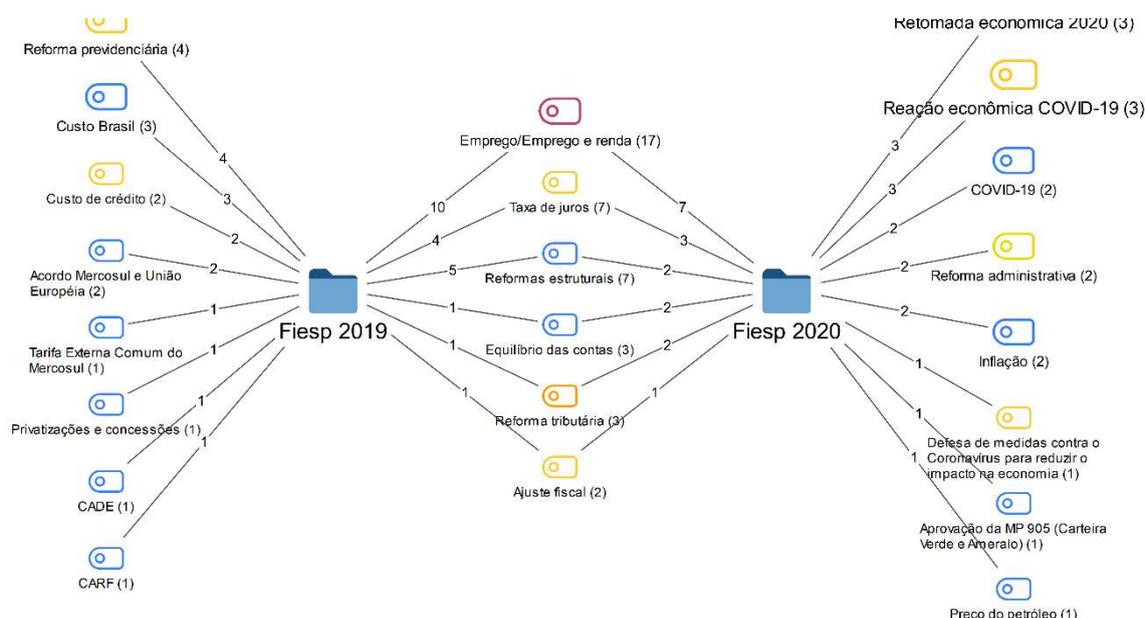
Figura 46 - Relação de códigos/conteúdos 2018-2019



Fonte: elaboração própria no MAXQDA.

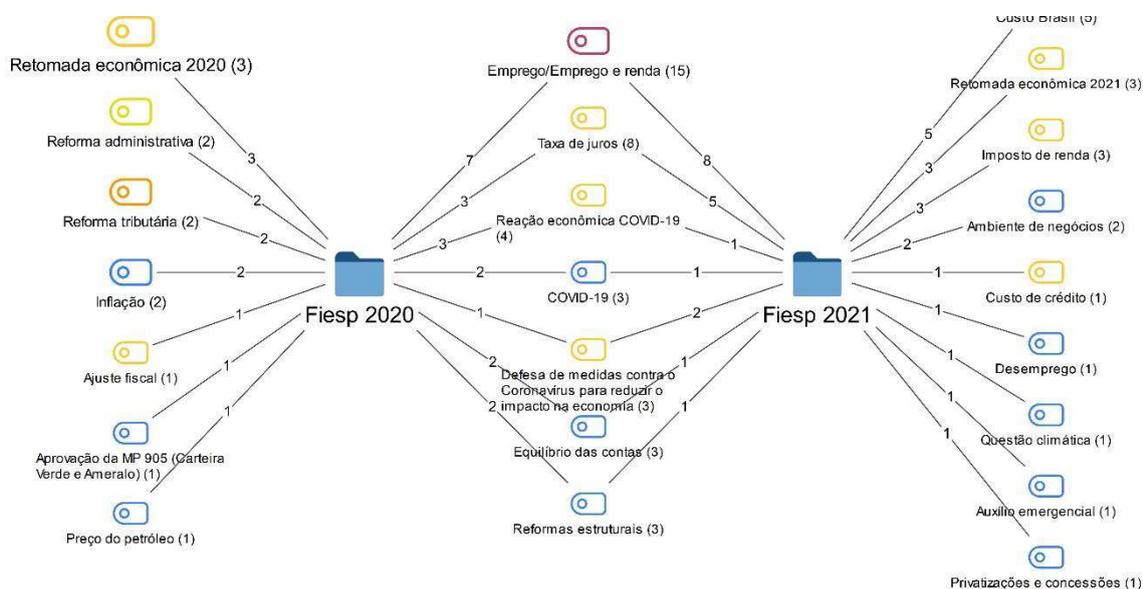
Observemos que em 2018, na Figura 27, após a vitória de Jair Bolsonaro, a FIESP estabelece o que seria prioritário ao novo governo e fez quatro menções à questão do emprego/emprego e renda, bem como à questão das reformas estruturais e ao Custo Brasil, tendo uma co-ocorrência de conteúdo em um total de quatro notas. O ambiente de negócios foi mencionado duas vezes em 2018. Em 2019, num total de 16 documentos, os conteúdos correlacionados mantêm destaque, ao passo que houve menção a outros conteúdos, como pode ser visualizado na parte direita da pasta de 2019 na Figura 25 e à aprovação da Reforma Previdenciária.

Figura 47 - Relação de códigos/conteúdos 2019-2020



Fonte: elaboração própria no MAXQDA.

Figura 48 - Relação de códigos/conteúdos 2020-2021

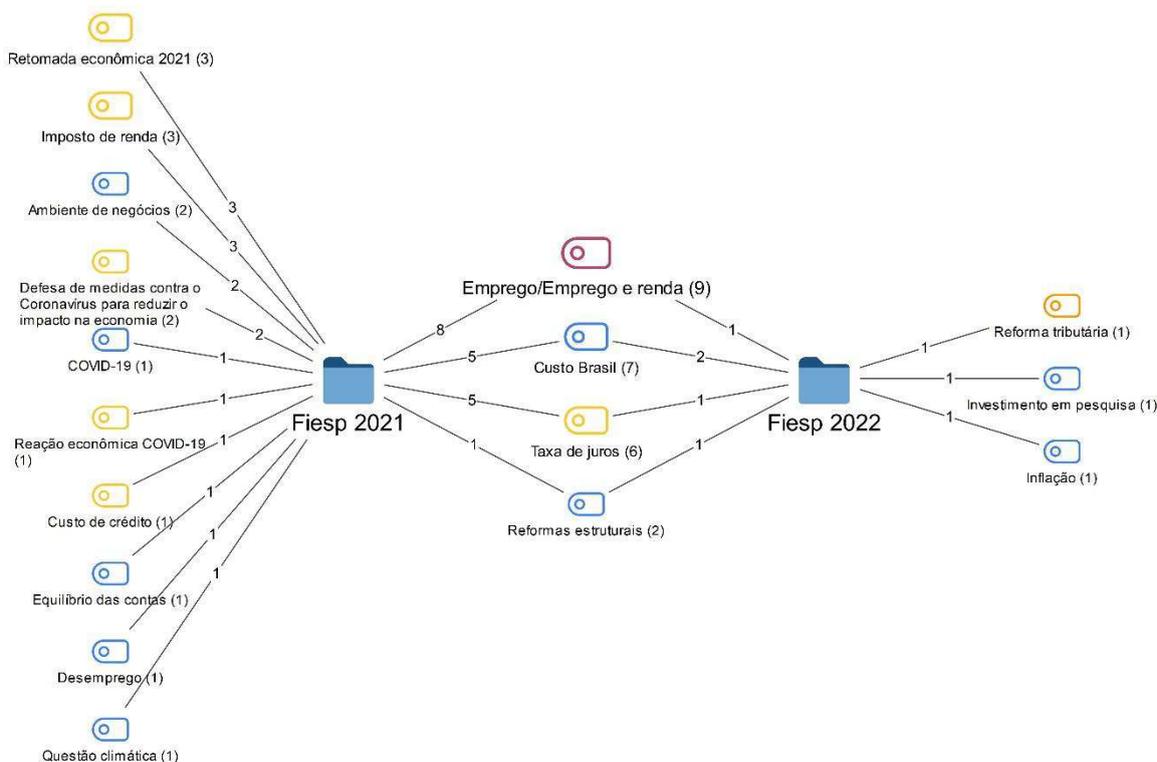


Fonte: elaboração própria no MAXQDA.

Em 2020, tem um componente excepcional, como exposto anteriormente nos Gráficos 28-29, visto que as previsões com o novo governo no que se referia à condução das reformas do Estado e a manutenção do ajuste fiscal, ficaram refém da pandemia do COVID-19. Neste ano, a FIESP apoia a expansão dos gastos públicos para redução do

impacto da pandemia na cadeia produtiva e mantém o posicionamento quanto à taxa de juros. Havia, também, expectativa de retomada econômica, o que impactaria a indústria e a geração de emprego. Dessa mesma forma, podemos analisar as posições emitidas em treze notas da FIESP em 2021.

Figura 49 - Relação de códigos/conteúdos 2021-2022



Fonte: elaboração própria no MAXQDA.

Em 2022, o número de notas da FIESP em relação à agenda econômica nacional foi pouca. No total, conseguimos identificar três. Nesse ano, inicia o mandato de Josué Gomes. Nessa nova gestão da FIESP, por exemplo, conseguimos identificar, inclusive, um posicionamento em referência ao investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento. O que observamos foi a ausência de uma política industrial claramente delineada durante o mandato de Jair Bolsonaro, em contraste com as abordagens adotadas pelos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores. Em vez disso, entre 2019 e 2022, houve uma série de ações coordenadas pelo Ministério da Economia voltadas para o setor industrial.

Durante a gestão de Paulo Skaf, como Perrin (2020) bem explorou, havia uma ligação entre o presidente da FIESP e o Governo Federal, e uma certa afinidade com a gestão de Jair Bolsonaro. Nas notas, em especial as que trataram da retomada econômica, havia otimismo quanto à recuperação sob a agenda neoliberal de Paulo Guedes. Na falta

de uma política para o segmento industrial, identificamos uma convergência entre FIESP e Governo Federal em torno de medidas mais gerais, a exemplo da Reforma Previdenciária/Tributária e Administrativa. Houve uma pressão em torno do governo, sobretudo, pela redução de impostos e a diminuição do “Custo Brasil”, isto é, a alta carga tributária que as empresas pagavam ao Estado brasileiro. Ainda que a participação da indústria nacional caísse, como observamos no subtópico 3.3, em nenhuma nota conseguimos identificar uma crítica ou alerta à uma agenda específica para o setor. Nesse sentido, acreditamos que a posição da federação paulista esteve comprometida em apostar em conjunto na agenda neoliberal e privatista de Bolsonaro/Guedes, a exemplo da discussão que se seguirá nos próximos tópicos, particularizando o neoliberalismo e a desindustrialização no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dividimos as nossas considerações finais em três pontos que correspondem aos capítulos desta dissertação, a saber: a conjuntura que se desenvolve à chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República; a caracterização da forma política do governo em questão, ao que se seguiu com o conjunto de propostas direcionadas à indústria; por fim, sobre a agenda econômica do governo ante aos interesses e impactos da indústria.

Discutimos como a crise econômica nos EUA desde 2008 impacta o contexto tratado, destacando suas origens na crise do sistema financeiro e os impactos globais. Creditamos a Tonelo (2021) a descrição da evolução dessa crise, incluindo a expansão dos financiamentos imobiliários e inovações financeiras, como securitização de ativos. Ele destacou pontos fundamentais, particularmente como a *Crise dos Subprimes* como um ponto crítico, levando à desvalorização de ativos e uma "corrida" por liquidez. A década após 2008 foi analisada, mostramos que uma recessão intensa seguida por políticas de austeridade e uma fase de estagnação global prejudicou mais intensamente os países "emergentes", especialmente os BRICS, dada a vulnerabilidade das respectivas formações capitalistas à crise e à reversão nos fluxos de capital.

A virada em 2016, representada pela eleição de Donald Trump, marca uma fase mais protecionista e agressiva nos EUA, especialmente em relação à China, sinalizando mudanças na dinâmica geopolítica e econômica global, possivelmente indicando o declínio do padrão neoliberal pós-2008 e uma nova fase mais conflituosa e marcada por lutas de classes intensificadas. Não foram à toa os sucessivos golpes e levantes na América Latina.

Discutimos, no Capítulo 1, como a crise econômica no Brasil, destacando o período de crescimento relativo entre 2003 e 2013 impulsionado pelo mercado interno e capitalismo chinês. Em contrapartida, a crise global, especialmente na China, trouxe instabilidade em 2015. Governos Lula e Dilma adotaram medidas keynesianas para enfrentar a crise de 2008, mas a transição para uma agenda neoliberal sob Temer trouxe austeridade e privatizações.⁴³ Apesar de uma frágil recuperação em 2017-2018, no período golpista de Michel Temer, os desafios persistentes incluem baixa lucratividade na indústria, desemprego e endividamento. A vulnerabilidade financeira do setor

⁴³ Dilma Rousseff, em 2015, adota uma agenda neoliberal. Isso ficou mais evidente com a condução do banqueiro, Joaquim Levy, no Ministério da Fazenda.

produtivo, incerteza econômica e efeitos de políticas como controle de preços, foram cruciais nesse período.

A relevância das teorias de Antonio Gramsci para compreender a dinâmica das relações sociais, é essencial. Gramsci destaca a importância de entender a formação de uma vontade coletiva nacional-popular e as condições para sua existência, bem como a análise das relações de poder e estratégias políticas. A partir disso, podemos entender a localização da FIESP na disputa pela hegemonia política.

Além disso, abordamos a distinção entre movimentos orgânicos e eventos de conjuntura, a relação entre crise histórica e crise econômica, e o conceito de cesarismo como uma solução arbitral em situações de equilíbrio catastrófico de forças. Também discutimos a noção de "aparelho hegemônico" de Gramsci, relacionada à dinâmica de consenso e coerção no exercício do poder político, e sua aplicação ao contexto da FIESP como um ator político-ideológico ativo. Daí reside a sua força e capacidade de articular na esfera política e ideológica, se posicionando, colocando os interesses da sua fração. Isto é, durante o período do governo Bolsonaro, pela ausência de uma política industrial focalizada, além da redução do *status* do Ministério da Indústria para uma pasta junto ao Ministério da Economia, observamos um “escanteamento” da burguesia industrial interna.

A crise orgânica no Brasil sob a perspectiva gramsciana, destacando diversos fatores que contribuíram para esse cenário, como a reestruturação do capital após a crise de 2008, a desaceleração econômica global, a mudança de rumos dos governos progressistas na América Latina e as políticas adotadas pelos governos brasileiros, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), são fatores centrais para entender os posicionamentos da FIESP. Esta crise é caracterizada pela intensificação da luta de classes, o distanciamento entre governantes e governados, além da desigualdade social evidente. Observa-se uma desconexão entre as lideranças políticas e a população, evidenciada pelo apoio das burguesias ao governo Bolsonaro e sua gestão voltada para interesses econômicos em detrimento do bem-estar da maioria da população. Essa crise não é apenas conjuntural, mas orgânica, isto é, abrangendo aspectos econômicos, políticos e sociais, com impactos profundos na estrutura da sociedade brasileira.

Acreditamos que o golpe parlamentar que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016 e sua substituição por Michel Temer, marca uma ofensiva restauradora do neoliberalismo no Brasil. Braz (2017) observou atentamente que o golpe refletiu a necessidade das classes dominantes de um governo burguês que sirva

integralmente ao grande capital, sem concessões aos trabalhadores. A convergência de diversos setores da sociedade brasileira, incluindo o judiciário, o empresariado, a mídia e políticos, foi determinante na articulação do golpe.

O Partido dos Trabalhadores (PT), nesse ínterim, foi duramente atingido, representando um ataque não só à democracia, mas à sua estratégia de conciliação de classes. Afora, o golpe sinalizou uma busca por uma nova hegemonia, visando criar condições favoráveis à reprodução dos interesses capitalistas em um novo contexto. Dessa forma, o *impeachment* de Dilma Rousseff representou não apenas um golpe à democracia, mas também uma tentativa de reconfiguração do poder político e econômico no país, e a FIESP foi uma agente destacada nessa empreitada, uma vez que, também, houve a prisão do ex-presidente Lula, principal candidato à eleição em 2018.

Discorreremos sobre a importância de descrever a crise política, especialmente a crise da democracia liberal, diante das posturas das suas notas em relação à agenda econômica em relação ao governo Bolsonaro. Ressalta-se a radicalização da extrema-direita e as disputas entre as classes dominantes, em meio a uma crise orgânica, como conceituada por Antonio Gramsci. Autores como Castells, Przeworski, Levitsky e Ziblatt analisam essa crise, identificando sinais como a perda de confiança nas instituições democráticas, o crescimento de partidos extremistas e a divisão da sociedade. Ainda que autores do campo liberal, eles apresentaram discussões cujos sinais são reflexo de transformações econômicas, sociais e políticas, incluindo o declínio do neoliberalismo, a desigualdade crescente e as mudanças na estrutura produtiva.

Levitsky e Ziblatt alertam para a subversão gradual das instituições democráticas por líderes eleitos, destacando casos como o de Hugo Chávez na Venezuela, que discordamos radicalmente. Essas transformações políticas, sociais e econômicas geram uma crise orgânica, evidenciando a falência do modelo neoliberal e acabam por questionar a estabilidade das democracias capitalistas, especialmente nas potências ocidentais e na União Europeia. No quadro de crise orgânica, na ascensão de movimentos reacionários, genuinamente burgueses, a FIESP surfou nessa onda para somar esforços em uma agenda anti-classe trabalhadora, ou seja, maximizar o lucro do seu segmento através do aumento da exploração dos trabalhadores com medidas espoliatórias.

Por fim, apresentamos diversos aspectos relacionados à ascensão do bolsonarismo na esfera institucional da presidência do Brasil, envolvendo análises de diferentes autores sobre fatores políticos, econômicos e sociais que contribuíram para esse fenômeno. Autores como Burgos, Mattos, Avritzer, Freitas e Silva, Boito Jr., Miguel e Bastos

forneem perspectivas variadas, destacando elementos como a crise econômica, o descontentamento popular, a fragmentação partidária, a influência das elites empresariais, as estratégias políticas da direita neoliberal, a ofensiva conservadora e o contexto internacional. Esses fatores, combinados, criaram um ambiente propício para a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, marcando uma mudança significativa na dinâmica política do país e gerando incertezas sobre o futuro das instituições democráticas e dos direitos sociais.

Já no capítulo 2, realizamos uma caracterização do governo Bolsonaro, discutindo e descrevendo o conceito de bonapartismo, que foi inicialmente apresentado por Marx no contexto da sociedade francesa do século XIX e posteriormente mediado ao cenário político brasileiro. O bonapartismo é caracterizado por uma forma de governo em que um líder carismático, em meio a uma crise na sociedade civil e um conflito de classes, busca elevar-se acima dos interesses das classes em disputa, apoiando-se nas Forças Armadas e em outros órgãos do Estado para manter a ordem e preservar a dominação das classes dominantes. Bolsonaro representa uma tendência pré-bonapartista, em que os mecanismos democráticos, geralmente, são subordinados a atores não eleitos, como o judiciário e os militares, interpretado por Rojas e Wanderley (2021). No caso do Bolsonaro, a posição do judiciário – sobretudo pela atuação do STF – foi difusa e não se integrou completamente à sua agenda. A compreensão desses fenômenos políticos, de certo modo, ajuda a elucidar as complexas dinâmicas de poder e os desafios enfrentados pela classe trabalhadora na luta contra esses governos autoritários.

Abordamos, também, diversos aspectos relacionados ao autoritarismo, populismo e mitos nacionais no contexto brasileiro. O autoritarismo, entre outras interpretações, é visto como uma crise da democracia liberal-burguesa, manifestada através da redução do espaço para a ação democrática, o surgimento de discursos intolerantes e a imposição do mercado como regulador da vida social. Além disso, há uma análise sobre o populismo e sua associação à nova extrema-direita, que se inspira na retórica dos fascismos clássicos para bloquear a redemocratização e apassivar os grupos dominados. A leitura de Aliaga e Ázara (2022) são complementares e examinam a interpretação de Antonio Gramsci sobre bonapartismo e cesarismo, contrastando-a com a de Karl Marx, destacando o bonapartismo como liderança carismática e o cesarismo como caráter policial.

Gramsci também introduz o conceito de revolução passiva, observando processos de modernização estatal sem a participação popular constante. Aliaga e Ázara argumentam contra caracterizar o autoritarismo brasileiro como revolução passiva,

enfatizando sua natureza restauradora e sua convergência com o neoconservadorismo. Para Aliaga e Ázara, a relação entre bolsonarismo e os conceitos de César e Napoleão sugere uma repetição histórica na dialética revolução-restauração; nesse caso, o bolsonarismo reflete uma resposta à crise de hegemonia no contexto neoliberal brasileiro, com elementos autoritários.

A definição e características do fascismo, especialmente no contexto brasileiro contemporâneo, é a que tem mais levantado debates. Na leitura de Reis e Soares (2017), a ascensão de Jair Bolsonaro é a de um líder com características fascistas, em que se destaca sua associação com valores cristãos e sua retórica reacionária e violenta. A análise de Ricci (2022) aprofunda a compreensão do fascismo no contexto brasileiro, apontando para suas raízes anteriores às manifestações de 2013 e sua evolução através de três ondas, culminando na campanha de Bolsonaro em 2018.

Singer (2022) discute a estratégia bolsonarista, caracterizada pela disseminação de desinformação, criação de inimigos e uso de táticas fascistas, como a técnica de "trollagem" e a construção de uma realidade paralela. Singer caracteriza o governo Bolsonaro de autocrático com viés fascista, isto é, o autor enquadra o bolsonarismo enquanto neofascista. Singer, detidamente, fez uma interpretação realista ao *modus operandi* do bolsonarismo enquanto reflexo do trumpismo nos EUA. No dia 08 de janeiro, assim como a invasão do Capitólio dos EUA no dia 06 desse mesmo mês, assistimos à tentativa de golpe por parte desses movimentos reacionários. Decidimos, portanto, deixá-lo na seção "fascista" pelo viés fascista do movimento bolsonarista. No mais, a leitura dele se enquadra, também, à leitura do neofascismo. Essas análises, acreditamos, apontam para a presença de elementos fascistas reais no cenário político brasileiro, mesmo sem uma organização partidária sólida ou um projeto imperialista claro por trás do governo de Jair Bolsonaro.

A natureza do governo Bolsonaro e a ascensão do neofascismo são avaliados sob a perspectiva de Fontes (2019) e Mattos (2020). Fontes argumenta que o governo Bolsonaro possui características protofascistas, marcadas por um anticomunismo agressivo e uma ênfase na família, pátria e religião. O governo é dividido em quatro faces principais: a política-ideológica, a econômica, a justiça e a comunicação, cada uma desempenhando um papel na promoção das agendas autoritárias e ultraliberais do governo. Mattos (2020) contextualiza o neofascismo no século XXI, observando sua (re)emergência em meio a uma "crise orgânica". Ele destaca que, embora os governos neofascistas não tenham estabelecido regimes políticos fascistas completos, eles moldam

as instituições estatais para seus próprios objetivos, aproveitando a fragilidade das democracias contemporâneas e se aliando ao grande capital enquanto promovem políticas repressivas e discriminatórias. Bolsonaro, durante seu mandato, testou os limites democráticos e favoreceu interesses corporativos em detrimento do meio ambiente e das comunidades indígenas, como exemplo. Tanto Fontes quanto Matos se apoderam da realidade, em contrapartida, a nossa avaliação é que proto-fascismo e neofascismo falam da mesma coisa, isto é, não apresentam divergências quanto à leitura.

Outra questão importante, neste capítulo, foi a agenda do governo Bolsonaro ante à indústria: propostas de campanha às ações enquanto governo. Apresentamos as propostas e os direcionamentos das ações que impactam a indústria durante o governo Bolsonaro, conforme apresentado no plano de governo "O Caminho da Prosperidade" no ponto 2.2.1. Aquilo que poderíamos chamar de política industrial – ou, melhor, as ações que poderiam contemplar a indústria – se concentrava principalmente em unificar o ministério responsável pela indústria sob a tutela do Ministro da Economia, Paulo Guedes, refletindo uma abordagem neoliberal. As propostas, de acordo com a pasta da economia, visavam “aumentar a produtividade, modernizar a estrutura produtiva, desenvolver um novo modelo energético, revisar a regulamentação do petróleo e do gás, e melhorar a infraestrutura de transporte, conforme descrito nas diferentes figuras apresentadas”.

Afora, também, o que pudemos observar no ponto 2.2.2, foi que durante o governo de Jair Bolsonaro, não foi implementada uma política industrial claramente definida, como as adotadas nos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores.

O neoliberalismo e a desindustrialização, por sua vez, se apresentam nesse contexto, em que a FIESP ignora em seus posicionamentos a redução da participação estatal na garantia básica da infraestrutura e o controle de setores fundamentais à indústria: como a própria política específica para o seu desenvolvimento, a exemplo da administração do setor elétrico e pesquisas voltadas à Ciência e Tecnologia, ambas “destroçadas” no governo em questão. O fenômeno da desindustrialização foi sequer mencionado nas notas que analisamos, e este tem pesado na redução da participação da riqueza nacional pela própria parte da indústria.

No Capítulo 3, discorreremos sobre como o Ministério da Economia coordenou uma série de ações direcionadas à indústria entre 2019 e 2022. Ao invés de adotar uma política, a plataforma eleitoral continha medidas como o aprimoramento da Lei de Informática, a abertura do mercado de gás para promover a competição e reduzir preços, e a isenção do

imposto de importação para equipamentos industriais visando incentivar investimentos e criação de empregos, ou seja, coisas genéricas.

Em 2021 e 2022, houve uma série de iniciativas adicionais, como o “fortalecimento” da parceria com os Estados Unidos, a isenção de impostos para vacinas e insumos industriais, e a redução do IPI para estimular a competitividade e reduzir os preços de produtos industriais. Essas ações foram variadas e “buscaram melhorar a competitividade e o ambiente de negócios para a indústria brasileira em diferentes setores”. Em contrapartida, não significou nada do ponto de vista do desenvolvimento.

Durante o mandato do governo Bolsonaro, embora não tenha sido implementada uma política industrial claramente definida, o Ministério da Economia coordenou diversas ações voltadas para o setor industrial entre 2019 e 2022. Estas ações incluíram propostas como o aprimoramento da Lei de Informática, a abertura do mercado de gás e a isenção de impostos para equipamentos industriais, com o objetivo de estimular investimentos e criar empregos, por exemplo. O governo também propôs iniciativas adicionais, como tentativas de reduzir impostos para aumentar a competitividade. Apesar da ausência de uma política industrial específica, os posicionamentos, por meio das suas notas oficiais à agenda econômica do governo, o governo não foi criticado pela ausência de ações mais impactantes para o segmento industrial paulista. O que observamos é que houve, de forma sutil, uma preocupação quanto à política de juros do Banco Central.

A postura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi analisada, destacando sua preocupação com questões como emprego, “Custo Brasil”, reformas estruturais e os impactos da COVID-19, enquanto pressionou por medidas que favoreciam o desempenho industrial, como a redução de impostos e a melhoria do ambiente de negócios. Conclui-se, portanto, que a FIESP demonstrou alinhamento com a agenda neoliberal e privatista do governo Bolsonaro/Guedes sem, contudo, pressionar por uma política focalizada no desenvolvimento industrial, tal como tratamos no ponto 3.1.6. Em 2022, com a virada na presidência, a ocupação de Josué Gomes (filho da ex-vice-presidente da República, José de Alencar), a FIESP assina um manifesto⁴⁴ – com mais de 100 organizações e instituições – pelo Estado Democrático de Direito. Naquele momento, houve uma mudança de rumo e aproximação com o campo petista. Nesse mesmo ano,

⁴⁴ Conferir: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/10/integra-manifesto-democracia-FIESP-11-agosto.htm>

ocorreram as eleições presidenciais em que Lula derrotou Jair Bolsonaro e retornou à presidência, propondo uma nova agenda com o setor industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIAGA, L.; ÁZARA, H.. O autoritarismo brasileiro entre Césares e Napoleões. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 22, p. e41413, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.41413>. Acesso em: 17 jan. 2024.

ALVES, Adamo Dias; DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni. A história do conceito de bonapartismo: Marx. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 104, p. 129-156, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2012v104p129/14780>. Acesso em: 08 jan. 2024.

ALVES, Giovanni. Brasil: o futuro do pretérito - notas sobre as perspectivas do trabalho no século XXI. In: MACARIO, Epitacio... [et al.]/[orgs.]. **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo publico**. 1. ed. Fortaleza: EdUECE ; Bauru: Canal 6, 2018. E-book disponível em: <http://www.uece.br/eduece/dmdocuments/Dimenso%CC%83es%20da%20Crise%20Brasileira%20e%20Book.pdf> , Acesso em: 23 dez. 2023.

ANDRADE, E. O.. Do golpe de 2016 ao bonapartismo. **perspectivas: revista de ciências sociais**, v. 1, p. 69-88, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13233>. Acesso em: 07 dez. 2023.

ARAÚJO, Victor Leonardo de. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento – CICEF**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5286230>. Acesso em: 05 fev. 2024.

AVRITZER, Leonardo. **Política e Antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. Coleção 2020. Editora Todavia, 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: PODER ESTRUTURAL, CONTRADIÇÃO E IDEOLOGIA. **Revista de Economia Contemporânea [online]**. 2017, v. 21, n. 02 [Acessado 15 Setembro 2021] , e172129. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272129>>.

BARBOSA, Celio André. **A FIESP e o estado nacional: de escudeiros e opositores (uma breve história do empresariado industrial paulista e a crise do regime autoritário) 1979 a 1985**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-01102009-165641. Acesso em: 2023-12-06.

BELANDI, Caio. Indústria cresce pelo oitavo mês seguido, mas fecha 2020 com queda de 4,5%. **IBGE**, 02 fev. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29976-industria-cresce-pelo-oitavo-mes-seguido-mas-fecha-2020-com-queda-de-4-5>. Acesso em: 04 fev. 2024.

BERRINGER, Tatiana; NASCIMENTO, Tuany Alves. Política Externa e Bloco no Poder: a FIESP na Crise do Governo Dilma e após o Impeachment. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, vol. 65, p. 191-218, jan/abril. 2023.

BIANCHI, Álvaro. **Um ministério dos industriais: a Federação das indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas: Unicamp, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRAZ, M.. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário*. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 85–103, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>. Acesso em: 07 dez. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2009, n. 84, pp. 83-99. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000200006>>. Acesso em: 23 de jan. 2022.

BOITO JR., Armando. A burguesia, o “lumpesinato” e o governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**. São Paulo, 21, abril, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/21/artigo-or-a-burguesia-o-lumpesinato-e-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BOITO JR., Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira**. [recurso digital] Coleção Párias Ideias: Orgs. Antônio Camêlo; Virgínio Gouveia. – Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

BOITO JR., Armando. Resenha da nova edição brasileira da obra de Nicos Poulantzas, Poder político e classes sociais. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–6, 2020a. DOI: 10.18593/r.v45i0.23098. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23098>. Acesso em: 19 maio. 2023.

BOITO JR., Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do governo Bolsonaro. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, Buenos Aires, v. 4, n. 2, p. 8-30, 2020a. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/6026>. Acesso: 03 fev. 2024.

BOITO JR., Armando Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica marxista**. Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2020.. no. 50 (2020), p. 111-119. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1663664>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BOITO JR. , Armando; GALVÃO, Andréia (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, 430 p.

BURGOS, Raúl. Bloco histórico, crise orgânica, e emergência do novo povo Brasileiro. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 1, n. 1, p. 70-86, 2016.

CABRAL, Uberlândia. Indústria avança 2,9% em dezembro frente a novembro e fecha 2021 com alta de 3,9%. **IBGE**, 02 de fev. 2022. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32870-industria-avanca-2-9-em-dezembro-frente-a-novembro-e-fecha-2021-com-alta-de-3-9>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.

CANO, W.. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. spe, p. 831–851, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CARMO, J. C. do. A desindustrialização no Brasil: algumas notas para entender o processo. **Multitemas**, [S. l.], v. 28, n. 69, p. 147–175, 2023. DOI: 10.20435/multi.v28i69.3902. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/3902>. Acesso em: 6 fev. 2024.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos. Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do Golpe de 2016 no Brasil Contemporâneo. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 17, n. 44, 2019. DOI: 10.12957/rep.2019.45245. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/45245>. Acesso em: 7 dez. 2023.

COUTO, Pedro Santiago. **MORALISMO E POLÍTICA: o papel da FIESP na política brasileira**. - João Pessoa, 2019. 139 f. : il. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19475>. Acesso 24 dez. 2022.

CORSI, Francisco Luiz. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015-2018). **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 52, 2018.

COUTINHO, J. A. Democracia debilitada: a ascensão do fascismo no Brasil. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, [S. l.], v. 10, n. 01, p. 230-245, 2021. DOI: 10.22481/rbba.v10i01.8765. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/8765>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CUNHA, J. de S.; ANDRADE, M.; LOPES, C.; NASCIMENTO, M.; VALVERDE, T. Crise mundial e a trajetória do Brasil, entre 2008 e 2015. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S. l.], n. 234, p. 4–46, 2015. DOI: 10.25247/2447-861X.2015.n234.p4-46. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/12>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CRELIER, Cristiane. Após dois anos de alta, produção industrial fecha 2019 com queda de 1,1%. **IBGE**, 04 fev. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

[noticias/noticias/26778-apos-dois-anos-de-alta-producao-industrial-fecha-2019-com-queda-de-1-1](#). Acesso em: 04 fev. 2024.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1971.

DEL ROIO, M. T. CRISE ORGÂNICA, NEOLIBERALISMO E BARBÁRIE. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 5, n. 6, p. 5–15, 2020. DOI: 10.36311/2526-1843.2020.v5n6.p5-15. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10585>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DEMIER, Felipe Abranches. O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. 2012. 2 v. 506f. Tese (Doutorado em Poder e Sociedade) - Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2012.

DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado nacional e estado no Brasil**. - Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1978.

DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. **Revista Contemporânea** (ONLINE), v. 11, p. 821-844, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021021>. Acesso em: 01 fev. 2024.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da econômica política**. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. - Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FILGUEIRAS, L., DRUCK, G. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz>. Acesso em: 01 fev. 2024.

FOLHA DE PERNAMBUCO. Resultado do PIB de 2022 indica crescimento menor para este ano, avaliam especialistas, 03 fev. 2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/resultado-do-pib-de-2022-indica-crescimento-menor-para-este-ano/260372/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo bolsonaro: o proto-fascismo. **Esquerda online** 8 jan 2019. Disponível em http://www.grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/blogs-sites/proto-fascismo.pdf Acesso em: 11 dez. 2023.

FREITAS, ANDRÉA ; SILVA, GLAUCO PERES DA. DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 À ELEIÇÃO DE 2018 NO BRASIL: BUSCANDO UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 137–155, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010011>. Acesso em: 01 de dez. 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, volume 1; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere, volume 3 [recurso eletrônico]: Maquiavel, notas sobre o estado e a política; tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Josué Gomes assume presidência da FIESP após 17 anos de Skaf no comando. **Valor**, São Paulo, 05 jul. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/07/05/josu-gomes-assume-presidencia-da-fiesp-aps-17-anos-de-skaf-no-comando.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2024.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

MANCUSO, Wagner Pralon e PRADO, João Felype Vieira. **Lobbying empresarial no Congresso Nacional**: a ação política das confederações patronais brasileiras. IEHS Anuario, v. 37, n. 2, p. 237-256, 2022 Tradução . . Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuario-ies/article/view/1484/1349>. Acesso em: 11 maio 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS (LISBOA)**, v. 36, p. 25-39, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2022.73a03>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl.; **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Ttradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Argumentum** [en línea]. 2021, 13(2), 8-20[fecha de Consulta 16 de Enero de 2024]. ISSN: . Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475571195002>.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MOURA, Rafael; GUEDES, Isabelle. Desindustrialização, Reindustrialização e Neindustrialização: O Governo Lula III e um debate imperativo ao país. **Transições**

Necessárias Economia, Política e Sustentabilidade no Brasil Contemporâneo, 2023. Disponível em: Disponível em: <http://geep.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio-10.pdf#page=24>. Acesso em: 04 fev. 2024.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, G. N. DE .; HERSCOVICI, N.. Os empresários industriais no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014): uma análise a partir do jornal Valor Econômico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, p. e249692, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.249692>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PEREIRA, C. P.; DUARTE, J. L. do N.; SANTOS, L. dos R. S. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. e39228, 2021. DOI: 10.15448/1677-9509.2021.1.39228. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/39228>. Acesso em: 18 jan. 2024.

PERRIN, Fernanda Fagundes. **Ovo do Pato**: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-16092020-205057. Acesso em: 2023-05-20.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: .

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. -. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978. 368 p.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

RANDO, Imira Taira. O Brasil e a crise financeira: políticas econômicas (2008-2014). Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/e0e7606d-07b7-4f8b-aaf1-aad96a7b2d52>.

REIS, Guilherme Simões; SOARES, Giovanna. O fascismo no Brasil: o ovo da serpente chocou. **Desenvolvimento em debate**, v. 5, n. 1, p. 51-71, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/download/32164/18223>. Acesso em 20 jan. 2024.

RICCI, Rudá. **Fascismo brasileiro**: e o Brasil gerou seu ovo da serpente. - Curitiba : Kotter Editorial, 2022.

ROJAS, Gonzalo Adrián; WANDERLEY, Shimenny Ludmilla Araújo. Crise e elementos de saída política para a classe trabalhadora sob o governo Bolsonaro. **O Social em Questão** [en línea]. 2021, (49), 221-236 [fecha de Consulta 14 de Noviembre de 2023]. ISSN: 1415-1804. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552265046020>.

ROTHER, E. T.. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 02 de dez. 2023.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015. In: Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.3, n.4, jan./jul. 2015. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

SANTANA, L. A. Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do partido dos trabalhadores e no governo Lula (2003-2010). 2018. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2190>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 119–126, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SEMERARO, G. “CRISE ORGÂNICA” E LUTA DE CLASSES EM GRAMSCI. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 13–24, 2016. DOI: 10.36311/2526-1843.2016.v1n1.p13-24. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10392>. Acesso em: 26 out. 2023.

SINGER, André. Regime autocrático e viés fascista: um roteiro exploratório. **Lua Nova: Revista De Cultura E Política**, (116), 53–82, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-053082/116>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SOUZA, J. NEOFASCISMO E ANTICIENTIFICISMO COMO ESTRATÉGIA ATUAL DA BURGUESIA PARA ENFRENTAR A CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. p. 11-22, 25 maio 2020.

SOUZA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 2 dez. 2023.

TEXEIRA, Raphael Lobo Duarte Batista. **Lumpemburguesia e integração: a Federação das Indústrias de São Paulo e a política exterior brasileira-2013-2016**. 2019. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5207>. Acesso em: 06 dez. 2023.

TSE. O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo. Disponível em:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

VALLE, André; NARCISO, Pedro. Introdução. In: VALLE, André & NARCISO, Pedro. **A burguesia brasileira em ação**: de Lula a Bolsonaro. Enunciado Publicações, 2021.

APÊNDICE A – NOTAS DA FIESP 2018

Notas	Data	Link
PARA BAIXAR SELIC, FIESP DEFENDE REFORMAS ESTRUTURAIS E EFICIÊNCIA NO GASTO PÚBLICO	31/10/2018	https://www.FIESP.com.br/noticias/para-baixar-selic-FIESP-defende-reformas-estruturais-e-eficiencia-no-gasto-publico/
“A INDÚSTRIA SOBREVIVEU, APESAR DOS GOVERNOS”, AFIRMA SKAF	01/11/2018	https://www.FIESP.com.br/noticias/a-industria-sobreviveu-apesar-dos-governos-afirma-skaf/
O QUE REALMENTE INTERESSA AO BRASIL	06/11/2018	https://www.FIESP.com.br/noticias/o-que-realmente-interessa-ao-brasil/
SELIC SE MANTÉM NO MENOR PATAMAR HISTÓRICO, MAS CUSTO DO CRÉDITO CONTINUA ALTO	12/12/2018	https://www.FIESP.com.br/noticias/selic-se-mantem-no-menor-patamar-historico-mas-custo-do-credito-continua-alto/

APÊNDICE B – NOTAS DA FIESP 2019

Notas	Data	Link
FECHAMENTO DO CARF PREJUDICA COMPETITIVIDADE DO PAÍS E TRAZ INSEGURANÇA JURÍDICA	08/02/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/fechamento-do-carf-prejudica-competitividade-do-pais-e-traz-inseguranca-juridica/
NOTA À IMPRENSA SOBRE O PROJETO DA NOVA PREVIDÊNCIA	20/02/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/nota-a-imprensa-sobre-o-projeto-da-nova-previdencia/

PRESIDENTES JAIR BOLSONARO E PAULO SKAF CONVERSAM SOBRE AGENDA NECESSÁRIA PARA O PAÍS	27/05/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/presidentes-jair-bolsonaro-e-paulo-skaf-se-encontram-em-sao-paulo/
ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA ABRE OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA O BRASIL, DIZ PAULO SKAF	28/06/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/acordo-entre-mercosul-e-ue-abre-oportunidade-historica-para-o-brasil-diz-paulo-skaf/
SKAF: “REDUÇÃO É POSITIVA, MAS JÁ EXISTE ESPAÇO PARA A SELIC DE 5%”	31/07/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/skaf-reducao-e-positiva-mas-ja-existe-espaco-para-a-selic-de-5/
“APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É UM MARCO HISTÓRICO”, AFIRMA SKAF	08/08/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/aprovacao-da-reforma-da-previdencia-e-um-marco-historico-afirma-skaf/
“O CADE PRECISA TRABALHAR”, DIZ PRESIDENTE DA FIESP/CIESP, PAULO SKAF	22/08/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/o-cade-precisa-trabalhar-diz-skaf/
O BRASIL EXIGE RESPEITO, AFIRMA SKAF SOBRE ACORDO UNIÃO EUROPEIA-MERCOSUL	23/08/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/o-brasil-exige-respeito/
A ECONOMIA REENCONTROU O CAMINHO DO CRESCIMENTO, DIZ SKAF	29/08/2019	https://www.FIESP.com.br/noticias/a-economia-reencontrou-o-caminho-do-crescimento-diz-skaf/

<p>“REDUÇÃO DA SELIC É PASSO NA DIREÇÃO CERTA. HÁ ESPAÇO PARA TAXA DE 4,5% ATÉ O FIM DE 2019”, DIZ SKAF</p>	<p>18/09/2019</p>	<p>https://www.FIESP.com.br/noticias/reducao-da-selic-e-passo-na-direcao-certa-ha-espaco-para-taxa-de-45-ate-o-fim-de-2019-diz-skaf/</p>
<p>APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA É VITÓRIA DO BRASIL, DIZ SKAF</p>	<p>23/10/2019</p>	<p>https://www.FIESP.com.br/noticias/aprovacao-da-reforma-da-previdencia-e-vitoria-do-brasil-diz-skaf/</p>
<p>COPOM REDUZ A SELIC EM MEIO PONTO PERCENTUAL. HÁ ESPAÇO PARA NOVO CORTE ESTE ANO, DIZ SKAF</p>	<p>30/10/2019</p>	<p>https://www.FIESP.com.br/noticias/copom-reduz-a-selic-em-meio-ponto-percentual-ha-espaco-para-novo-corte-este-ano-diz-skaf/</p>
<p>TEC DO MERCOSUL: RESPONSABILIDADE E SERENIDADE</p>	<p>04/11/2019</p>	<p>https://www.FIESP.com.br/noticias/tec-do-mercosul-responsabilidade-e-serenidade/</p>
<p>CAMINHO CERTO</p>	<p>06/11/2019</p>	<p>https://www.FIESP.com.br/noticias/caminho-certo/</p>
<p>PIB DEVE CRESCER 1,2% NO ANO, ESTIMA FIESP</p>	<p>03/12/2019</p>	<p>https://www.FIESP.com.br/noticias/pib-deve-crescer-12-no-ano-estima-FIESP/</p>
<p>SELIC A 4,5% REPRESENTA A MAIOR MUDANÇA ESTRUTURAL NA ECONOMIA DESDE O CONTROLE DA INFLAÇÃO, DIZ SKAF</p>	<p>11/12/2019</p>	<p>https://www.FIESP.com.br/noticias/selic-a-45-representa-a-maior-mudanca-estrutural-na-economia-desde-o-controle-da-inflacao-diz-skaf/</p>

APÊNDICE C – NOTAS DA FIESP 2020

Nota	Data	Link
INFLAÇÃO ABAIXO DA META E CAPACIDADE OCIOSA DAS EMPRESAS PERMITEM NOVOS CORTES DE JUROS	05/02/2020	https://www.FIESP.com.br/noticias/inflacao-abaixo-da-meta-e-capacidade-ociosa-das-empresas-permitem-novos-cortes-de-juros/
RESULTADO DO PIB SE MANTÉM DENTRO DAS EXPECTATIVAS E DADOS APONTAM PROCESSO DE RETOMADA ECONÔMICA	04/03/2020	https://www.FIESP.com.br/noticias/resultado-se-mantem-dentro-das-expectativas-mas-dados-do-segundo-semester-e-do-inicio-deste-ano-apontam-processo-de-retomada-economica/
PETRÓLEO EM BAIXA É OPORTUNIDADE, DIZ PAULO SKAF	10/03/2020	https://www.FIESP.com.br/noticias/petroleo-em-baixa-e-oportunidade-diz-paulo-skaf/
SKAF DEFENDE MEDIDAS PARA REDUZIR OS EFEITOS NEGATIVOS DO CORONAVÍRUS NA ECONOMIA	16/03/2020	https://www.FIESP.com.br/noticias/skaf-defende-medidas-para-reduzir-os-efeitos-negativos-do-coronavirus-na-economia/
É IMPORTANTE APROVAR A MP 905	17/04/2020	https://www.FIESP.com.br/noticias/e-importante-aprovar-a-mp-905/
“O PIOR FICOU PARA TRÁS. ENTRAMOS NUMA TRAJETÓRIA CONSISTENTE DE REAÇÃO”, DIZ PAULO SKAF	01/09/2020	https://www.FIESP.com.br/noticias/o-pior-ficou-para-tras-entramos-numa-trajetoria-consistente-de-reacao-diz-paulo-skaf/

RECORDE DA BALANÇA COMERCIAL É MAIS UM SINAL DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA	16/10/2020	https://www.FIESP.com.br/noticias/recordeda-balanca-comercial-e-mais-um-sinal-de-recuperacao-economica/
RETOMADA DE AGENDA DE REFORMAS É ESSENCIAL PARA MANTER CRESCIMENTO, DIZ SKAF	03/12/2020	https://www.FIESP.com.br/noticias/retomada-de-agenda-de-reformas-e-essencial-para-manter-crescimento-diz-skaf/

APÊNDICE D – NOTAS DA FIESP 2021

Nota	Data	Link
FIESP: SAÍDA DA FORD É ALERTA PARA O BRASIL	11/01/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-saida-da-ford-e-alerta-para-o-brasil/
FIESP: AUXÍLIO EMERGENCIAL SIM, NOVO IMPOSTO NÃO	10/02/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-auxilio-emergencial-sim-novo-imposto-nao/
BANCO CENTRAL SE PRECIPITA AO ELEVAR A TAXA DE JUROS	17/03/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/banco-central-se-precipita-ao-elevar-a-taxa-de-juros/
DISCURSO DE BOLSONARO NA CÚPULA DO CLIMA FOI MUITO POSITIVO, DIZ SKAF	22/04/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/discorso-de-bolsonaro-na-cupula-do-clima-foi-muito-positivo-diz-skaf/
ELEVAÇÃO DOS JUROS PODE PREJUDICAR RETOMADA	05/05/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/elevacao-dos-juros-pode-prejudicar-retomada-economica-diz-skaf/

ECONÔMICA, DIZ SKAF		
PIB DO 1º TRIMESTRE INDICA QUE CRESCIMENTO DA ECONOMIA PODE CHEGAR A 6% NESTE ANO	01/06/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/pib-do-1o-trimestre-indica-que-crescimento-da-economia-pode-chegar-a-6-neste-ano/
FIESP: É PRECISO PRUDÊNCIA NA CONDUÇÃO DOS JUROS PARA NÃO INTERROMPER A RETOMADA ECONÔMICA	16/06/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-e-preciso-prudencia-na-conducao-dos-juros-para-nao-interromper-a-retomada-economica/
ABERTURA DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA É POSITIVA, DIZ FIESP	17/06/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/abertura-do-mercado-livre-de-energia-e-positiva-diz-FIESP/
REFORMA DO IR E PIS/COFINS NÃO PODE RESULTAR EM AUMENTO DE IMPOSTOS NEM DE BUROCRACIA	29/06/2021	https://FIESP.com.br/noticias/reforma-do-ir-e-pis-cofins-nao-pode-resultar-em-aumento-de-impostos-nem-de-burocracia/
BANCO CENTRAL COLOCA EM RISCO A FRÁGIL RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA AO ACELERAR A SUBIDA DA SELIC	04/08/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/banco-central-coloca-em-risco-a-fragil-recuperacao-da-atividade-economica-ao-acelerar-a-subida-da-selic/

SUBSTITUTIVO SOBRE AS MUDANÇAS NO IMPOSTO DE RENDA É INACEITÁVEL: AUMENTA IMPOSTOS E PENALIZA PRODUÇÃO, DIZ FIESP	04/08/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/substitutivo-sobre-as-mudancas-no-imposto-de-renda-e-inaceitavel-aumenta-impostos-e-penaliza-producao-diz-FIESP/
FIESP: REFORMA DO IR PRECISA DE MUDANÇAS	02/09/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-reforma-do-ir-precisa-de-mudancas/
FIESP: NOVA ALTA DE JUROS E AUMENTO DE IOF PENALIZAM PESSOAS E EMPRESAS	22/09/2021	https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-nova-alta-de-juros-e-aumento-de-iof-penalizam-pessoas-e-empresas/

APÊNDICE E – NOTAS DA FIESP 2022

Notas	Data	Link
MUITO MAIS QUE O COPOM	02/02/2022	https://www.FIESP.com.br/noticias/muito-mais-que-o-copom/
NOTA OFICIAL: CORTE DE ATÉ 25% NO IPI	25/02/2022	https://www.FIESP.com.br/noticias/nota-oficial-corte-de-ate-25-no-ipi/
FIESP DEFENDE QUE A PRESIDÊNCIA DO SENADO DEVOLVA A MP 1136/2022	06/09/2022	https://www.FIESP.com.br/noticias/FIESP-defende-que-a-presidencia-do-senado-devolva-a-mp-1136-2022/